

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUI

VICE-REITORIA DE GRADUAÇÃO – VRG

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEaD



Coleção Educação a Distância

Série Livro-Texto

Suimar João Bressan

FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS



Editora UNIJUI

Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil

2008

© 2008, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 - Ijuí - RS - Brasil
Fone: (0__55) 3332-0217
Fax: (0__55) 3332-0216
E-mail: editora@unijui.edu.br
www.editoraunijui.com.br

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-adjunto: Joel Corso

Capa: Elias Ricardo Schüssler

Designer Educacional: Liane Dal Molin Wissmann

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Catálogo na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

B843f

Bressan, Suimar João.

Fundamentos das ciências sociais / Suimar João
Bressan. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2008. – 122 p. – (Coleção
educação a distância. Série livro-texto).

ISBN 978-85-7429-661-6

1. Sociologia. 2. Maquiavel. 3. Ciência moderna. 4.
Modernidade. 5. Racionalismo. 6. Empirismo. I. Título.
II. Série.

CDU : 316
316.2

Sumário



| | |
|---|-----|
| CONHECENDO O PROFESSOR | 5 |
| UNIDADE 1 – A FUNDAÇÃO DA SOCIOLOGIA E O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL E INTELECTUAL | 7 |
| 1.1 – O que é Sociologia | 11 |
| 1.2 – A fundação da Sociologia – contexto histórico-social | 17 |
| 1.3 – A fundação da Sociologia – contexto intelectual | 32 |
| 1.3.1 – O pensamento de Maquiavel e a Ciência moderna | 32 |
| 1.3.2 – A revolução copernicana e a Ciência moderna | 36 |
| 1.3.3 – O confronto entre racionalismo e empirismo | 44 |
| UNIDADE 2 – A FUNDAÇÃO DA SOCIOLOGIA: As Teorias Sociológicas Clássicas | 55 |
| 2.1 – O pensamento social anterior à Sociologia | 55 |
| 2.2 – As Teorias Sociológicas Clássicas – Comte, Durkheim, Marx e Engels, Weber | 65 |
| UNIDADE 3 – SOCIOLOGIA E CRISE DA MODERNIDADE | 99 |
| CONCLUSÃO | 117 |
| REFERÊNCIAS | 121 |

Conhecendo o professor



Suimar João Bressan

Sou professor da Unijuí há mais de 30 anos. Embora tenha uma formação na área da Agronomia, fiz uma opção pelas Ciências Sociais – mais precisamente pela Sociologia – em 1975, quando tomei a decisão de cursar o Mestrado em Sociologia Rural na UFRGS. Na verdade, fui buscar nas Ciências Sociais as respostas não encontradas na Agronomia para as interrogações que a condição humana nos impõe. Obviamente, vivíamos uma situação política no país bastante complexa, por conta da vigência do regime autoritário. Sociólogo era sinônimo de subversivo.



A Sociologia alimentou os sonhos e as esperanças de milhares de jovens da minha geração na luta pela democracia e por transformações sociais. Foram as reflexões de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Costa Pinto, entre outros, que nos permitiram uma compreensão mais profunda dos processos sociais presentes na formação da sociedade brasileira. A Sociologia desenvolveu nesse período histórico uma grande capacidade de olhar o mundo a partir do Brasil e da América Latina, que possibilitou a formulação de alternativas sociais concretas para os nossos problemas.

Costumo me identificar como professor de Sociologia e Política. O que me instiga mesmo, no entanto, é o estudo do que denomino de Teoria Sociológica e Teoria Política, talvez porque essas áreas possibilitem a construção de uma visão global das sociedades humanas. Atualmente minhas reflexões vinculam-se à temática da crise da modernidade, considerando-a numa perspectiva de transição social. Estamos vivenciando o fim da sociedade industrial, realidade social compreendida e também construída pela Sociologia. Nesse sentido, entendo ser importante cotejar as proposições da Sociologia “clássica” com as proposições de Alain Touraine, Boaventura de Sousa Santos, Anthony Giddens, Jürgen Habermas, Niklas Luhmann, entre outros.

Hoje é difícil falar em certezas, mas arrisco relacionar três aspectos que afirmam a grandeza e a vitalidade do pensamento sociológico.

Primeiro. A Sociologia propôs uma nova compreensão da condição humana a partir da categoria sociedade. Isto quer dizer que os atos humanos se desenrolam sempre numa sociedade determinada, que ao mesmo tempo produz e é produto das ações humanas. Fazer a História, portanto, é o ato de criar relações sociais que estruturam os sujeitos e as próprias estruturas sociais. É a sociedade que cria os indivíduos e não o contrário.

Segundo. É certo que a Sociologia construiu uma visão crítica da modernidade e das suas instituições. Essa mesma Sociologia identificou uma situação de crise da modernidade. Todos os conceitos elaborados para entender a situação atual de transição social têm a presença decisiva da Sociologia. Se a ciência é uma construção social não parece óbvio que a Sociologia também está em processo de construção e que esse processo é inesgotável?

Terceiro. Todo o conhecimento tem uma dimensão prática. Ele será sempre, em algum momento, utilizado por alguém para viabilizar um determinado projeto. A Sociologia deu visibilidade a essa dimensão prática do conhecimento. O esforço intelectual empreendido para eliminar a tensão entre o ser e o vir a ser não foi bem-sucedido. Penso que dá para afirmar uma tese: o futuro da Sociologia está sempre ligado a sua capacidade de desenvolver uma Sociologia do futuro.

Concluo essa quase declaração de princípios da seguinte forma: a humanidade, cada vez mais ameaçada pela barbárie, precisa da Sociologia, mas de uma Sociologia que seja expressão de um humanismo radical.

A Fundação da Sociologia e o Contexto Histórico-Social e Intelectual

A criação da Sociologia pode ser inserida entre os grandes eventos ocorridos no século 19. Ela mudou profundamente o modo do homem entender o mundo e a si próprio. O homem descobriu-se definitivamente como um ser cuja essência é a sua sociabilidade permanente. Obviamente as ações humanas fundamentais têm sempre o sentido da reprodução da vida. O que a Sociologia nos permitiu perceber é que não há possibilidade de que a reprodução possa ser um ato individual. A vida humana desenvolve-se numa estrutura espaço-temporal que passamos a chamar de sociedade.

Os sociólogos logo descobriram que desenvolver uma "ciência da sociedade" é uma tarefa extremamente difícil e complexa. Uma pergunta repetida até hoje é se a Sociologia pode ser concebida como uma ciência com o mesmo caráter das ciências físicas e naturais. Respostas diferentes foram dadas a essa questão pelos autores que fundaram as três grandes teorias da sociedade: Comte e Durkheim, Marx e Engels e Weber. Por isso, conhecê-los é uma tarefa urgente para quem quiser tornar-se um sociólogo.

Leia com atenção a opinião de Peter Berger sobre a relação do sociólogo com a sociedade e com o seu objeto de estudo:

O fascínio da sociologia está no fato de que sua perspectiva nos leva a ver sob nova luz o próprio mundo em que vivemos. Isto também constitui uma transformação da consciência. Além disso, essa transformação é mais relevante, do ponto de vista existencial, que a de muitas outras disciplinas intelectuais, porque é mais difícil de segregar em algum compartimento especial do espírito. O astrônomo não vive nas galáxias distantes e, fora de seu laboratório, o físico nuclear pode comer, rir, amar e votar sem pensar em partículas atômicas. O geólogo só examina rochas em momentos apropriados e o lingüista conversa com sua mulher na linguagem de todo o mundo. O sociólogo, porém, vive na sociedade, tanto em seu trabalho como fora dele. Sua própria vida, inevitavelmente, converte-se em parte de seu campo de estudo. Em vista da natureza humana ser o que é, os sociólogos também conseguem estabelecer uma separação entre sua atividade profissional e sua vida pessoal em sociedade. Mas é uma façanha um tanto difícil de ser realizada em boa fé (Berger, 1980, p. 31).

Paradigma

Modelo, padrão; paradigma científico quer dizer a existência de um conjunto estabelecido de teorias, métodos e técnicas que organizam a pesquisa científica. Esse “modelo” confere legitimidade (aceitação) aos resultados das pesquisas.

O sociólogo é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento sociológico. Ele sofreu ao longo da sua vida um processo de socialização como qualquer outra pessoa, incorporando valores, conceitos e habilidades, além de ocupar lugares sociais determinados. Em resumo: ele faz parte do seu objeto de estudo, de modo que quando um sociólogo emite uma opinião sobre a sociedade ele também está falando de si próprio.

Mais adequado seria considerarmos que a Sociologia é uma ciência com um caráter específico, que não pode ser reduzida às ciências naturais. Esse debate esteve presente ao longo de todo o processo de desenvolvimento da Sociologia. E nada indica que ele tenha sido superado. Atualmente tem se levantado, com bastante frequência, a tese de que se há um paradigma científico este deve ter como referência às Ciências Sociais, pois mesmo os conhecimentos sobre a natureza são conhecimentos sociais. Tome como exemplo a seguinte questão: por que uma instituição de pesquisa via de regra financia um projeto de pesquisa sobre transgênicos e não sobre agroecologia?

A Sociologia nasceu num contexto de afirmação da modernidade, em que a sociedade industrial capitalista, organizada territorialmente em economias nacionais, cuja unidade e soberania de cada território é determinada por um poder político e ideológico igualmente nacional. Todas as teorias sociológicas foram teorias elaboradas sobre essa sociedade, porém não são apenas teorias eqüidistantes dos problemas que querem explicar: constituem, aberta ou veladamente, propostas de ação. Por isso, não é surpreendente que Auguste Comte tenha fundado, a partir do positivismo, que estudaremos mais adiante, uma religião da humanidade, e Marx e Engels tenham atuado decisivamente na criação do primeiro partido político moderno.

A Sociologia constitui a base e o fundamento das Ciências Sociais contemporâneas, como a Antropologia, a Ciência Política, a Economia, a Geografia, a História, o Serviço Social, a Comunicação Social, etc. Foi por meio da Sociologia que a pesquisa de temáticas diversas foi possível, estabelecendo várias especialidades: rural, urbana, do trabalho, de Direito, da religião, da

cultura, da política, da economia, etc. O desenvolvimento da divisão do trabalho científico, contudo, estabeleceu uma outra divisão, compondo o que hoje denominamos de Ciências Sociais particulares. Além da Sociologia, também a Antropologia, a Ciência Política, a Economia, a Geografia, a História, o Serviço Social, a Comunicação Social, etc. fazem parte desse campo teórico. Mesmo que cada ciência tenha um campo particular, elas possuem uma identidade e um fundamento comuns: a existência social do homem. Como Ciências Sociais precisam enfrentar os mesmos problemas metodológicos que caracterizaram a história da Sociologia.

Estamos vivendo uma nova era de transição social: a sociedade industrial nacional – tanto na sua versão capitalista como socialista – está sendo substituída por uma outra sociedade, que provisoriamente vamos designar como informacional global. Esta nova sociedade é um produto do desenvolvimento do capitalismo, pois foi o “mundo do capital” que acumulou forças produtivas capazes de gerar uma nova evolução industrial (ou informacional). Tudo indica que está em desenvolvimento uma nova e prolongada fase de reprodução capitalista.

Nas últimas décadas, duas idéias tomaram conta da intelectualidade mundial. De um lado, a afirmação taxativa do fim das ideologias e da história como expressão do predomínio definitivo da economia de mercado e do Estado liberal democrático. De outro, a idéia de crise do paradigma científico da modernidade que atingiu em cheio a Sociologia e as Ciências Sociais. É claro que não se pode separar a crise das Ciências Sociais da atual situação de transformação social.

Um desdobramento da crise das Ciências Sociais revela-se na alternativa: reconstrução da modernidade ou pós-modernidade? A modernidade esgotou suas promessas de emancipação do homem de tal modo que a saída está na desconstrução das instituições da modernidade, ou ainda é possível reconstruir o projeto da modernidade mediante uma revisão profunda dos seus pressupostos? A primeira alternativa marginaliza a Sociolo-

Estado liberal democrático

Forma de poder político em que se estabelece limites ao poder do Estado para evitar o absolutismo e, ao mesmo tempo, afirmar a soberania popular como base e fundamento do poder político.

Epistemológico

Refere-se à reflexão sobre as formas da produção do conhecimento.

Globalismo

É a denominação para a etapa atual de desenvolvimento das sociedades, que se caracteriza pela afirmação do espaço global ou mundial e a crescente fragilização dos espaços nacionais.

gia e as Ciências Sociais; a segunda exige uma transformação paradigmática das mesmas, a começar pela crítica ao trabalho, categoria central da sociabilidade humana. A reconstrução requer uma nova concepção de conhecimento fundada na "virada lingüística": razão e verdade constituem-se nas relações intersubjetivas protagonizadas pelo diálogo entre sujeitos lingüisticamente competentes. Nesse sentido, trabalho ou linguagem transforma-se numa questão central para as Ciências Sociais atualmente.

A crise da Sociologia pode ser entendida também como o descompasso entre a sua capacidade explicativa e a nova realidade social. Aprendemos que as categorias de análise sociológica são realidades históricas. Por exemplo, o sistema de classes – burgueses e proletários – típico do capitalismo industrial é adequado para explicar as relações de classe do capitalismo globalizado? Podemos inclusive por em dúvida a existência de classes sociais. Por isso, fazer um balanço crítico das conquistas e das fragilidades da Sociologia, inclusive os impasses epistemológicos, é uma postura mais adequada do que afirmar que ela é uma ciência em extinção. Octavio Ianni (1997, p. 16), um dos mais eminentes sociólogos brasileiros, afirma que

o objeto da sociologia desenvolve-se continuamente, tornando-se muitas vezes mais complexo e provocando a recriação das suas configurações conhecidas. Em lugar de manter-se semelhante, modifica-se todo o tempo. Além de que se aperfeiçoam continuamente os recursos metodológicos e teóricos da sociologia, o que permite aprimorar os modos de refletir sobre a realidade social, e é inegável que esta realidade transfigura-se de tempos em tempos, ou continuamente.

Nesse sentido é que a sociologia ingressou na época do globalismo. O seu campo de estudos apresenta relações, processos e estruturas novos, não só desconhecidos, mas surpreendentes. Simultaneamente, as novas relações, os novos processos e as novas estruturas de dominação e apropriação, envolvendo integração e fragmentação, tensões e antagonismos, recriam as relações, processos e estruturas conhecidos. Isto significa que o globalismo confere novos significados às realidades locais, nacionais e regionais, ao norte e ao sul, orientais e ocidentais.

Por isso, ser sociólogo é aceitar o desafio de fazer uma ciência em que não é permitido descuidar-se dos destinos da humanidade. Mais uma vez vamos nos valer de uma afirmação de Peter Berger (1980, p. 34):

a perspectiva sociológica mais se assemelha a um demônio que possui uma pessoa, que a compele, repetidamente, às questões que são só suas. Por conseguinte, um convite à sociologia é um convite a um tipo de paixão muito especial. Não existe paixão sem perigos.

Referências

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas – uma visão humanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.

IANNI, Octavio. A sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, Leila Costa. *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

1.1 – O QUE É SOCIOLOGIA

Todos os dias as pessoas, em qualquer parte do mundo, realizam atos bastante simples, necessários à vida: consomem alimentos, cultivam a terra, vão e voltam do trabalho, levam os filhos à escola, conversam com os amigos, fazem exercícios físicos, enfrentam o trânsito caótico das metrópoles, a vida calma das pequenas cidades. São atos tão rotineiros que na maioria das vezes são executados de forma mecânica, como se não tivessem consciência de que os estão realizando.

Por um momento apenas vamos nos colocar como observadores de tais cenas cotidianas. Pode ser que a nossa reação fosse de simples registro das pessoas e dos seus atos. Assim, não perceberíamos nada de diferente no mundo dos homens. Pode ser, contudo, que por alguma razão nos motivássemos a ir além da percepção mais imediata das pessoas e dos seus atos. Por exemplo, perceber que embora os atos realizados sejam semelhantes – ir ao trabalho – as pessoas que os realizam são diferentes; ou, ao contrário, que pessoas semelhantes realizam trabalhos diferentes.

A partir dessa questão inicial pode-se ir além: perguntar o que faz as pessoas serem diferentes ou porque existem trabalhos diferentes. Mais ainda:

- As pessoas vão para o trabalho utilizando-se de transporte coletivo ou individual;
- Elas estão vestidas de terno e gravata ou um simples macacão.
- Se uma pessoa vai ao trabalho de automóvel e usa terno e gravata podemos ter alguma idéia da sua renda e assim relacionar o tipo de escola que os seus filhos freqüentam, diferentemente da pessoa que veste um macacão e se utiliza de transporte coletivo.

A segunda postura, que vai além do simples registro dos atos observados, indica uma forma de pensar que pode ser identificada como sociológica. Pensar sociologicamente significa olhar os fatos humanos considerando as relações que eles mantêm entre si. Essas relações não são visíveis a um simples olhar; elas só podem ser vistas por meio de um olhar conduzido por regras determinadas.

Vamos desenvolver mais um exemplo: o ato de comer um pedaço de pão. Pode ser um ato simples de uma pessoa que precisa saciar a fome. Se avançarmos, porém, na busca das relações envolvidas nesse ato, a conclusão será surpreendente. A primeira questão para construir a relação da pessoa com a coisa (pão) pode ser colocada pela pergunta sobre quem é a pessoa? A resposta pode ser: trabalhador, empresário, cristão, muçulmano, universitário, analfabeto, entre outras. As pessoas são diferentes pelo lugar que ocupam no processo de trabalho, pela identidade (visão de mundo), pelo grau de educação, etc.

Se o pão é um produto do trabalho humano, podemos perguntar como ocorre a sua produção: é um processo artesanal ou industrial? No primeiro caso pode ser feito por um trabalhador autônomo; no segundo, por um trabalhador assalariado de um empresário capitalista. A matéria-prima – a farinha – é produzida em pequenos moinhos, pelas cooperativas ou por grandes empresas capitalistas globalizadas? E o trigo ou o milho? Qual o processo técnico adotado? Ele produz destruição do meio ambiente? As tecnologias empregadas na produção envolvem relações entre países? Em que período histórico elas ocorrem: na era do globalismo?

Há outras possibilidades, no entanto: se o ato de comer um pedaço de pão tem um sentido simbólico (um ato religioso, por exemplo). Pela observação e análise deste ato poderíamos avaliar as ideologias presentes na sociedade e o papel desempenhado por elas na reprodução da vida social. Atualmente muitos sociólogos insistem em que devemos considerar a identidade como categoria fundamental para explicarmos os comportamentos humanos. Uma análise mais cuidadosa, contudo, evidencia que a Sociologia nunca negligenciou esse aspecto. A diferença é que hoje, em razão da revolução informacional e da globalização, a identidade gerada tanto pelo trabalho quanto pela Nação, por exemplo, estão sofrendo

um processo profundo de desconstrução. Nesse sentido, a busca de uma identidade é um objetivo fundamental dos seres humanos no momento atual.

Enfim, podemos a partir de um ato simples estabelecer o conjunto de relações sociais que estão contidas na pessoa e no pão. Como se pode depreender do exemplo, as relações econômicas, políticas e ideológicas de uma determinada época histórica estão contidas em todos os atos humanos. Esta é a primeira manifestação da natureza do pensamento sociológico: a perspectiva da totalidade. As ações humanas não têm condições de existir isoladamente. Sempre que alguém realiza uma ação ela repercute sobre outros. Se ela aparentemente se dirige para apanhar uma fruta silvestre, por exemplo, este ato está carregado de um significado universal na medida em que incorpora, de alguma forma, práticas humanas anteriores. Uma ação individual não existe fora da sociedade ou, dito de outra forma, a sociedade existe em cada ação singular.

A reflexão feita até agora nos permite expor uma outra característica da *Sociologia: a existência da sociedade*. A criação da Sociologia deu visibilidade à dimensão social da condição humana, portanto permitiu compreender o homem como ser social. O homem existe como ser social e não como um indivíduo que existe em si e para si. As implicações deste fato são óbvias: os atos de cada indivíduo singular repercutem nos demais indivíduos, cada ação realizada por um indivíduo implica em sua responsabilidade social por aquilo que foi feito. A sociedade se torna, assim, o palco fundamental das ações humanas.

A Sociologia possibilita a compreensão das ações humanas como ações sociais, bem como as interações entre as diferentes ações humanas. Uma mesma pessoa pode agir como ser-que-trabalha (que faz o pão do nosso exemplo), como um ser-cidadão (membro de uma comunidade política), como um ser-que-produz-idéias (membro da comunidade científica, por exemplo). Podemos fazer a seguinte pergunta: essas dimensões têm a mesma importância na constituição do ser social ou há dimensões

Desconstrução

As sociedades humanas sempre têm um conjunto de idéias, valores e práticas sociais aceitas pela maioria que organiza as ações e os comportamentos cotidianos das pessoas. Em determinados momentos – como o atual – estabelece-se um processo de contestação das idéias, dos valores e das práticas dominantes, que perdem gradativamente a condição de servirem de “modelo” para as pessoas, iniciando-se a construção de um novo “modelo”. Nesse sentido, pode-se afirmar que as sociedades humanas em permanente processo de desconstrução-construção.

Florestan Fernandes
(1920-1995)



(São Paulo, 22/7/1920 a 10/8/1995), sociólogo, político e professor universitário.

O nome de Florestan Fernandes está profundamente associado à pesquisa sociológica no Brasil e na América Latina. Com mais de 50 obras publicadas, ele transformou o pensamento social no país e estabeleceu um novo estilo de investigação sociológica, marcado pelo rigor analítico e crítico, e um novo padrão de atuação intelectual.

Disponível em:
<<http://www.sbd.fflch.usp.br/florestan/index1.htm>>.

Acesso em: 16 jan. 2008.

condicionantes das demais? O desenvolvimento da Sociologia demonstrou que essa pergunta comporta diferentes respostas, que determinaram a formação de diferentes teorias sociológicas.

Antes de aprofundarmos a problemática das teorias sociológicas cabe ainda a explicitação do papel mais profundo da Sociologia: *o autoconhecimento (ou autoconsciência) da sociedade*. A criação da Sociologia, ao mesmo tempo que permitiu afirmar o caráter social da condição humana, constituiu-se como um conhecimento da sociedade que incide sobre ela, exercendo uma ação decisiva na reprodução da sociedade, no sentido da conservação ou da transformação das relações sociais vigentes.

Obviamente, antes da criação da Sociologia havia outras formas de pensamento social, como é o caso do contratualismo. A diferença fundamental é que o contratualismo parte do homem como ser natural (o animal racional) que pode estabelecer um pacto (contrato) entre todos, criando assim a sociedade civil ou sociedade política, enquanto para a Sociologia, como vimos anteriormente, o ser natural já é um ser social, portanto a sociedade existe independentemente do contrato.

Também a Sociologia é um *ato social* porque os conceitos elaborados não serão conhecidos e empregados apenas pelo sociólogo. O grande sociólogo brasileiro Florestan Fernandes denominou esse fenômeno de "a natureza sociológica da Sociologia". Esses conceitos serão, de alguma forma, disseminados para o conjunto da sociedade, tendo mais ou menos influência social. Mais adiante vamos nos referir aos autores que fundaram a Sociologia e por isso os denominamos de "clássicos". Muitos outros, no entanto, escreveram sobre a sociedade, elaborando idéias até mesmo originais, mas que não foram apropriadas pela sociedade como as idéias dos "clássicos". Poderíamos formular a seguinte hipótese: além da profundidade da análise social feita pelos "clássicos", ela foi apropriada pelas classes fundamentais da sociedade porque sistematizava os interesses das classes de forma mais coerente.

A Sociologia constituiu-se como um saber produzido segundo o método científico. A maneira como fizemos a exposição do nosso exemplo indica como o saber sociológico se constrói. A observação regulada das ações humanas é o modo de proceder à construção conceitual da realidade social. A racionalidade considerada abstratamente não é capaz de produzir um saber sociológico. A tarefa do sociólogo é pesquisar a realidade como ela é. Esse saber científico (a ciência da sociedade), entretanto, produz conhecimentos que mostram uma certa singularidade. Por que falamos em teorias sociológicas e não em uma teoria sociológica, como ocorre na Física, na Química e na Biologia?

Após intensos debates percebemos que qualquer ciência é uma força social ativa, é um poder criado pelo homem. A ciência refere-se sempre ao ser, mas não podemos eliminar o vir-a-ser (o futuro). Quando fazemos uma afirmação sobre o ser, nesta afirmação já estão contidas as possibilidades do vir-a-ser. Esse dilema é real, dele não podemos fugir. No caso da Sociologia, o problema se amplia, pois os conhecimentos produzidos sobre a sociedade envolvem necessariamente pontos de vista diferentes, que, ao longo da História recente, fundamentaram projetos de sociedade, cuja expressão mais radical são os movimentos políticos.

Todo o conhecimento é um ato de criação da realidade investigada no pensamento e como objetividade. O que isso significa? Que a investigação sociológica não se esgota na compreensão da realidade vivida pelos homens; ela também deve permitir ao homem projetar-se, presentificar o futuro. O que a Sociologia não pode é aventurar-se exclusivamente na pesquisa do dever-ser, como procederam os pensadores da Utopia e da Cidade do Sol, que estudaremos na seção 1.3 desta Unidade. A investigação bem-sucedida, no entanto, exige do observador da vida social uma grande capacidade de imaginação, como condição para ultrapassar o mundo das aparências.

Por isso, quando nos referimos à imaginação sociológica (conceito criado pelo sociólogo norte-americano C. Wright Mills), temos de explicitar bem o sentido do termo. Imaginação para o

Charles Wright Mills



(Waco, Texas, 28/8/1916 — Nyack, Nova York, 20/3/1962), sociólogo norte-americano.

Mestre em Artes, Filosofia e Sociologia pela Universidade do Texas, doutorou-se em Sociologia e Antropologia pela Universidade de Wisconsin. Foi professor de Sociologia, na Universidade de Columbia. É autor de várias obras, entre as quais destacam-se *A Imaginação sociológica*, *A elite do poder* e *Ensaio de Sociologia*. Para Mills, a racionalidade do mundo ocidental não produziu a indispensável libertação do ser humano, uma vez que as principais ideologias desenvolvidas – capitalismo e socialismo – não se mostraram aptas a prever e controlar intensos processos de mudança social.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Wright_Mills>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Imagem disponível em:
<http://www.cwrightmills.org/Images/School.jpg>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

sociólogo não é o ato de abstrair-se da realidade, mas de inserir-se tão profundamente quanto possível na realidade. Promover a separação entre a consciência e a realidade social é um equívoco metodológico, assim como negar que a dimensão criadora do homem se expressa por meio da consciência.

Assim sendo, a imaginação sociológica consiste na postura intelectual em que se busca compreender o contexto social mais amplo e como ele é apreendido pelos indivíduos concretos, tendo sempre presente a necessidade de separar as dimensões essenciais das não-essenciais da vida social. Para Wright Mills (1975, p. 12), a imaginação sociológica afirma

a idéia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas nas mesmas circunstâncias em que ele. Sob muitos aspectos, é uma lição terrível; sob muitos outros, magnífica. Não conhecemos os limites da capacidade que tem o homem de realizar esforços supremos ou degradar-se voluntariamente, de agonia ou exultação, de brutalidade que traz prazer ou de deleite da razão. Mas em nossa época chegamos a saber que os limites da "natureza humana" são assustadoramente amplos. Chegamos a saber que todo o indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, que vive dentro de uma seqüência histórica. E, pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico.

O sociólogo está proibido de moldar a realidade aos conceitos, como se estes fossem a própria verdade. Ele deve ser capaz de deixar-se surpreender pela realidade investigada. Ser sociólogo é exercitar permanentemente a liberdade de investigação, que não se resume a fazer o que se quer ou a escolher entre alternativas; é também o exercício de refazer as escolhas, reavaliar o caminho percorrido e assumir os erros cometidos. Enfim, ser sociólogo é permitir ser assaltado pela dúvida.

Referências

- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas – uma visão humanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

1.2 – A FUNDAÇÃO DA SOCIOLOGIA: Contexto Histórico-Social

Vamos discutir neste capítulo o processo de formação da Sociologia, como momento fundamental que institui o campo das Ciências Sociais. É claro que a criação da Sociologia não ocorreu de uma hora para a outra. Ao contrário, é o resultado de um longo e tenso processo de transformação social e intelectual, que se inicia no século 16 e se conclui no início do século 19. Vamos analisar os principais momentos desse processo.

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA

A formação da sociedade moderna resulta da completa decomposição das instituições que formavam a sociedade feudal. A nova sociedade afirma-se pela constituição de um sistema econômico industrial capitalista, por um Estado laico (não religioso) fundado na soberania popular e por uma cultura centrada na idéia de nação (ou de uma identidade nacional) e na dimensão racional do homem.

A longa marcha do feudalismo ao capitalismo é marcada por dois momentos importantes: a conquista e a exploração da América, no século 16, e pela ascensão e afirmação das burguesias nacionais, no século 17. São esses processos que estabelecem as condições para o desenvolvimento das revoluções políticas (inglesa, americana e francesa) e da Revolução Industrial inglesa.

A expansão européia é precedida de um amplo crescimento do comércio e das finanças, a partir do século 13. Além disso, a invenção da imprensa, os avanços na metalurgia, na produção de metais e de produtos têxteis, a fabricação de canhões e de outras armas de fogo, o aprimoramento da construção de caravelas e das técnicas de navegação, entre outros fatores, ampliam as condições para o desenvolvimento do comércio e das conquistas de novos territórios.

Sociedade feudal

Forma de sociedade, verificada principalmente na Europa, na Idade Média, cuja produção está organizada em feudos – grandes propriedades de terra – em que senhores feudais se apropriam de parte do trabalho dos camponeses. Do ponto de vista da estrutura de classe, observa-se uma rígida hierarquia entre clero, nobreza e povo. O poder político é exercido pela nobreza e o clero, sob a forma do Estado monárquico, regido pelo direito divino. O papel da Igreja Católica é fundamental; na verdade ela ocupa o centro do poder político.

Burguesia

São os proprietários dos meios de produção (terra, máquinas, matérias-primas, conhecimentos) que os utilizam como capital, ou seja, como forma de obtenção da mais-valia.

Estados Nacionais

Diferentes espaços territoriais nos quais populações determinadas exercem um poder político soberano.

Nesse momento histórico, a acumulação da riqueza vem do comércio e dos metais preciosos (ouro, prata). Como afirma Michel Beaud (1991, p. 20):

Monarcas ávidos de grandezas e de riquezas, Estados lutando pela supremacia, mercadores e banqueiros encorajados ao enriquecimento: são estas as forças que promoverão o comércio, as conquistas e as guerras, sistematizarão a pilhagem, organizarão o tráfico de escravos, prenderão vagabundos para obrigá-los a trabalhar.

Os novos territórios conquistados são transformados em colônias, que exercerão papel importante na acumulação das riquezas pelas metrópoles. Além da apropriação do trabalho dos camponeses, a pilhagem dos tesouros encontrados nos lugares e a organização da produção agrícola (cana-de-açúcar, algodão, etc.) são os fundamentos da acumulação chamada de mercantilista. A idéia é que a riqueza provém da acumulação de metais preciosos e da capacidade de um território em vender mais e comprar menos.

Sintetizando: a formação de imensas fortunas pelas burguesias bancária e mercantil, o fortalecimento do poder dos reis e conseqüentemente dos Estados nacionais e, sobretudo, a elaboração de uma nova concepção de mundo que valoriza a riqueza e a acumulação, criam as condições necessárias para a emergência de uma nova burguesia, vinculada à produção manufatureira.

Na Europa, no século 17, o processo expansionista desenvolver-se-á principalmente na Holanda, na Inglaterra e na França. Observa-se um significativo crescimento do comércio, dos bancos, da navegação e das atividades de transformação. No caso da Holanda desenvolveu-se uma rica burguesia vinculada às seguintes atividades de transformação:

indústria de lanifício em Leiden e indústria de tecidos em Haarlem; tingimento e tecelagem da seda, depois fiação de seda e corte de diamantes em Amsterdã; refinação de açúcar e acabamento de tecidos ingleses, cervejaria, destilaria, preparação do sal, de tabaco,

de cacau, trabalho de chumbo em Roterdã; polimento de lentes ópticas, fabricação de microscópios, de pêndulos e instrumentos de navegação, estabelecimento de mapas terrestres e marítimos, impressões de livros em todas as línguas (Beaud, 1991, p. 37).

Também na Inglaterra forma-se uma burguesia que desenvolveu a produção manufatureira. Diz Beaud (1991, p. 39) que

por volta de 1640, algumas hulheiras produzem de dez a vinte e cinco toneladas por ano, contra algumas centenas de toneladas no século anterior. Altos fornos, fundições com grandes martelos de água, fábricas de alumínio e de papel empregam várias centenas de operários; mercadores e fabricantes de têxteis fazem trabalhar várias centenas, por vezes vários milhares, de fiandeiros ou de tecelões a domicílio. A burguesia que promove esse desenvolvimento comercial e manufatureiro necessita de encorajamento e de proteção ao mesmo tempo.

Na França, mediante uma forte presença do Estado, sobretudo no período de Luís XIV e seu ministro Colbert, foram criadas mais de 400 manufaturas. São

manufaturas “coletivas” reunindo vários centros artesanais que se beneficiam juntos de privilégios concedidos: fábrica de tecidos de Sedan ou de Elbeuf, malharia de Troyes, manufatura de armas de Sait-Étienne... Manufaturas “privadas”, empresas individuais (Van Robais em Abbeville) ou grandes companhias com sucursais em várias províncias, especialmente para as minas, para a grande metalurgia (Companhia Dallier de la Tour: forjas, canhões, âncoras, armas), para os lanifícios... Manufaturas do rei, enfim, propriedade do soberano: Gobelins, Sèvres, Aubusson, Saint-Gobain – mas também arsenais e fundições de canhões. Os privilégios concedidos (monopólios de produção ou de venda, isenções, financiamento) têm como contrapartida controles rigorosos (normas, quantidade) (Beaud, 1991, p. 55).

Nesse período vigorosa, ainda, uma política mercantilista. A aliança da burguesia com o rei produziu uma forma de Estado absolutista em que será assegurada a riqueza do rei, a defesa da produção e das políticas mercantilistas, necessárias para garantir a expansão e a defesa do comércio em relação aos concorrentes estrangeiros.

Hulheiras

Minas de carvão

Alúmen

Sulfato duplo de alumínio, cromo ou ferro e mais um metal alcalino ou amônio.

Luís XIV de Bourbon



Ofrancês *Louis XIV* (5/9/1638, Saint-Germain-en-Laye, França – 1/09/1715, Versalhes), conhecido como “Rei-Sol”, foi o maior monarca absolutista da França, e reinou de 1643 a 1715.

A ele é atribuída a famosa frase: “*L’État c’est moi*” (O Estado sou eu). Construiu o Palácio dos Inválidos e o luxuoso palácio de Versalhes, em Versalhes, perto de Paris, onde morreu em 1715.

Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_XIV_de_Fran%C3%A7a>. Acesso em: 16 jan. 2008.

Workhouses

Casas de trabalho, mantidas principalmente pela Igreja.

Na Inglaterra essa aliança foi questionada a partir do confronto entre o rei Carlos I e o Parlamento, este representando as novas classes em ascensão. A derrubada da Monarquia e a instituição da República, sob a direção de Oliver Cromwell, fortaleceu as posições da burguesia na economia, tanto que a restauração da Monarquia, com Carlos II, não foi capaz de gerar uma situação de estabilidade política. Os confrontos se ampliaram, culminando com o triunfo da Revolução Gloriosa, em 1688, que estabeleceu definitivamente o poder do Parlamento. Os ingleses produziram uma solução intermediária, sendo mantido o poder do rei Guilherme I, porém submetido ao Parlamento – o poder supremo – e à Constituição. Assim, forjou-se o Estado moderno na Inglaterra, sob a égide da burguesia vinculada à produção, ao comércio e às finanças dos profissionais liberais, dos comerciantes e dos agricultores enriquecidos.

É importante sublinhar a situação de profunda exploração das classes trabalhadoras, tais como camponeses e artesãos que trabalhavam para negociantes-fabricantes, mendigos obrigados a trabalhar nas *workhouses* e o trabalho escravo mantido nas Colônias, que foram fundamentais para a produção e a acumulação de riquezas. Na verdade, o que se verifica nesse momento histórico é uma brutal exploração destes segmentos sociais, que protagonizam inúmeras revoltas. É o caso, por exemplo, das chamadas guerras camponesas que proliferaram em toda a Europa. Essa situação social também possibilitou o surgimento das primeiras idéias de reforma social, cujos exemplos mais importantes, nesse período, são a Utopia, de Thomas Morus, texto publicado em 1516, e a *Cidade do Sol*, publicado em 1602, por Tomaso Campanella (os quais abordaremos novamente na seção que trata do contexto intelectual em que ocorre a formação da Sociologia).

O fechamento dos campos (*enclosures acts*) pelos grandes proprietários provocou uma enorme migração de camponeses para as cidades. Estes campos passaram a ser ocupados pela criação de ovelhas, para atender à crescente demanda pela lã. A reação dos camponeses logo se fez sentir intensamente, reivindicando liberdade, democracia parlamentar e propriedade. Ao mesmo tempo, as cidades cresceram e os mercados ultrapassaram os limites citadinos.

Esse processo é extremamente importante, pois rompe com a estrutura das corporações que conseguiam atender às demandas locais por produtos artesanais. Assim começa a surgir uma nova figura no processo produtivo: um intermediário cuja função era fazer com que os produtos chegassem até os consumidores. Quando ele passa também a disponibilizar a matéria-prima, o mestre artesão desempenha apenas as funções de empregador, trabalhador e capataz. Na verdade, este se transforma paulatinamente em um simples produtor de mercadorias. Mesmo que ainda fossem donos dos instrumentos de trabalho, eles dependiam da matéria-prima trazida pelos intermediários e não mais se apropriavam do produto final.

Leo Huberman, na sua magistral obra *A História da Riqueza do Homem*, sintetiza o processo de evolução dos sistemas produtivos que culmina com o domínio do sistema fabril, no século 18. Embora o desenvolvimento não seja um processo linear, de etapas que se sucedem, pode-se estabelecer as seguintes fases:

1. *Sistema familiar*: os membros de uma família produzem artigos para seu consumo, e não para a venda. O trabalho não se fazia com o objetivo de atender ao mercado. Princípio da Idade Média.

2. *Sistema de corporações*: produção realizada por mestres artesãos independentes, com dois ou três empregados, para o mercado, pequeno e estável. Os trabalhadores eram donos tanto da matéria-prima que utilizavam como das ferramentas com que trabalhavam. Não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho. Durante toda a Idade Média.

3. *Sistema doméstico*: produção realizada em casa para um mercado em crescimento, pelo mestre artesão com ajudantes, tal como no sistema de corporações. Com uma diferença importante: os mestres já não eram independentes; tinham ainda a propriedade dos instrumentos de trabalho, mas dependiam, para a matéria-prima, de um empreendedor que surgira entre eles e o consumidor. Passaram a ser simplesmente tarefeiros assalariados. Do século XVI ao XVIII.

4. *Sistema fabril*: produção para um mercado cada vez maior e oscilante, realizado fora de casa, nos edifícios do empregador e sob rigorosa supervisão. Os trabalhadores perderam completa-

Leo Huberman



Foi chefe do Departamento de Ciências Sociais do New College, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Jornalista militante, escreveu numerosos artigos, publicados em sua quase totalidade na *Monthly Review*, publicação de prestígio internacional que, junto com Paul Sweezy, fundou e dirigiu até sua morte, ocorrida em novembro de 1998.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Leo_Huberman>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Imagem disponível em:
<<http://www.tamilnation.org/images/intframe/debray.jpg>>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

mente sua independência. Não possuem a matéria-prima, como ocorria no sistema de corporações, nem os instrumentos, tal como no sistema doméstico. A habilidade deixou de ser tão importante como antes, devido ao maior uso da máquina. O capital tornou-se mais necessário do que nunca. Do século XX até hoje (Huberman, 1974, p. 125).

A Revolução Industrial é um evento que se desenvolve fundamentalmente na Inglaterra. A combinação de vários fatores – econômicos, sociais, políticos e culturais – fez do território inglês um lugar em que incontáveis decisões de empresários e investidores, respaldados por uma nova institucionalidade política, fossem comandadas pela busca do lucro máximo. De acordo com Hobsbawm (1977a, p. 47),

as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária, já tinha sido encontrada na prática. Uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores. (...) As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas de há muito tinham-se disseminado por um interior não feudal. A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia. (...) Um considerável volume de capital social elevado – o caro equipamento geral necessário para toda a economia progredir suavemente – já estava sendo criado, principalmente na construção de uma frota mercante e de facilidades portuárias e na melhoria das estradas e vias navegáveis. A política estava engatada ao lucro.

A forma principal do capitalismo inglês presente nas atividades de transformação foi o sistema doméstico, em que artesãos ou camponeses pobres produzem bens a domicílio para um “mercador-fabricante”. A manufatura, reunindo no mesmo espaço muitos trabalhadores, não se desenvolveu plenamente na Inglaterra. A partir da segunda metade do século 18, contudo, desenvolveu-se a forma de organização típica da produção capitalista: o sistema de fábricas.

Durante todo o século 18 são geradas, na Inglaterra, as inovações técnicas que aumentaram significativamente a produção. Já no início do século John Lombe furtou os segredos das máquinas italianas de fiar a seda, construindo com seu irmão uma fábrica, em 1717. Nessa mesma época os Darby melhoraram a produção de ferro fundido com misturas de coque, de turfa e de pó de carvão, utilizando um potente fole de forja. Nas minas são

empregadas bombas atmosféricas a vapor para retirar a água. Em 1733 o tecelão John Kay inventa uma lançadeira volante, cujo uso se generaliza duas décadas depois. Em 1749 o relojoeiro Huntsmann fabrica aço fundido. No período de 1730 a 1760 a utilização do ferro aumenta em 50%. De 1740 a 1770 o consumo de algodão aumenta 117%. Em 1764 o tecelão James Hargreaves aperfeiçoa a roca *spinning jenny*, possibilitando fiar vários fios ao mesmo tempo. Em 1767-1770 o cardador Thomas Hights e o penteador Arkwright passam a utilizar a energia da água com o *waterframe*. O fiador e tecelão Compton irá combinar essas duas invenções, por meio da *mule jenny*, localizando as fiações próximas às correntes de água.

James Watt, nos anos 60, inventa a máquina a vapor, que será usada na indústria a partir de 1775. Em 1785 será construída em Nottingham a primeira fiação a empregar máquinas a vapor. Nesse mesmo ano o pastor Cartwright inventa o tear mecânico, cujo emprego será generalizado no fim do século.

Paralelamente, o progresso técnico verifica-se em outras áreas da produção têxtil – máquinas de bater, de cardar, de fiar em quantidade, branqueamento, tintura, etc., e em outras indústrias – fábricas de papel, serraria, madeira, etc. Também a produção do ferro progride intensamente. Em 1776 são fabricados os primeiros trilhos de ferro e, em 1778, é construído o primeiro navio de ferro.

Cabe ressaltar também a centralidade do algodão na Revolução Industrial. Afirma Eric Hobsbawm que o algodão permitiu a criação de um conjunto bastante amplo de atividades fabris, responsáveis por uma expressiva parcela do crescimento econômico da Inglaterra até 1830.

Também cabe ressaltar a importância do carvão, a principal fonte de energia industrial e importante combustível doméstico na Inglaterra. O carvão está na base do desenvolvimento de uma das principais invenções da Revolução Industrial: a ferrovia. A expansão das ferrovias foi significativa. Em 1830 havia poucos quilômetros de ferrovias no mundo; em 1840 havia 7 mil quilômetros e em 1850 mais de 37 mil quilômetros. Essa expansão explica-se pelo fato de que “as classes ricas acumulavam renda tão rapidamente em tão grandes quantidades que excediam todas as possibilidades disponíveis de gasto e investimento” (Hobsbawm, 1977a, p. 62).

Esse conjunto de invenções e de técnicas revoluciona a produção, gerando uma nova forma de organização: a fábrica. Ela se generaliza nos séculos seguintes, constituindo o núcleo estratégico do desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Beaud (1991, p. 107),

**Manifesto do Partido Comunista:**

você tem acesso ao texto na íntegra em:
<http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf>

a fábrica utiliza uma energia (hulha preta para o calor, hulha branca para acionar os mecanismos) e máquinas. É apenas no fim do século que os motores a vapor, concebidos e experimentados por Watt entre 1765 e 1775, serão usados para acionar as máquinas (haverá cerca de quinhentos em serviço por volta de 1800). Com essa energia é promovido um sistema de máquinas que resulta necessariamente na organização da produção e dos ritmos do trabalho, e que implica uma nova disciplina para os trabalhadores que a servem. São construídas fiações, construções de tijolo de quatro ou cinco andares empregando centenas de operários; fábricas de ferro e de fundição reúnem altos fornos e várias forjas.

A fábrica torna-se o espaço institucional privilegiado para a produção capitalista de mercadorias. Nela estabelecem-se relações entre duas classes importantes: o empresário capitalista, proprietário dos meios de produção, e os trabalhadores assalariados. Como se trata de uma forma de produção que visa ao lucro e à acumulação do capital, a inovação das técnicas e a permanente ampliação dos mercados constituem-se em práticas fundamentais. A concorrência ameaça permanentemente cada capitalista individual e as crises periódicas o conjunto dos capitalistas. Os trabalhadores também estão sob a constante ameaça do desemprego e da redução dos salários. Além disso, são submetidos a uma rígida disciplina e a formas de controle cada vez mais "científicas".

Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, reconhecendo o papel revolucionário desempenhado pela burguesia na História moderna, assim avaliaram as conseqüências da hegemonia da burguesia no mundo moderno:

onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível "pagamento em dinheiro". Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no

lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou unicamente a liberdade de comércio sem escrúpulos. (...) Transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência.

A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar vínculos em toda a parte.

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (Marx; Engels, 1996, p. 68-69).

Sintetizando: os processos sociais que se desenvolveram entre os séculos 15 e 18 culminaram com a Revolução Industrial, o estabelecimento do sistema fabril e as demais instituições da sociedade moderna. Uma nova sociedade nasceu: urbana, industrial e capitalista.

É claro que essa colossal transformação do mundo não teria sido possível se as novas classes sociais não tivessem desenvolvido uma visão de mundo coerente com seus interesses (uma nova cultura) e uma igualmente nova forma de Estado. Assim, as novas classes ligadas ao comércio, à produção manufatureira e posteriormente fabril, desenvolveram uma visão de mundo, uma forma de Estado que genericamente podemos designar como liberal.

Inicialmente fizemos menção ao primeiro grande acontecimento político ocorrido no século 17: as duas revoluções inglesas que criaram as bases políticas e culturais para o desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra e do Estado moderno. Posteriormente, em 1776, a revolução americana, embora não tenha tido a mesma importância, ao mesmo tempo que afirmou a independência e a criação dos Estados Unidos da América, instituiu uma forma republicana de Estado.

Esses processos políticos terão como momento culminante a Revolução Francesa. Se a Revolução Industrial inglesa – como vimos – moldou a economia moderna, foram os acontecimentos ocorridos na França, em 1789, que deram forma à política e à ideologia moderna. Foi uma verdadeira revolução social de massa, mais radical do que outros processos similares e profundamente ecumênica. Conforme Hobsbawm (1977a, p. 73),

seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas idéias de fato o revolucionaram. (...) Sua influência direta é universal, pois ela forneceu o padrão para todos os movimentos revolucionários subseqüentes, suas lições (interpretadas segundo o gosto de cada um) tendo sido incorporadas ao socialismo e ao comunismo modernos.

República Jacobina

Fase da Revolução Francesa dominada pelos jacobinos, grupo político que defendia reformas sociais radicais. Suas lideranças mais conhecidas são Robespierre, Danton e Marat.

Napoleão Bonaparte



(Ajaccio, Córsega, 15/8/1769 — Santa Helena, 5/5/1821), dirigente efetivo da França a partir de 1799. Imperador da França, conquistou e governou grande parte da Europa central e ocidental. Napoleão foi um dos chamados “monarcas iluminados”, que tentaram aplicar à política as idéias do movimento filosófico chamado Iluminismo ou Aufklärung.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Napole%C3%A3o_Bonaparte>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

A revolução francesa passou por várias fases, de avanços e recuos. O seu momento mais radical – a república jacobina – passou para a história como a fase do terror; no entanto, pode-se argüir que sem esse momento talvez a restauração, ocorrida posteriormente, teria sido mais substantiva do ponto de vista social e político. Com o fim da república jacobina, ocorreram várias alternâncias de regime responsáveis pela manutenção da sociedade burguesa: Diretório (1795-1799), Consulado (1799-1804), Império (1804-1814), a restauração da Monarquia Bourbon (1815-1830), a Monarquia Constitucional (1830-1848), a República (1848-1851) e o Império (1852-1870).

A fase dirigida por Napoleão, oriundo do próprio movimento jacobino, representou o momento das grandes conquistas e da consolidação da revolução. É certo que a utopia radical da liberdade, igualdade e fraternidade foi substituída pelos símbolos maiores da sociedade burguesa: o Código Civil, a criação do Banco Nacional, a hierarquia do funcionalismo público e a instituição das grandes carreiras da vida pública francesa, como o exército, o Direito e a educação. Ainda de acordo com Hobsbawm (1977a, p. 94), o regime napoleônico

trouxe estabilidade e prosperidade para todos, exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora mesmo para os parentes deles tivesse trazido a glória. Sem dúvida, os britânicos se viam como os lutadores pela causa da liberdade contra a tirania; mas em 1815 a maioria dos ingleses era mais pobre do que o fora em 1800, enquanto que a maioria dos franceses era quase que certamente mais rica, e ninguém, exceto os trabalhadores assalariados cujo número ainda era insignificante, tinha perdido os substanciais benefícios econômicos da Revolução.

A derrota militar sofrida por Napoleão não impediu a continuidade da revolução burguesa. Apenas colocou um ponto final na política expansionista francesa, impedindo que a França se tornasse a grande potência do mundo, lugar que foi ocupado pela Inglaterra, que, como vimos, foi capaz de desenvolver com sucesso uma economia capitalista. Este processo de transformação obviamente não se restringiu às mudanças na esfera econômica; ele estendeu sua influência aos campos da política e da cultura, gerando um novo processo societário.

Resta ainda considerar dois aspectos socialmente importantes para compreender o processo de surgimento da Sociologia. O primeiro diz respeito à emergência da classe operária como sujeito político independente, a partir de 1830, na França e na Inglaterra, como produto do aprofundamento da industrialização. Podemos citar como exemplo o movimento cartista, movimento de trabalhadores ocorrido na Inglaterra que reivindicava o voto universal e secreto, igualdade dos distritos eleitorais, eleição anual do Parlamento, pagamento aos parlamentares e abolição da condição de proprietários para ser candidato.

O segundo se refere à revolução de 1848. Esse processo, que ocorreu mais ou menos simultaneamente em todos os principais países europeus, assumiu os contornos de uma verdadeira revolução social. O objetivo das forças revolucionárias era o estabelecimento de uma república democrática e social, capaz de superar as injustiças e as desigualdades profundas geradas pelo desenvolvimento da sociedade burguesa. Com a mesma presteza com que os governos conservadores foram derrubados, porém as forças sociais que os sustentavam foram capazes de restabelecer a ordem social.

Na verdade a verdadeira força revolucionária, segundo Hobsbawm, foram os trabalhadores pobres. Estes constituíram a base social da revolução, mas pela falta de organização e inexperiência política, não conseguiram formular um projeto claro de sociedade. Os pequenos proprietários, agricultores, a baixa classe média, os artesãos descontentes e seus porta-vozes intelectuais foram importantes agentes revolucionários, mas também incapazes de constituir uma real alternativa política. Nessa revolução a burguesia assumiu a sua condição de classe, deixando de ser definitivamente uma força socialmente revolucionária.

A revolução de 1848 também produziu mudanças. Talvez a mais importante foi levar ao fim a crença na virtude das monarquias sustentadas pela imutabilidade das regras divinas e pela rigidez das hierarquias sociais. A defesa da nova ordem social precisava de novos instrumentos conceituais e políticos. As diferentes teorias sociais pré e pós-revolucionárias fornecerão os meios mais adequados para a defesa da ordem capitalista, mas desenvolverão também os meios para a sua superação. A criação da Sociologia – vale repetir – é parte importante, juntamente com o pensamento liberal, do universo intelectual dessa época. Nela se configuram as teorias que sustentam e as que criticam a nova sociedade industrial capitalista.

A derrota das forças revolucionárias fortaleceu a sociedade burguesa. O período que se seguiu foi de intensa expansão econômica sob a ótica liberal, até 1875, ano em que tem início uma profunda depressão econômica. Na verdade, esse período expansivo criou as bases para a segunda Revolução Industrial. Eric Hobsbawm (1977a, p. 312-313) sintetizou as transformações ocorridas nesse período da seguinte forma:

Pensamento liberal

Pensamento que afirma as virtudes da livre iniciativa dos indivíduos e do mercado para o pleno desenvolvimento das atividades econômicas.

a economia capitalista mudou de quatro formas significativas. Em primeiro lugar, entramos agora numa nova era tecnológica, não mais determinada pelas invenções e métodos da primeira Revolução Industrial: uma era de novas fontes de poder (eletricidade e petróleo, turbinas e motor a explosão), de nova maquinaria baseada em novos materiais (ferro, ligas, metais não-ferrosos), de indústrias baseadas em novas ciências tais como a indústria em expansão da química orgânica. Em segundo lugar, entramos também agora cada vez mais na economia de mercado de consumo doméstico, iniciada nos estados Unidos, desenvolvida (na Europa ainda modestamente) pela crescente renda das massas, mas sobretudo pelo substancial aumento demográfico dos países desenvolvidos. De 1870 a 1910 a população da Europa cresceu de 290 para 435 milhões, a dos Estados Unidos de 38,5 para 92 milhões. Em outras palavras, entramos no período da produção de massa, incluindo alguns bens de consumo duráveis.

Em terceiro lugar – e de certa forma este foi o desenvolvimento mais decisivo –, uma reviravolta paradoxal teve lugar. A era do triunfo liberal tinha sido aquela era *de facto* do monopólio industrial inglês, dentro do qual (com notáveis exceções) os lucros eram assegurados sem muita dificuldade pela competição de pequenas e médias empresas. A era pós-liberal caracterizava-se por uma competição internacional entre economias industriais nacionais rivais – a inglesa, a alemã, a norte-americana; uma competição acirrada pelas dificuldades que as firmas dentro de cada uma destas economias enfrentavam (no período de depressões) para fazer lucros adequados. A competição levava portanto à concentração econômica, controle do mercado e manipulação (...).

O mundo entrou no período do imperialismo, no sentido maior da palavra (que inclui as mudanças na estrutura da organização econômica como, por exemplo, o “capitalismo monopolista”), mas também em seu sentido menor: uma nova integração dos países “subdesenvolvidos” enquanto dependências em uma economia mundial dominada pelos países “desenvolvidos”. Além da rivalidade (que levou as potências a dividir o globo entre reservas formais ou informais para seus próprios negócios) entre mercados e exportações de capital, tal processo também era devido à crescente não-disponibilidade de matérias-primas na maioria dos próprios países desenvolvidos, por razões geológicas ou climáticas. (...)

Numa escala global, esta dicotomia entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas (teoricamente complementares), embora não nova em si mesma, começou a tomar uma forma reconhecida-

mente moderna. O desenvolvimento da nova forma de desenvolvimento/dependência iria continuar com apenas breves interrupções até a queda geral na década de 1930, e forma a quarta grande mudança na economia mundial.

Um novo estado cada vez mais forte e intervencionista e dentro dele um novo tipo de política desenvolveram-se a partir de então, recebidos com melancolia pelos pensadores antidemocráticos.

Esse é o mundo que surgiu das grandes revoluções inglesa e francesa. A Revolução Industrial inglesa levou ao limite o desenvolvimento de um processo civilizatório capitalista. A revolução francesa expôs as contradições sociais geradas pelas sociedades de classes, notadamente a sociedade burguesa, criando situações políticas em que diferentes projetos históricos foram confrontados. Apesar das derrotas sofridas pelos projetos que envolveram o povo, a acúmulo produzido pelas lutas sociais revolucionárias desembocará no mais importante evento do século 20: a revolução soviética.

Para concluir este capítulo: estes elementos históricos são importantes para contextualizar o nascimento da Sociologia. Ela mesma é um dos atores cuja presença no cenário cultural e político a partir do século 19 será fundamental (talvez até mesmo decisiva) para definir os movimentos realizados pelos grandes sujeitos históricos: as classes sociais. É o que vamos ver no próximo capítulo.

Referências

BEAUD, Michel. *História do capitalismo* – de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Ed Brasiliense, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1996.

1.3 – A FUNDAÇÃO DA SOCIOLOGIA: CONTEXTO INTELECTUAL

No capítulo anterior reconstruímos o contexto histórico-social em que ocorreu a formação da Sociologia. Esse conjunto de transformações obviamente não teria ocorrido se paralelamente os homens não tivessem desenvolvido outras formas de pensar o mundo e a sociedade, contrapondo-as com o pensamento religioso. Por isso, é fundamental discutir o

Parmênides de Eléia



(cerca de 530 a.C. – 460 a.C.) nasceu em Eléia, hoje Vélia, Itália. Foi o fundador da escola *eleática*.

Seu pensamento está exposto num poema filosófico intitulado *Sobre a Natureza* e é considerado o fundador da metafísica ocidental com sua distinção entre o Ser e o Não-Ser.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Parm%C3%AAnides_de_El%C3%A9ia>. Acesso em: 16 jan. 2008.

Heráclito de Éfeso



(datas aproximadas: 540 a.C. – 470 a.C. em Éfeso, na Jônia), filósofo pré-socrático, recebeu o cognome de “pai da dialética”. Problematisa a questão do devir (mudança). Recebeu a alcunha de “Obscuro”, pois desprezava a plebe, recusou-se a participar da política (que era essencial aos gregos), e tinha também desprezo pelos poetas, filósofos e pela religião. Sua alcunha derivou-se principalmente devido ao livro (*Sobre a Natureza*) que escreveu com um estilo obscuro, próximo a sentenças oraculares.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Her%C3%A1clito_de_%C3%89feso>. Acesso em: 16 jan. 2008.

contexto intelectual em que ocorre a formação da Sociologia. Vale lembrar que a Sociologia, como um evento do século 19, ao completar o ciclo de formação das ciências, pode ser caracterizada como o momento de consolidação do pensamento científico. A nossa tarefa agora será recuperar os momentos principais desse processo.

A ciência moderna estrutura-se definitivamente no século 19. Porém a sua história inicia-se efetivamente no mundo grego. Seria fundamental reconstruir esse processo histórico no seu conjunto. Nesse sentido, precisaríamos nos referir, por exemplo, aos pensadores pré-socráticos, como Parmênides, para quem o caminho que conduz à verdade é aquele que “diz que o ser é e que o não-ser não é”; ou Heráclito, que afirma que o mundo é movimento e contradição: “esse mundo, igual para todos, nenhum dos deuses e nenhum dos homens o fez; foi, é e sempre será um fogo eternamente vivo, acendendo-se e apagando-se conforme a medida”. Ainda se poderia designar as idéias de Empédocles (“às vezes, do múltiplo cresce o uno para um único ser; outras, ao contrário, divide-se o uno na multiplicidade”) ou de Anaxágoras (“todas as outras coisas participam de todas as coisas”).

Serão os filósofos do período socrático, no entanto, que darão um impulso novo para a criação de um pensamento racional, notadamente Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates, a partir das premissas “conhece-te a ti mesmo” e “só sei que nada sei”, estabelece um método de produção do conhecimento – ou de superação da simples opinião – mediante sucessivas perguntas. É com esse método que Platão, na República, chega à conclusão de que a cidade justa é aquela que distribui os homens hierarquicamente, em classes, segundo sua aptidão: os dirigentes-filósofos, os soldados e os trabalhadores. Para Platão, há uma diferença fundamental entre o mundo das idéias, mundo perfeito, do bem absoluto – mundo inteligível, ao qual se chega pela Filosofia –, e o mundo sensível, das coisas visíveis e das imagens – simples cópia do mundo inteligível. Nem todos os homens têm acesso ao mundo inteligível, apenas aqueles que podem desenvolver a virtude da sabedoria pois na sua alma predomina o elemento racional.

Aristóteles contrapõe-se a Platão, sobretudo em relação aos dois mundos, o inteligível e o sensível. O pensamento aristotélico estabelece um ponto de partida: a categoria substância. Substância é aquilo que existe – o ser – e sobre ela podemos construir um conhecimento, por meio das categorias estabelecidas pela lógica. A substância é ato e potência, ou seja, possui uma potencialidade que se concretiza – o ato – numa forma determinada. De forma simplificada, pode-se dizer que o mundo das idéias é uma expressão inteligível do mundo sensível.

Para os objetivos desta reflexão, no entanto, vamos considerar basicamente as mudanças que se iniciam com o Renascimento, no século 15, e vão até o século 19. Esse período inicial pode ser caracterizado pela recuperação do pensamento grego, sobretudo a contribuição de Aristóteles, feita por Santo Tomás de Aquino. Até então prevalecia a influência de Platão, incorporada pelo pensamento de Santo Agostinho. O humanismo renascentista pode ser resumido na seguinte questão: a retomada das reflexões sobre o homem e a natureza, oscilando entre as perspectivas humana e religiosa. O Renascimento abre a possibilidade de construção de um novo processo civilizatório; inicia o rompimento com a época medieval e inaugura a era moderna. A retomada do pensamento grego é fundamental, porque é por meio dele que os homens começam a pensar o mundo a partir do próprio mundo. Além dos artistas, vários pensadores renascentistas destacaram-se: Petrarca, Nicolau de Cusa, Marcílio Ficino, Pico de Mirândola, Michel de Montaigne, Erasmo de Roterdã, Lutero, Calvino, Tomas Morus, Leonardo da Vinci, Maquiavel, Giordano Bruno, Tomaso Campanella, entre outros.

O pensamento humanista-renascentista expressa uma grande vontade de renovação religiosa. Lutero e Calvino são exemplos importantes; segundo eles, a salvação do homem está unicamente na fé e na palavra de Deus, revelada nas Sagradas Escrituras. Calvino leva ao limite as idéias de providência e predestinação. A visão radical de Lutero – a liberdade de interpretação do texto sagrado e a possibilidade de qualquer homem iluminado poder pregar a palavra de Deus – leva a uma grande

Empédocles



(Agrigento, 495/490 – 435/430 a.C.), filósofo, médico, legislador, professor, místico além de profeta, foi defensor da democracia e sustentava a idéia de que o mundo seria constituído por quatro elementos: água, ar, fogo e terra.

Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Emp%C3%A9docles>>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Anaxágoras de Clazomena



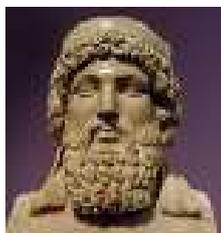
(Clazomena, 500 a.C. – Lâmpsaco, 428 a.C.), filósofo grego do período pré-socrático. Nascido em Clazômenas, na Jônia, fundou a primeira escola filosófica de Atenas, contribuindo para a expansão do pensamento filosófico e científico que era desenvolvido nas cidades gregas da Ásia.

Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Anaxagoras.jpg>>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Sócrates

(470 a.C. – 399 a.C.), filósofo ateniense, um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental e um dos fundadores da atual Filosofia Ocidental. A fonte mais importante de informação sobre Sócrates é Platão (alguns filósofos afirmam só se poder falar de Sócrates como um personagem de Platão, por ele nunca ter deixado nada escrito de sua própria autoria, comprovando historicamente sua existência real).

Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%B3crates>>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Platão

(428/27 a.C. — 347 a.C.), filósofo grego. Discípulo de Sócrates, fundador da Academia e mestre de Aristóteles. Seu nome verdadeiro era Aristócles; Platão era um apelido que, provavelmente, fazia referência à sua característica física, tal como o porte atlético ou os ombros largos, ou ainda a sua ampla capacidade intelectual de tratar de diferentes temas. Πλάτος (*plátos*), em grego significa amplitude, dimensão, largura. Sua Filosofia é de grande importância e influência. Platão ocupou-se com vários temas, entre eles ética, política, metafísica e teoria do conhecimento.

Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Plat%C3%A3o>>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

divisão da Igreja Católica, com a criação da Igreja Luterana. Consumada a divisão, no entanto, o próprio Lutero exortou os príncipes a reprimirem os “delitos públicos, os perjúrios e as blasfêmias manifestadas em nome de Deus”.

Também é importante ressaltar que nesse período surge um pensamento social crítico, protagonizado por Tomas Morus e Tomaso Campanella. O primeiro imaginou a ilha de Utopia e o segundo a Cidade do Sol, formas de organização social fundadas na propriedade comum dos meios de produção. Na Utopia o dinheiro seria abolido e com ele os roubos, a violência e a pobreza, a igualdade possibilitaria o desenvolvimento do “nosso”, o trabalho deixaria de ser uma atividade penosa, os homens seriam pacifistas e seria admitido o pluralismo religioso. A Cidade do Sol é uma cidade cristã, dirigida por um príncipe-sacerdote denominado Sol e nela as virtudes (verdade, gratidão, justiça, fortaleza, magnanimidade, etc.) predominariam sobre os vícios. Seus habitantes louvavam Ptolomeu, admiram Copérnico e são inimigos de Aristóteles.

1.3.1 – O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL E A CIÊNCIA MODERNA

A Ciência moderna começa a se constituir efetivamente a partir das reflexões feitas por Maquiavel (1469-1527) sobre o Estado e a política. As lições elaboradas por Maquiavel em *O príncipe* (1513) e nos *Discursos* sobre a primeira década de Tito Lívio (escritos entre 1513 e 1519) estabelecem uma nova maneira de produzir o conhecimento. Maquiavel abandona a idéia de estabelecer as coisas como elas deveriam ser, para analisar as coisas como elas são. Afirma ele (1998, p. 73):

Sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva da coisa do que uma imaginação sobre ela. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram de verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes sua ruína do que sua preservação.

Esta afirmação é confirmada pelo conteúdo dos dois livros citados. Na verdade Maquiavel, mediante a observação, estabelece princípios sobre o homem e a natureza do Estado, bem como das ações que levaram certos "príncipes" a serem vitoriosos e outros derrotados. O fato de os homens serem "íngratsos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar" determina a necessidade do Estado, como instituição capaz de estabelecer alguma ordem entre os homens, que obviamente se transformará em desordem, considerando as características imutáveis dos homens. Também justifica a necessidade do Estado o fato de existirem duas forças em confronto nas sociedades: "o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo" (1998, p. 43).

A observação detalhada das ações dos grandes homens (governantes, chefes militares) e da sua própria, como dirigente da República de Florença, lhe permite construir um conjunto de regras necessárias para a conquista e manutenção do poder político. Por exemplo, uma regra fundamental para o bom governante é considerar que é mais adequado ser temido do que ser amado, posto que a condição preferível – uma combinação das duas – é muito difícil de ser alcançada. O temor coloca a questão do uso da crueldade; o governante bem-sucedido não deve ter o escrúpulo de empreender ações cruéis se elas forem necessárias para manter o poder do Estado. Deve, no entanto, proceder de forma adequada, "quando houver justificativa conveniente e causa manifesta", evitando sempre "atentar contra os bens dos outros". A violência é, portanto, intrínseca ao governante e ao Estado.

Maquiavel emprega duas categorias analíticas para a compreensão das ações políticas: *virtú* e *fortuna*. Considerando que muitos defendem que as ações humanas são governadas pela fortuna e por Deus, Maquiavel posiciona-se da seguinte maneira: "já que o nosso livre-arbítrio não desapareceu, julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase" (1998, p. 119). A fortuna pode ser traduzida como sorte ou, mais precisamente, como a indeterminação, o acaso. A *virtú* representa a ação determinada ou o conhecimento da situação.

Aristóteles



Nasceu em Estagira, na Calcídica (384 a.C. – 322 a.C.). Filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande, é considerado um dos maiores pensadores de todos os tempos e criador do pensamento lógico.

Ele está entre os mais influentes filósofos gregos, junto com Sócrates e Platão, que transformaram a Filosofia pré-socrática, construindo um dos principais fundamentos da Filosofia ocidental. Aristóteles prestou contribuições fundantes em diversas áreas do conhecimento humano, destacando-se: ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural. É considerado por muitos o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental, por ter estudado uma variada gama de assuntos e por ter sido também um discípulo que em muito sentidos ultrapassou seu mestre.

Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arist%C3%B3teles>>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Martinho Lutero

(Eisleben, 10/11/1483 — Eisleben, 18/02/1546), teólogo alemão. É considerado o pai espiritual da Reforma Protestante.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Martinho_Lutero>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

João Calvino

(Noyon, 10/7/1509 — Genebra, 27/5/1564), teólogo cristão francês. Calvino fundou o Calvinismo, uma forma de Protestantismo, durante a Reforma Protestante. Calvino foi inicialmente um humanista. Nunca foi ordenado sacerdote. Depois do seu afastamento da Igreja católica, este intelectual começou a ser visto, gradualmente, como a voz do movimento protestante, pregando em igrejas e acabando por ser reconhecido por muitos como “padre”.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Calvino>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Se fôssemos inteiramente governados pela deusa fortuna pouco teríamos a fazer; como somos apenas em parte governados pela fortuna, podemos, por meio da virtú, dominá-la. Maquiavel cita o exemplo dos rios caudalosos, que durante as enchentes arrasam tudo o que está próximo. Quando volta a calmaria nada impede que os homens construam diques para controlar a fúria das águas na próxima enchente. O que isso significa? É a efetiva presença da virtú, ou seja, da capacidade dos homens observarem um fenômeno natural e inventarem estruturas de proteção. Assim, a fortuna é controlada pela virtú; os homens conquistam sua liberdade. A política é uma atividade humana, desvinculada dos deuses e da ética; ela é governada pela capacidade dos homens em conhecer e transformar o mundo.

O governante vitorioso é aquele que é capaz de desenvolver a virtú, transformando-se num verdadeiro sujeito do conhecimento e da política. Ele precisa conhecer as diferentes forças sociais, a capacidade das mesmas em mobilizar recursos para a disputa pelo poder, as estratégias políticas tradicionais e novas e, principalmente, conhecer a si próprio, as suas próprias forças. Na modernidade, o governante é o partido político, que tem um plano de ação administrativa (programa de governo), capaz de expressar os interesses da maioria da população, de tal modo que ela o assume como seu (hegemonia).

O método de investigação adotado por Maquiavel o coloca como um dos precursores da Sociologia. Gérald Namer identifica-o como o fundador da Sociologia do conhecimento. É claro que as perspectivas são diferentes: o governante, o povo e, contemporaneamente, o sociólogo. O próprio Maquiavel adverte para esse problema: “para conhecer bem a natureza dos povos, é preciso ser príncipe, e, para conhecer a natureza dos príncipes, é preciso ser povo” (1998, p. 130). Como há sempre uma oposição na sociedade, os conhecimentos são relativos e respondem aos interesses concretos do povo ou do príncipe.

Além disso, há uma dimensão fundamental a ser observada pelo príncipe, que sobrepõe o parecer ser ao ser. Essa intransparência se manifesta, por exemplo, em relação à palavra

empenhada para o povo. Como ninguém é absolutamente bom, novas circunstâncias podem obrigar o príncipe a mudar de posição. É nesse momento que deve aparecer uma habilidade inerente ao príncipe: saber disfarçar, ser um grande simulador e dissimulador. Por isso, não é necessário que o príncipe efetivamente tenha as qualidades que ele afirma ter, como a integridade, a humanidade, a piedade, a fé, a bondade, a convicção democrática, etc., “mas é indispensável parecer tê-las”. Por isso, precisa “não se afastar do bem, mas entrar no mal, se necessário” (1998, p. 85).

Há duas verdades: a do príncipe e a do povo. Poderíamos julgar, apressadamente, que este é o pior dos mundos, na medida em que ele nos impede de chegar a um conhecimento universal ou ao mundo do “bem absoluto”. Lembremo-nos, porém, de que o príncipe (ou o Estado) é necessário para instaurar a ordem no mundo dilacerado pelos egoísmos e os conflitos inerentes ao homem. Maquiavel sentencia:

como não há tribunal onde reclamar das ações de todos os homens, e principalmente dos príncipes, o que conta por fim são os resultados. Cuide pois o príncipe de vencer e manter o estado: os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas (1998, p. 85-86).

Há várias passagens, no entanto, em que ele afirma o papel decisivo do povo na política. O povo aparece como o ator decisivo para a preservação da liberdade e da República (“a desunião entre o povo e o Senado de Roma foi a causa da grandeza e da liberdade da República”). Também quando afirma que um príncipe deve “valorizar os grandes”, ele não se descuida quanto ao papel do povo, pois o príncipe não pode “se fazer odiar pelo povo”. Talvez seja inútil o esforço intelectual no sentido de encontrar a verdadeira perspectiva teórica de Maquiavel. As suas lições indicam a relatividade das posições políticas.

As teses de que os fins justificam os meios e da violência como instrumento do Estado transformaram Maquiavel no grande demônio da política, num símbolo do mal. A própria Igreja

Nicolau Maquiavel



(Florença, 3/05/1469 — Florença, 21/6/1527), historiador, poeta e diplomata italiano do Renascimento. É reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna, pelo fato de escrever sobre o Estado e o governo como realmente são e não como deveriam ser. Recentes estudos sobre o autor e sua obra admitem que seu pensamento foi mal interpretado historicamente. Desde as primeiras críticas, feitas postumamente por um cardeal inglês, as opiniões, muitas vezes contraditórias, acumularam-se, de forma que o adjetivo *maquiavélico*, criado a partir de seu nome, significa esperteza, astúcia.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Maquiavel>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Santo Ofício ou **Inquisição**

do latim: *Inquisitio Haereticæ Pravitatis Sanctum Officium*, é um termo que deriva do ato judicial de *inquirir*, o que se traduz e significa perguntar, averiguar, ameaçar, extorquir, abusar, chocar, ferir emocional – e fisicamente, causar medo, apavorar, etc...

No contexto histórico europeu, a Inquisição foi uma operação oficial conduzida pela Igreja Católica a fim de apurar e punir pessoas por heresia (escolha contrária ou diferente do cristianismo, que pressupõe um sistema doutrinal organizado, ortodoxo).

Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Inquisi%C3%A7%C3%A3o>>.
Acesso em: 19 jan. 2008.

Católica se encarregou de elaborar e propagar essa idéia. No Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1561, as obras de Maquiavel foram colocadas no índice dos livros proibidos. A partir de então, os vocábulos maquiavélico e maquiavelismo adquiriram um sentido pejorativo, significando maldade, crueldade, má-fé, mentira, sacanagem, manipulação, etc. Apesar disso, a obra de Maquiavel sobreviveu, sendo incorporada definitivamente na formação do pensamento ocidental. Uma obra nunca produz unanimidade de pensamento, por isso ela só pode se destacar pela sua capacidade de despertar o pensamento crítico. É assim que se desenvolve o pensamento de Maquiavel.

A equação política maquiaveliana não tem solução. Mesmo que o povo se torne príncipe ele terá de oprimir aqueles que foram seus opressores. A modernidade engendrou novas equações políticas e novas soluções, como o Estado democrático de direito, que tem oscilado entre uma forma liberal e outra social, e o socialismo.

O Concílio de Trento encerra o movimento renascentista italiano. A Igreja Católica, por meio da censura e da repressão, procura se antepor aos processos sociais, políticos e culturais em curso, mas não consegue impedir o progresso do pensamento racional. Outros pensadores italianos que tiveram problemas com a Igreja foram Giordano Bruno e Tomaso Campanella. Este foi preso e condenado à morte, salvando-se pela sua capacidade de simulação de loucura. Giordano Bruno foi denunciado ao Santo Ofício. As várias tentativas de convencê-lo a renegar suas teses – notadamente a sua defesa da revolução copernicana, que a seguir estudaremos – não surtiram efeito. Ele foi julgado e condenado à morte na fogueira, sentença executada em fevereiro de 1600.

1.3.2 – A Revolução Copernicana e a Ciência Moderna

Vamos agora analisar o momento decisivo para a constituição da Ciência moderna. Na verdade, trata-se de um processo que apresenta três momentos importantes:

1) a revolução "astronômica", sustentada pelas reflexões de Copérnico, Tycho Brahe, Kepler e Galileu; 2) as contribuições de Bacon e Descartes; 3) a formação da Física clássica por Isaac Newton. Começamos pela chamada revolução copernicana, o estopim desse processo.

A obra de Nicolau Copérnico, *De revolutionibus orbium caelestium*, escrita em 1532, começa a mudar a imagem do mundo, produzida pela concepção de Ptolomeu (e Aristóteles) e sustentada pela Igreja Católica. Essa imagem dominante situa a Terra como o centro do universo. A Terra é o lugar privilegiado da criação, pois foi nela que Deus colocou o homem, a sua obra mais importante.

– O que afirma Copérnico?

A Terra é um corpo celeste como os demais e não ocupa o lugar central no universo. Ela está girando em órbitas definidas ao redor do Sol, este o verdadeiro centro do universo. As principais questões defendidas por Copérnico são:

– o mundo e a Terra são esféricos – o movimento dos corpos celestes é uniforme, circular e perpétuo –; a Terra se move em um círculo orbital em torno do seu centro e gira sobre o seu próprio eixo –; a Terra não está no centro do universo.

Segundo um texto do próprio Copérnico, citado por Reali e Antiseri (1990, p. 219): "todas as esferas giram em torno do Sol como o seu ponto central. Portanto, o centro do universo está em torno do Sol (...). O movimento da Terra, portanto, é suficiente para explicar todas as desigualdades que aparecem no céu".

Tycho Brahe desenvolveu uma posição crítica ao sistema criado por Copérnico, sem negá-lo totalmente. Brahe afirmou que a Terra não ocupa o centro em relação a todos os planetas. Para ele, o Sol e a Lua giram ao redor da Terra, que preside a determinação do tempo, porém os demais planetas (Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno) giram em torno do Sol. Na verdade,

Nicolau Copérnico



(Torun, 19/2/1473 — Frauenburgo, 24/5/1543), astrônomo e matemático polonês que desenvolveu a teoria heliocêntrica do sistema solar. Foi também cônego da Igreja Católica, governador e administrador, jurista, astrólogo e médico.

Sua teoria do heliocentrismo, que colocou o Sol como o centro do sistema solar, contrariando a então vigente teoria geocêntrica (que considerava a Terra como o centro), é considerada uma das mais importantes hipóteses científicas de todos os tempos, tendo constituído o ponto de partida da astronomia moderna. A teoria copernicana permitiu também a emancipação da cosmologia da teologia.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Cop%C3%A9rnico>. Acesso em: 16 jan. 2008.

Johannes Kepler

(Weil der Stadt, perto de Estugarda, 27/12/1571 – Ratisbona, 15/11/1630), astrônomo. Formulou as três leis fundamentais da mecânica celeste, conhecidas como Leis de Kepler. Dedicou-se também ao estudo da óptica.

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Johannes_Kepler. Acesso em: 16 jan. 2008.

Galileu Galilei

(Pisa, 15/2/1564 — Florença, 8/1/1642), físico, matemático, astrônomo e filósofo italiano que teve um papel preponderante na Revolução Científica. Ele desenvolveu os primeiros estudos sistemáticos do movimento uniformemente acelerado e do movimento do pêndulo. Descobriu a lei dos corpos e enunciou o princípio da Inércia e o conceito de referencial inercial, idéias precursoras da Mecânica Newtoniana. Melhorou significativamente o telescópio refrator e teria sido o primeiro a utilizá-lo para fazer observações astronômicas. Com ele descobriu as manchas solares, as montanhas da Lua, as fases de Vênus, quatro dos satélites de Júpiter, os anéis de Saturno, as estrelas da Via Láctea. Estas descobertas contribuíram decisivamente na defesa do heliocentrismo. Desenvolveu ainda vários instrumentos, como a balança hidrostática, um tipo de compasso geométrico que permitia medir ângulos e áreas, o termômetro de Galileu e o precursor do relógio de pêndulo.

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Galileu_Galilei. Acesso em: 16 jan. 2008.

estabeleceu uma solução intermediária entre os sistemas de Ptolomeu e Copérnico, solução que se mostrou insustentável, como irão demonstrar posteriormente Kepler e Galileu.

Johannes Kepler (1571– 1630) assumiu a defesa do sistema copernicano, agregando contribuições importantes para o seu desenvolvimento. Como matemático sustentava a possibilidade de estabelecer relações entre a ordem do mundo e a sua expressão matemática. Assim, procedeu a uma revisão da concepção de Copérnico sobre a circularidade e a uniformidade dos movimentos planetários. Formulou as seguintes leis:

- as órbitas dos planetas são elipses das quais o Sol ocupa um dos focos;
- a velocidade orbital de cada planeta varia de tal modo que a linha que liga o Sol e o planeta cobre, em iguais intervalos de tempo, iguais porções de superfície. Além disso, sustentou que:
- o Sol, fundamento das “celestes harmonias”, é a causa determinante do movimento dos planetas, “o primeiro motor do universo, a causa do seu próprio corpo”;
- há uma força motriz que se origina do Sol e que provoca os movimentos dos planetas.

Será Galileu Galilei (1564-1642), entretanto, o grande responsável pela afirmação definitiva do sistema copernicano. A contribuição de Galileu foi tão expressiva que podemos considerá-lo como o verdadeiro fundador da Ciência moderna. Ele esteve no centro de um profundo confronto político com a Igreja, o que evidencia que a fundação da Ciência, além da dimensão intelectual, foi também um processo político. A condenação de Galileu não foi capaz de impedir o avanço e a consolidação da racionalidade científica como forma de se chegar à verdade.

Galileu escreveu várias obras. Entre elas se destacam *Sidereus Nuncius*, *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo* e *Discursos e demonstrações matemáticas sobre as duas*

novas ciências, atinentes à mecânica a aos movimentos locais. Vamos agora resumir as principais contribuições de Galileu, que consolidam a ciência astronômica e propõem duas outras ciências: a estática e a dinâmica. Em seguida, entender a posição de Galileu no processo de formação da Ciência moderna.

O contexto das reflexões de Galileu, tão bem estabelecido por ele próprio, é o confronto entre dois sistemas, ou dois mundos: o aristotélico-ptolomaico, em que a Terra está no centro e o Sol girando ao seu redor, e o copernicano, que inverte radicalmente a ordem do mundo – a Terra gira ao redor do Sol. É importante referir também que o sistema geocêntrico afirmava a divisão do mundo: o supralunar, constituído pelos céus, perfeito, incorruptível e imóvel, e o sublunar, constituído pela Terra, imóvel, porém considerando que nela existem corpos em constante movimento, imperfeitos, perecíveis e corruptíveis.

Utilizando-se de uma luneta, aperfeiçoada por ele próprio, Galileu consegue fazer observações até então impossíveis de realizar. E destaca: “até as estrelas que normalmente não aparecem à nossa vista e aos nossos olhos, por sua pequenez e pela fraqueza de nossa vista, podem ser vistas por meio deste instrumento”. Assim, ele constata que existiam mais estrelas do que aquelas vistas a olho nu, a superfície da Lua era irregular e rugosa, o Sol tinha manchas, Júpiter possuía satélites e as nebulosas eram amontoados de pequenas estrelas. Observando os movimentos da Terra em relação ao sistema, ele constata que é falsa a distinção aristotélica dos dois mundos. Existe apenas um mundo e, portanto, apenas uma única física.

As duas ciências propostas por Galileu – a estática e a dinâmica – são ciências que tratam do mesmo objeto, o mundo físico, no entanto elas têm como fundamento a observação e a experiência. Galileu expôs numa carta, em 1615, a sua posição sobre as possibilidades do conhecimento do mundo físico: “parece-me que, nas disputas sobre problemas naturais, não se deveria começar pela autoridade de passagens das Escrituras, mas sim pelas sensatas experiências e pelas demonstrações necessárias”.

Luneta de Galileu



Disponível em:
<<http://afilosofia.no.sapo.pt/10Galileu.htm>>.
Acesso em: 19 jan. 2008.

Dogmático
fechado, que não se
pode por em dúvida.

Podemos concluir que a Ciência não depende da fé. Ela é autônoma em relação à religião e por isso não pode ter pretensões de um saber dogmático. Para Galileu, a Ciência é o conhecimento objetivo das sensações ou das relações quantificáveis e mensuráveis dos corpos, que se expressam em linguagem matemática. A Matemática e a experimentação se combinam na explicação da realidade.

Referimos a luneta, mas Galileu inventou outros instrumentos que possibilitaram a realização de observações, como é o caso do plano inclinado, do termômetro e do relógio de água. A experiência é uma construção do cientista, que se coloca um problema sob a forma de suposições, que serão ou não comprovadas pela construção de determinados experimentos. Para ele não há outra possibilidade para produzir uma explicação verdadeira da realidade.

Esse modo de ver e explicar o mundo pôs Galileu em posição de confronto com a Igreja. O primeiro processo movido contra ele foi em 1616. O Santo Ofício exigiu que ele abandonasse a idéia de Copérnico, determinando-lhe, sob a ameaça de prisão, "a não ensiná-la e não defendê-la de nenhum modo, nem com a palavra nem com os escritos". Com a escolha do cardeal Mafeu Barberini como papa (Urbano VIII), amigo e admirador de Galileu, ele retoma os seus escritos.

O papa, entretanto, foi convencido pelos adversários de Galileu de que este era uma ameaça a sua autoridade. O inquisidor de Florença proibiu a circulação do Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo. Em 1633 ele estava novamente diante do Santo Ofício, afirmando que o seu escrito tinha como objetivo demonstrar que o sistema copernicano não era válido. Os inquisidores não aceitaram o seu argumento e o condenaram, em 22 de junho de 1633, à prisão perpétua e a renunciar as suas idéias. Aceitando a condenação, de joelhos, Galileu assim se pronunciou: "Abjuro, maldigo e detesto os referidos erros e heresias e, em geral, todo e qualquer outro erro, heresia e seita contrárias à Santa Igreja. E juro que, para o futuro, nunca mais direi nem afirmarei, por voz ou por escrito, coisas tais pelas quais se possa ter de mim semelhante suspeita".

A prisão perpétua foi transformada em pena de confinamento, sendo proibido de encontrar pessoas ou escrever sem autorização. Apesar disso, Galileu continuou escrevendo e, em 1638, foi publicada sua última grande obra, dando continuidade às suas reflexões: *Discursos e demonstrações matemáticas sobre duas novas ciências*. Morreu em 1642. Em 1992, o Vaticano anunciou a reabilitação de Galileu.

Analizamos a contribuição de Galileu para a formação da Ciência moderna. Vamos agora analisar sucintamente os vários aspectos que fazem de Isaac Newton (1642-1727) o grande cientista que coloca “o último tijolo” no processo de formação da Ciência moderna, materializada na constituição da Física clássica.

Newton, autor de *Philosophiae naturalis principia mathematica*, é considerado o ponto culminante de muitos esforços e obstáculos para compreender a dinâmica do universo, dos princípios da força e dos corpos em movimento. Inventou um telescópio por reflexão, estudou a luz, formulando a teoria corpuscular da luz, as cores, o cálculo infinitesimal e a mais importante das suas formulações, a lei da gravitação universal. Procedeu à demonstração matemática da teoria copernicana do universo, afirmando que todos os movimentos celestes estão submetidos a uma força de gravitação em direção ao Sol, inversamente proporcional ao quadrado das distâncias em relação a ele.

As regras da Física, estabelecidas por Newton, podem ser assim resumidas:

- a simplicidade da natureza – não se deve admitir mais causas para explicar os fenômenos naturais do que aquelas que são tanto verdadeiras como suficientes para explicá-los;
- a uniformidade da natureza – aos mesmos efeitos deve-se atribuir as mesmas causas;
- as qualidades que pertencem a todos os corpos presentes num experimento devem ser consideradas qualidades universais dos corpos. Assim, a natureza é simples e uniforme e por meio das

Sir Isaac Newton



(Woolsthorpe, 4/01/1643 – Londres, 31/03/1727), cientista inglês, mais reconhecido como físico e matemático, embora tenha sido também astrônomo, alquimista e filósofo natural. Newton é o autor da obra *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, publicada em 1687, que descreve a lei da gravitação universal e as Leis de Newton – as três leis dos corpos em movimento que se assentaram como fundamento da mecânica clássica.

Ao demonstrar a consistência que havia entre o sistema por ele idealizado e as leis de Kepler do movimento dos planetas, foi o primeiro a comprovar que o movimento de objetos, tanto na Terra como em outros corpos celestes, é governado pelo mesmo conjunto de leis naturais. O poder unificador e profético de suas leis era centrado na revolução científica, no avanço do heliocentrismo e na difundida noção de que a investigação racional pode revelar o funcionamento mais intrínseco da natureza.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Isaac_Newton>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Francis Bacon

(Londres, 22/1/1561 — Londres, 9/4/1626), político, filósofo e ensaísta inglês. Desde cedo sua educação orientou-o para a vida política, na qual exerceu posições elevadas. Em 1584 foi eleito para a Câmara dos Comuns.

Como filósofo, destacou-se com uma obra onde a ciência era exaltada como benéfica para o homem. Em suas investigações, se ocupou especialmente com a metodologia científica e com o empirismo. É muitas vezes chamado de fundador da ciência moderna. Sua principal obra filosófica é o *Novum Organum*.

Disponível em:
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Francis_Bacon_\(fil%C3%B3sofo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Francis_Bacon_(fil%C3%B3sofo))>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

observações e dos experimentos pode-se, por indução, chegar à definição das propriedades fundamentais dos corpos, como extensão, dureza, impenetrabilidade, mobilidade, inércia e a gravitação universal.

Em relação ao movimento dos corpos, Newton formulou as seguintes leis, até hoje vigentes:

- todo o corpo mantém seu estado de repouso ou movimento, a não ser que uma força exerça ação sobre ele;
- a mudança de movimento é proporcional à força exercida e ocorre na direção da linha reta segundo a qual ela foi exercida;
- toda a ação gera uma reação igual e contrária;
- os corpos, seus movimentos e suas conexões estão todos submetidos a um único princípio: a lei da gravidade.

Temos, assim, a formulação de um aspecto que torna possível a Ciência: a ordem do mundo. Essa ordem – “o sistema do mundo é uma grande máquina” – em que cada corpo tem um lugar e um movimento em relação a si e a todos, caracteriza o princípio da gravitação recíproca. Essa ordem, explicada pela Ciência, só pode ser compreendida na sua essência como criação de um ser inteligente, poderoso e perfeito. Este ser é Deus, o governador de todas as coisas, o senhor de tudo; “ele é eterno, infinito, onipotente e onisciente”. Como se vê, a ordem do universo pode ser conhecida segundo as regras da observação e da experiência; o físico a constata e a explica por intermédio da gravidade. Sabe que a gravidade existe objetivamente, mas ao indagar sua essência percebe que isto extrapola a experiência. Essa questão, segundo Newton, foge da “Física experimental”. A religião, contudo, pode produzir uma resposta para a questão das “causas últimas”.

É importante destacar também que todos os trabalhos de Newton foram legitimados pela Sociedade Real de Londres para a Promoção dos Conhecimentos Naturais (Royal Society), importante instituição científica, formada pelos “filósofos experimentais” e reconhecida pelo Estado inglês. Newton ocupou a presidência da Sociedade de 1703 até a sua morte.

Cabe ainda uma referência a Francis Bacon (1561-1626). O autor de *Novum Organum* é anterior a Newton. Ele não é um cientista, é um defensor da Ciência como prática necessária para transformar a vida humana, efetivando os valores da fraternidade e do progresso. Crítico impiedoso dos filósofos antigos, medievais e renascentistas, autores de uma filosofia das palavras, que deveria ser substituída por uma filosofia das obras. Além disso, critica a lógica tradicional, que “é inútil para a pesquisa das ciências”. O verdadeiro método para a descoberta da verdade não é o aristotélico-escolástico, mas aquele que parte dos sentidos e dos casos particulares, compondo axiomas que vão gradualmente sendo generalizados.

O método científico fundamenta-se na experiência e na indução. É da experiência que se pode formular um axioma e deste voltar novamente à experiência. Há, no entanto, uma primeira regra fundamental: eliminar da mente os *ídola* ou falsas noções, “que invadiram o intelecto humano, nele lançando profundas raízes” e que impedem o acesso à verdade. Os ídolos manifestam-se de várias formas, entre as quais: 1) os que penetram no espírito humano pelas doutrinas filosóficas; 2) os que decorrem das relações de fala entre os homens; 3) os que derivam da singularidade de cada indivíduo e, 4) os que advêm dos interesses e da conveniência de cada um. A questão dos ídolos antecipa o debate sobre a relação entre Ciência e ideologia ou a questão da neutralidade científica.

Uma vez superadas as falsas noções podemos, por meio da experiência, chegar à verdade. É nesse momento que se deve promover a união do experimental e do racional, exatamente para compreender a estrutura do fenômeno e a lei que o regula.

Em síntese: a formação da ciência moderna tem um fundamento: o mundo é uma realidade ordenada e uniforme. A tarefa da Ciência é captar as regularidades dos fenômenos, estabelecendo as relações entre eles. Esse empreendimento só é possível mediante o método experimental, ou seja, formulam-se hipóteses – como fez Copérnico – e por meio da experiência – como fez

Filosofia da linguagem

Teoria que propõe a superação da Filosofia da consciência e sua forma de compreender o homem, colocando a linguagem como fundamento do homem, ou seja, o homem é um ser cuja racionalidade se expressa em primeiro lugar no ato da produção da linguagem (palavras, sons, imagens).

Axiomas

Proposições admitidas como verdadeiras, que permitem a elaboração de novas proposições.

René Descartes



(31/3/1596, La Haye en Touraine, França — 11/2/1650, Estocolmo, Suécia), filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo por seu trabalho revolucionário na Filosofia, mas também obteve reconhecimento matemático posterior por sugerir a fusão da Δ com a G , fato que gerou a Geometria analítica e um sistema de coordenadas que hoje leva o seu nome. É o autor de uma das obras mais importantes do pensamento ocidental: o *Discurso do método*.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ren%C3%A9_Descartes>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Galileu – conclui-se pela comprovação ou não das hipóteses. A Ciência não deve se ocupar das “causas últimas”, mas apenas das relações causais verificáveis. É importante frisar que o confronto entre os sistemas geocêntrico e heliocêntrico constituiu-se na expressão intelectual de dois mundos sociais em confronto, cujo epílogo foi a Revolução Francesa.

1.3.3 – O Confronto entre Racionalismo e Empirismo

A história da Ciência terá ainda novos confrontos importantes. A imagem do mundo construída de Copérnico a Newton abre novos confrontos, apesar da condenação de Galileu pela Igreja. Dois movimentos importantes vão se constituir: um deles vai colocar a necessidade de submeter a experiência ao domínio da razão – o racionalismo cartesiano; o outro vai afirmar a experiência como fundamento e limite do conhecimento – o empirismo. Vamos analisar resumidamente os argumentos que constituem o racionalismo de René Descartes (1596-1650).

Descartes publicou, em 1637, uma obra que se tornou clássica no pensamento ocidental: o **Discurso do Método – para conduzir bem sua razão e procurar a verdade nas ciências**. A questão que ele analisa refere-se à validade dos conhecimentos científicos. Por isso, a problemática do método como condição para buscar a verdade adquire um lugar central na reflexão cartesiana. Os conhecimentos adequados devem ser “úteis à vida”, considerando a perspectiva de os homens tornarem-se “como que senhores e possuidores da natureza”.

Vejamos o procedimento de Descartes para estabelecer um método que é o próprio processo de produção do conhecimento. Inspirado na Matemática, ele estabelece quatro regras para conduzir a *res cogitans* no seu propósito de conhecer. Na verdade, trata-se de suspender ou pôr em dúvida todos os conhecimentos existentes. São elas:

Jamais aceitar alguma coisa como verdadeira que não soubesse ser evidentemente como tal, isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção; dividir cada uma das dificuldades em tantas partes quantas possíveis; conduzir por ordem meus pensamentos, a começar pelos objetos mais simples e mais fáceis de serem conhecidos, para galgar, pouco a pouco, como que por graus, até o conhecimento dos mais complexos; fazer em toda a parte enumerações tão completas e revisões tão gerais que eu tivesse a certeza de nada ter omitido (Descartes, 1989, p. 44-45).

Além disso, Descartes estabeleceu uma “moral provisória”, que define o contexto em que o pensamento deve operar. Essa questão é importante, pois ela estabelece os limites políticos do conhecimento. Nem tudo o que existe será negado. São as seguintes as regras morais:

Obedecer às leis e aos costumes de meu país, tendo presente constantemente a religião; ser eu o mais firme e o mais resolutivo possível em minhas ações; procurar sempre vencer a mim próprio do que ao destino, e de modificar mais os meus desejos do que a ordem do mundo; aplicar toda a minha vida em cultivar a razão, avançando, o mais que pudesse, no conhecimento da verdade, segundo o método que me prescrevera (Descartes, 1989, p. 48-51).

Definidas as regras do método e a moral provisória, Descartes começa as suas “meditações”. O método adotado implica rejeitar tudo aquilo que é incerto. Os sentidos podem nos levar a enganos, ilusões, de modo que nada indica que uma coisa realmente exista. Mesmo os raciocínios matemáticos podem nos levar a erros. Se a existência de qualquer corpo ou pensamento pode ser posta em dúvida, então o que pode ser considerado verdadeiro? Descartes (p. 56) responde:

Concluí que, enquanto eu queria pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade “penso, logo existo” era tão firme e segura que as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da Filosofia que procurava.

Em outro texto – *Meditações Filosóficas* (1996, p. 266-267). Descartes expressa de outra forma a mesma conclusão:

Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-se sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

Para ele, o processo de instauração da dúvida é um ato de pensar, portanto “tudo aquilo que pensa existe”, sendo a proposição “penso, logo existo”, absolutamente verdadeira, contudo diante do fato de que o ato de pensar não necessita de um lugar nem depende de qualquer coisa material, leva Descartes (1989, p. 56) a concluir que “esse eu, isto é, a alma, pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e, inclusive, é mais fácil de conhecer do que ele, e, ainda que o corpo nada fosse, a alma não deixaria de ser tudo o que é”. Há, portanto, duas substâncias distintas que formam o mundo: a *res cogitans* e a *res extensa*. A dualidade cartesiana da alma e do corpo encontra a sua unidade no homem. A alma – realidade inextensa – comanda o corpo – realidade extensa – do homem. A *res extensa* é matéria e espaço ao mesmo tempo, o que permite concluir que o mundo, como uma extensão infinita, é constituído pela mesma matéria. O conhecimento deixa de estar submetido ao mundo sensível (experiência), pois a substância racional é dotada de autonomia.

Como Descartes, na sua moral provisória, não questiona a Igreja e a religião, precisa encontrar uma forma de justificar a existência de Deus. O raciocínio é simples: o homem, como ser que precisa duvidar para demonstrar sua existência, é imperfeito. Como o homem, entretanto, tem a idéia do perfeito, que não pode ser ele mesmo porque é imperfeito, então o perfeito só pode ser Deus. Deus existe e é o autor do ser homem imperfeito. A existência está compreendida na idéia de Deus porque não poderia existir perfeição sem existência. Em síntese, Deus criou a *res extensa*, matéria extensa e matematizável, e a *res cogitans*. Ele imprimiu as leis da natureza na alma humana – as leis inatas –, de modo que “depois de refletir sobre elas, não poderíamos duvidar que não fossem exatamente observadas em tudo o que existe ou se faz no mundo” (Descartes, 1989, p. 63).

É importante compreender a estratégia cartesiana para revelar a verdade, sem confrontar-se com a Igreja. Ele escreve o *Discurso do Método* em francês e não em latim, como era usual. Assim, ele se dirige para um público mais amplo. Sem negar a existência de Deus, situa o homem no centro do processo de produção do conhecimento, mediante o “eu penso”, que é uma verdade auto-evidente. O homem, ao empreender a sua aventura para conhecer o mundo, que é obra de Deus, está conhecendo e afirmando a existência do próprio Deus. Apesar disso, o homem dá um passo decisivo na conquista da sua autonomia, que se expressará nos direitos civis, institucionalizados pelas revoluções políticas modernas.

No curso da história das idéias, o cartesianismo será criticado por uma corrente de pensamento com grande expressão na Inglaterra: o empirismo. A palavra empirismo vem do grego *empeiria*, cujo significado é experiência. Os principais expoentes dessa corrente são Thomas Hobbes, John Locke e David Hume. Essa corrente de pensamento levará ao limite a idéia de que o conhecimento se origina da experiência. John Locke, bastante conhecido como um dos fundadores do liberalismo, afirma que o pensamento recebe o material do conhecimento unicamen-

te por meio da experiência. Não existem idéias inatas anteriores à experiência. Para justificar sua posição ele elabora o seguinte argumento, que consta da sua obra *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* (1690), citado por Reali e Antiseri (1990, p. 513):

Suponhamos portanto que o espírito seja, por assim dizer, uma folha em branco, privada de qualquer escrita e sem nenhuma idéia. De qualquer modo virá a ser preenchida? De onde provém aquele vasto depósito que a industriosa e ilimitada fantasia do homem traçou-lhe com variedade quase infinita? De onde procede todo o material da razão e do conhecimento? Respondo com uma só palavra: da experiência. É nela que o nosso conhecimento se baseia e é dela que, em última análise, ele deriva.

O grande pensador do empirismo, entretanto, foi David Hume (1711-1776), autor de várias obras, entre as quais *Investigações Acerca do Entendimento Humano* (1748). Hume critica o conceito de idéias inatas do racionalismo. O conhecimento fundamenta-se nas impressões – dados fornecidos pelos sentidos – e nas idéias, que são representações produzidas pelas impressões. As impressões simples precedem as idéias correspondentes. As idéias simples, pelo princípio da associação, reúnem-se em idéias complexas, segundo três propriedades: 1) semelhança; 2) contigüidade no tempo e no espaço e, 3) causa e efeito. Reafirma-se em Hume a experiência como fundamento do conhecimento.

Hume, no entanto, desenvolve um certo ceticismo em relação ao sentido das relações entre os dados da experiência. Não há nenhum vínculo lógico ou ontológico entre os dados. As relações estabelecidas entre os dados decorrem apenas do costume ou do hábito que desenvolvemos com a observação. É assim que elaboramos as conclusões, cujo ponto de partida é a experiência. Diz Hume (1996, p. 63):

o costume é, pois, o grande guia da vida humana. É o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que aparecerem no passado. Sem a influência do costume, ignoraríamos completamente toda questão de fato que está fora do alcance dos dados imediatos da memória e dos sentidos. Nunca poderíamos saber como ajustar os meios em função dos fins, nem como empregar

David Hume



(Edimburgo, 7/5/1711 – Edimburgo, 25/8/1776), filósofo e historiador escocês. Foi, juntamente com Adam Smith e Thomas Reid, entre outros, uma das figuras mais importantes do chamado iluminismo escocês. É visto por vezes como o terceiro e o mais radical e céptico dos chamados empiristas britânicos, depois de John Locke e George Berkeley.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/David_Hume>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Ontológico

Diz respeito ao ser,
a existência.

Immanuel Kant



Ou Emanuel Kant (Königsberg, 22/4/1724 – Königsberg, 12/2/1804), filósofo alemão, professor da Universidade de Königsberg. Apesar de ter recebido vários convites, Kant nunca deixou a universidade e a cidade de Königsberg.

Kant é famoso sobretudo pela sua concepção conhecida como transcendentalismo ou filosofia transcendental. Segundo ele, todos nós trazemos formas e conceitos a priori (que não vêm da experiência) que nos permitem conhecer os fenômenos, ou seja, os objetos captados pela nossa sensibilidade. Escreveu três obras clássicas da filosofia: *Crítica da razão pura*, *Crítica da razão prática* e *Crítica do juízo*.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Kant>.
Acesso em 19 jan. 2008.

nossas faculdades naturais para a produção de um efeito. Seria, ao mesmo tempo, o fim de toda a ação como também de quase toda especulação.

O grande questionamento feito por Hume, entretanto, refere-se à relação entre causa e efeito. Todos os fatos parecem estar submetidos a uma relação de causa e efeito. Não se chega ao conhecimento dessa relação por raciocínios prévios, ou seja, pela razão; chega-se pela experiência. Se observarmos um objeto completamente novo, mesmo com um exame minucioso das suas qualidades, não é possível estabelecer a relação causa e efeito. Como causa e efeito são duas realidades distintas, não há entre elas uma conexão necessária e, por isso, não podem ser concebidos pela razão. Mais uma vez surge o costume como elemento que produz alguma inteligibilidade à experiência. Afirma Hume (1996, p. 64):

toda a crença, em matéria de fato e de existência real, procede unicamente de um objeto presente à memória ou aos sentidos e de uma conjunção costumeira entre esse e algum outro objeto. Ou, em outras palavras, como o espírito tem encontrado em numerosos casos que dois gêneros quaisquer de objetos – a chama e o calor, a neve e o frio – sempre têm estado em conjunção, se, de novo, a chama ou a neve se apresentassem aos sentidos, o espírito é levado pelo costume a esperar calor ou frio, e a acreditar que esta qualidade existe realmente e que se manifestaria se estivesse mais próxima de nós. Essa crença é o resultado necessário de colocar o espírito em determinadas circunstâncias. É uma operação da alma tão inevitável como quando nos encontramos em determinada situação para sentir a paixão do amor quando recebemos benefícios; ou a de ódio quando nos defrontamos com injustiças. Todas essas operações são uma espécie de instinto natural que nenhum raciocínio ou processo do pensamento e do entendimento é capaz de produzir ou impedir.

Assim, a razão perde a sua condição de tribunal onde se produz a verdade. A experiência é o único caminho para a verdade; ela determina a própria racionalidade. Estabelece-se assim um grande confronto: afinal, de onde vem a verdade?

Uma solução para esse impasse teórico foi elaborada pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). O professor de Königsberg, conhecido por seus hábitos rigorosos, é autor de uma

obra ampla e profunda, que aborda quase todos os temas discutidos na época. Kant é um pensador iluminista, que sustenta a necessidade de o homem sair do seu estado de menoridade, situação em que se encontra por ser incapaz de usar sua própria inteligência. O homem é dotado de liberdade, portanto é o autor das suas próprias regras. Estas têm origem na primeira regra moral, o imperativo categórico, e que pode ser assim enunciada: "age de modo tal que a máxima da tua vontade possa valer sempre, ao mesmo tempo, como princípio de uma legislação universal". A liberdade como fundamento da ação moral não está submetida à experiência ou aos impulsos do mundo sensível; ela se impõe por si mesma, na autonomia da vontade e da razão.

Interessa-nos apenas analisar a proposição de Kant, contida na *Crítica da Razão Pura* (1781), que se expressa na síntese entre o racionalismo e empirismo. Essa síntese indica que devemos procurar outro caminho para explicar o conhecimento: nem o empirismo, em que a razão é passiva diante da realidade sensível, nem o idealismo, em que conhecer é buscar o mundo inteligível. Kant promove uma verdadeira revolução copernicana, fazendo os objetos ajustarem-se ao nosso conhecimento, de modo que possamos estabelecer previamente algum conhecimento sobre eles. Em outras palavras, em vez de o sujeito girar ao redor do objeto é este que deve girar em torno do sujeito.

Vamos começar analisando o sujeito com os princípios da sensibilidade e da razão: o sujeito do conhecimento. Esse sujeito é dotado de estruturas transcendentais – sensibilidade e razão – que produzem um conhecimento não ligado aos objetos, "mas com o nosso modo de conhecer os objetos". É um conhecimento "a priori", que o sujeito "põe" nas coisas no ato de conhecê-las.

A estética transcendental diz respeito às estruturas da sensibilidade, ao modo como o sujeito recebe as sensações e o conhecimento sensível. A sensibilidade é a faculdade do sujeito em receber as sensações, em ser afetado por elas. A intuição é o conhecimento imediato dos objetos, ou seja, a apreensão dos fenômenos tal com eles se manifestam (ou aparecem) para o sujeito.

Pensamento iluminista

Vinculado ao Iluminismo, movimento político e intelectual que se desenvolveu na Europa, no século 18. Esse movimento preconizava o uso pleno da razão como condição para o progresso da civilização. Segundo o próprio Kant, o lema do iluminismo é: "ter a coragem de servir-te de tuas próprias inteligências". Na França, esse movimento é responsável pela elaboração da Enciclopédia (ou Dicionário Racional das Ciências, das Artes e dos Ofícios), publicada em 17 volumes.

As intuições empíricas dizem respeito aos conhecimentos que fazem parte das sensações e as intuições puras são as formas "a priori" que existem no sujeito, como modos de funcionamento da sensibilidade, a saber, o espaço e o tempo.

O espaço é a forma de conhecimento que capta o sentido externo dos fenômenos ou a existência dos mesmos fora do sujeito. É a "condição da possibilidade dos fenômenos". O tempo é a forma do sentido interno, a intuição pura que existe no sujeito e para ele próprio. O tempo representa a "condição formal a priori de todos os fenômenos em geral". São eles – o espaço e o tempo – que ordenam a multiplicidade das sensações.

Kant considera que a "coisa em si" é inconhecível. O que conhecemos são os fenômenos, que são suas formas de manifestação para o sujeito. É importante considerar que os fenômenos existem em relação ao sujeito, portanto são realidades que não podem ser procuradas no objeto em si. Não se trata de afirmar que os fenômenos não existem, mas que eles existem somente em relação ao sujeito.

Passemos agora à Analítica Transcendental, que diz respeito a outra fonte do conhecimento, o entendimento, que permite ao sujeito expressar os fenômenos sob a forma de conceitos. O entendimento pode ser representado "como uma faculdade de julgar" na medida em que seus atos se reduzem a juízos. Juízos são as relações estabelecidas entre as várias representações, reduzindo-as à unidade. Para isso, é preciso considerar que o pensamento, por meio da lógica transcendental, elabora categorias, sem as quais nenhum fenômeno pode ser pensado. A função das categorias é a aplicação sobre os objetos da experiência, para produzir conhecimento.

As categorias operam segundo regras denominadas princípios. As categorias são conceitos puros (*a priori*) que determinam leis aos fenômenos e a natureza. As categorias correspondem às formas lógicas do juízo. Por exemplo, as categorias da quantidade (unidade, pluralidade, totalidade), da qualidade (realidade, negação, limitação), da relação (substância e acidente, causa e efeito, ação entre agente e paciente) e da modalidade (possibilidade/impossibilidade, existência/não existência, necessidade/contingência). O "eu penso", que possibilita a unidade da consciência, está presente em todas as representações, pois sem ele estas seriam impossíveis.

O conhecimento resulta da combinação entre sensibilidade e entendimento. Não há prioridade entre elas, pois sem a sensibilidade o objeto não seria apreendido e sem o entendimento ele não seria pensado. A experiência é o limite do conhecimento, mas o entendimento pode ir além da experiência, e efetivamente o faz, instituindo a razão. Os conceitos

puros racionais são as idéias transcendentais, que não têm vínculo com a experiência. As idéias da razão são a alma, o mundo e Deus. Elas têm um sentido normativo, podendo ordenar a experiência dando-lhe uma maior unidade.

Também a chamada razão prática ou moral não está condicionada pela experiência. Toda vez que se busca referenciá-la ao mundo sensível, perde-se a liberdade ou quebra-se a autonomia da vontade, princípio fundante de todas as leis morais e dos deveres delas decorrentes. O imperativo moral não está baseado nas intuições sensíveis, mas na razão pura prática, por meio da qual a vontade se expressa.

A revolução intelectual promovida por Kant revela ao homem sua finitude como sujeito da "razão pura", mas esta própria razão, por intermédio das idéias transcendentais, o projeta para o infinito. Da mesma forma, a razão pura prática, como esfera incondicionada, por meio da lei moral, projeta o homem para o infinito, para além do mundo sensível. Kant referiu que duas coisas tinham especial significação para a sua vida – "o céu estrelado acima de mim e a lei moral em mim". O primeiro aspecto diz respeito ao lugar ocupado no mundo sensível externo e o segundo compreende um mundo infinito só perceptível ao entendimento, com o qual – diz ele – "me reconheço em uma conexão não simplesmente accidental, como no primeiro caso, mas universal e necessária".

Kant foi um dos pilares do denominado idealismo filosófico. Transformou-se numa referência intelectual da modernidade, construindo argumentos sólidos para o desenvolvimento da Ciência e conseqüentemente da verdade.

O outro grande filósofo idealista é Hegel (1770-1831). Também ele transformou-se numa referência para pensar a modernidade, inclusive para seus críticos, como Marx. Kant e Hegel foram, e ainda são, um divisor de águas do pensamento ocidental. Hegel é o pensador da dialética e da História. A dialética constitui o conceito fundamental do sistema hegeliano. Ela é a "alma do procedimento científico", pois permite a permanente superação ou a passagem de uma situação para outra (a negação da negação). O método dialético pressupõe três momentos: a tese, a antítese e a síntese. São os momentos da afirmação, do negativo e da síntese (superação ou conservação/supressão). A síntese expressa o momento mais elevado, quando nasce o conceito.

Na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel estabelece o processo de formação do Espírito Absoluto, momento mais elevado do conhecimento e da própria História. Esse movimento inicia-se com a consciência (certeza sensível, percepção e entendimento), transforma-se na autoconsciência (dialética do senhor e do escravo, libertação da autoconsciência), na razão, no espírito, na religião e finalmente no saber absoluto (sistema da Ciência). É nesse momento mais elevado que o real se expressa como racional e o racional como real.

**Charles-Louis de Secondat –
Montesquieu**



O aristocrata Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu (18/01/1689, perto de Bordéus, na França, e faleceu em 10/2/1755, em Paris). Político, filósofo e escritor francês, filho de uma família nobre, ficou famoso pela sua Teoria da Separação dos Poderes, atualmente consagrada nas modernas constituições nacionais.

Teve formação iluminista com padres oratorianos, de modo que cedo se mostrou um crítico severo e irônico da monarquia absolutista decadente, bem como do clero. Fez sólidos estudos humanísticos e jurídicos, mas também frequentou em Paris os círculos da boemia literária.

Famoso como escritor, Montesquieu passou a maior parte da vida em Bordéus, mas sempre voltava a Paris, onde era muito requisitado. Escreveu várias obras, como *Cartas persas* (1721), *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência* (1734) e do *Espírito das leis* (1748).

Contribuiu também para a Enciclopédia e foi uma das maiores figuras do Iluminismo.

Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_de_Montesquieu>.

Acesso em: 16 jan. 2008.

A dialética do Espírito Absoluto não representa apenas um processo de produção do conhecimento, mas é a expressão da própria História. A História é o movimento da razão em busca da sua autonomia. No plano social, esse processo se manifesta nos momentos da eticidade – família, sociedade civil e Estado. O Estado é a manifestação do Espírito Absoluto, quando o homem torna-se cidadão, conquistando assim a sua autonomia. É, portanto, o momento mais elevado da vida humana. Ser membro de Estado é ser livre.

Analisamos o longo processo de formação da ciência moderna. É neste contexto que a formação da Sociologia adquire sentido. Cabe ainda uma referência à contribuição de Montesquieu (1689-1755), que elaborou um conceito de lei, posteriormente incorporado pelo Positivismo.

No início da sua principal obra, *Do Espírito das Leis* (1748), Montesquieu conceitua lei como as

relações necessárias que derivam da natureza das coisas e, nesse sentido, todos os seres têm as leis; a divindade possui suas leis; o mundo material possui suas leis; as inteligências superiores ao homem possuem suas leis; os animais possuem suas leis; o homem possui suas leis (Montesquieu, 1997, p. 37).

Os homens como seres físicos são governados por leis invariáveis, porém como seres inteligentes freqüentemente violam as leis divinas e modificam as suas leis, que eles mesmos estabeleceram.

Montesquieu assinala que os homens estão submetidos a quatro leis naturais. São elas: 1) a fraqueza indica que eles procurariam a paz; 2) a necessidade os incitaria a procurar alimentos; 3) o prazer levaria à busca da relação entre sexos opostos e, 4) o desejo de viver em sociedade. “Logo que os homens estão em sociedade, perdem o sentimento de suas fraquezas; a igualdade que existia entre eles desaparece, e o estado de guerra começa”, afirma Montesquieu (1997, p. 40).

Considerando que existem diferentes povos e nações, são necessárias leis que regulem as relações entre eles: é o Direito das Gentes. Cada sociedade tem um Direito político que regula a relações entre os que governam e os governados e um Direito civil que regula as relações dos cidadãos entre si. "Sem um governo nenhuma sociedade poderia subsistir. A reunião de todas as forças individuais forma o que denominamos *Estado Político*" (p. 41).

Analisando as leis que revela diretamente da natureza do governo constata a existência de três espécies de governo: a) o republicano, b) o monárquico e c) o despótico. O governo republicano é aquele em que o povo possui o poder soberano, o monárquico é o governo exercido por uma única pessoa e o despótico é também o governo de uma pessoa que governa segundo sua "vontade e seus caprichos", desobedecendo às leis vigentes.

A natureza dos governos indica o que faz o governo ser como é; os princípios indicam como eles agem. Assim, no governo republicano vigora o princípio da virtude, na monarquia a honra e no despotismo o medo. Este último está destinado à autofagia, em função dos conflitos e rebeliões constantes.

Outra contribuição importante é a necessidade da divisão de poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário -, como forma de evitar o poder absoluto e a preservação da liberdade. As leis devem ser adequadas ao povo para o qual foram criadas. De acordo com Montesquieu (1997, p. 42),

devem as leis ser relativas ao físico do país, ao clima frio, quente ou temperado; à qualidade do solo, à sua situação, ao seu tamanho; ao gênero de vida dos povos, agricultores, caçadores ou pastores; devem relacionar-se com o grau de liberdade que a constituição pode permitir; com a religião dos habitantes, suas inclinações, riquezas, número, comércio, costumes, maneiras. Possuem elas, enfim, relações entre si e com sua origem, com os desígnios do legislador e com ordem das coisas sobre as quais são elas estabelecidas.

Tal é o espírito das leis, das relações necessárias inerentes à natureza das coisas.

No próximo capítulo vamos analisar brevemente a formação do pensamento social não sociológico, que pode ser entendido como o precursor da Sociologia. Trata-se do pensamento contratualista, que não considera a sociedade como um dado da própria condição humana. A sociedade nasce do contrato firmado entre os homens. Vamos considerar os três autores principais – Hobbes, Locke e Rousseau -, cujas idéias foram fundamentais para as transformações sociais, sobretudo as revoluções políticas, ocorridas nos séculos 17 e 18.

Referências

- BORNHEIN, Gerd A. (Org.). *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CHATELET, François. *Uma história da razão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da Filosofia – dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Ática, 1989.
- DESCARTES, René. *Meditações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- PASCAL, Georges. *O pensamento de Kant*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- REALI, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. São Paulo: Ed. Paulus, 1990.
- YOLTON, John W. *Dicionário Locke*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

A Fundação da Sociologia: as Teorias Sociológicas Clássicas

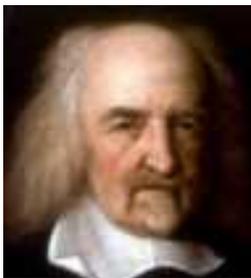
2.1 – O PENSAMENTO SOCIAL ANTERIOR À SOCIOLOGIA

Em todos os tempos os homens elaboraram formas de pensamento referentes a sua própria sociabilidade. Por exemplo, na Antiguidade clássica destacam-se os pensadores gregos; na Idade Média os pensadores cristãos. Na modernidade, diversas teorias foram criadas no sentido de compreender as relações sociais. Entre elas destaca-se o contratualismo, como uma forma de pensamento social que se propõe a explicar a origem e a necessidade do Estado como espaço fundamental para o estabelecimento de formas permanentes de sociabilidade entre os homens. Também foi o contratualismo que forneceu as idéias para as novas classes sociais, capacitando-as a empreenderem movimentos revolucionários contra a sociedade feudal.

O contratualismo fundamenta-se na tríade: estado de natureza – contrato – Estado (sociedade civil, sociedade política). O ponto de partida é a afirmação de que o homem pode ser concebido a partir de uma condição natural (estado de natureza), em que ele desfruta, enquanto indivíduo, de um poder natural (liberdade e igualdade) absoluto. Essa condição natural é um suposto lógico, não proveniente da observação (vale lembrar que a ciência moderna tem como um dos seus pressupostos a observação). Devido aos inconvenientes do estado natural, esse homem (que não é um animal selvagem, mas um ser racional) pode chegar à conclusão sobre as causas de tais inconvenientes e procurar uma saída, que pode ser por meio da celebração de um contrato (pacto) do qual participam todos os homens, para criar um outro poder, mais precisamente um poder civil chamado Estado.

Pela importância histórica e qualidade teórica vamos considerar três autores, dois ingleses e um francês. Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704) foram contemporâneos das transformações sociais e políticas verificadas na Inglaterra, que culminaram com a Revolução Gloriosa, em 1688, processo político que instituiu a supremacia do Parlamento sobre a Monarquia (ou o triunfo do liberalismo). A obra principal de Hobbes é o *Leviatã* (1651) e a de Locke, *Dois Tratados sobre o Governo Civil* (1679-1680). No caso de Rousseau (1712-1778), é notória a sua influência intelectual sobre a Revolução Francesa (1789). Duas obras são importantes: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755) e o *Contrato Social* (1762).

Thomas Hobbes



(Malmesbury, 5/4/1588 – Hardwick Hall, 4/12/1679), matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* (1651) e *Do cidadão* (1651).

Na obra *Leviatã*, explanou os seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade de governos. No estado natural, embora alguns homens possam ser mais fortes ou mais inteligentes do que outros, nenhum se ergue tão acima dos demais de modo a estar além do medo de que outro homem lhe possa fazer mal. Por isso, cada um de nós tem direito a tudo, e uma vez que todas as coisas são escassas, existe uma constante guerra de todos contra todos. Os homens, no entanto, têm um desejo, que é também em interesse próprio, de acabar com a guerra, e por isso, através de um contrato, criam o Estado.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hobbes>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

THOMAS HOBBS

Thomas Hobbes foi colocado no rol dos pensadores “malditos” em função de sua concepção do homem como um ser belicoso por natureza e do Estado como algo monstruoso (poder absoluto). Essa visão preconceituosa impede que se entenda a profundidade das reflexões de Hobbes sobre o homem e o Estado, bastante influenciadas pelo seu tempo, marcado pela guerra civil inglesa (a Revolução Puritana provocou a decapitação do rei Carlos I e introduziu a República) e pelo fracionamento do poder político.

Os argumentos de Hobbes para justificar o Estado são os seguintes: os homens são sempre os mesmos em relação a sua natureza. Os homens, no seu estado natural, são iguais quanto às faculdades do corpo e do espírito.

Se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo em que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro... De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; terceiro, a glória. (...) Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens (Hobbes, 1988, p. 74-75).

Assim sendo, na condição natural os homens são iguais e livres, tendo o direito (ou a liberdade) de usar todos os recursos disponíveis para preservar a sua vida. Se cada homem tem o direito a todas as coisas não há segurança para viver o tempo que a natureza permite a cada homem, de modo que a situação de guerra de todos contra todos instaura o medo da morte em todos os homens.

A saída para esse impasse é instituir um poder comum, isto é, conferir toda a força e poder a um homem ou a uma assembléia de homens, designando-o

como representante de suas pessoas, considerando-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos aos atos que aquele que representa sua pessoa praticar ou levar a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e à segurança comuns; todos submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões à sua decisão. Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: *Cedo e transiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele seu direito, autorizando de maneira semelhante todas a suas ações*. Feito isso, a multidão assim unida numa só pessoa se chama *Estado*, em latim *civitas*. É esta geração daquele grande Leviatã, ou antes (...) daquele *Deus Mortal*, ao qual devemos, abaixo do *Deus Imortal*, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhes é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do Estado, a qual pode ser assim definida: *Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum*. Aquele que é portador dessa pessoa se chama *soberano*, e dele se diz que possui *poder soberano*. Todos os restantes são *súditos* (p. 106-106).

O poder proposto por Hobbes é absoluto e indivisível, condição para que ele seja soberano. Este governa pelo medo que impõe aos súditos, única forma de levá-los à obediência. As leis são instituídas pelo soberano, que tem também o poder sobre as armas. As leis sem o poder das armas são inócuas. Do poder soberano derivam todos os direitos, inclusive o direito de propriedade. Todas as terras e bens estão sob o controle do soberano. O pacto, uma vez estabelecido, não poderá ser desfeito; contudo os súditos estão desobrigados à obediência sempre que o soberano agir contra o princípio da sua instituição: preservar a vida dos súditos. É importante ressaltar que o soberano se origina do contrato, portanto ele não participa do mesmo.

John Locke



(Wrington, 29/8/1632 – Harlow, 28/10/1704), filósofo. Para Locke, os homens consentem em criar sociedades políticas, por meio do contrato, para garantir o respeito ao direito natural do homem a propriedade, entendida como a vida, a liberdade e os bens produzidos pelo trabalho de cada um.

Influencia, portanto, as modernas revoluções liberais: Revolução Inglesa, Revolução Americana e a fase inicial da Revolução Francesa, oferecendo-lhes uma justificação da revolução e a forma de um novo governo.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Locke>.

Acesso em: 16 jan. 2008.

JOHN LOCKE

O contratualismo de Locke segue a mesma lógica, contudo apresenta diferenças importantes em relação a Hobbes. O estado de natureza é um estado de paz e harmonia em que os indivíduos, mediante sua inteligência e força, apropriam-se dos meios necessários à preservação da vida. O trabalho de cada um cria um direito natural de apropriação do esforço despendido na produção de bens. Locke define a propriedade como o conjunto dos bens, da vida e da liberdade. A mudança fundamental é que a propriedade é anterior ao contrato, portanto um direito natural. Num primeiro momento a propriedade é limitada pelo trabalho (ou pelas forças produtivas); posteriormente, com a ampliação da produção, surgem as trocas e a moeda, de modo que a propriedade pode ser adquirida pela compra. O dinheiro produziu a concentração da propriedade e da riqueza e a distribuição desigual dos bens entre os homens.

O estado de natureza, mesmo sendo uma situação de relativa harmonia, apresenta inconvenientes para o usufruto da propriedade de cada um. É possível a violação da propriedade, pois inexitem leis comuns, um juiz imparcial e uma força capaz de impor as sentenças, o que possibilita o desenvolvimento de conflitos entre os indivíduos. Por isso, estabelece-se o pacto, que resulta do livre consentimento de todos os indivíduos, instituindo-se, assim, uma sociedade política cuja função é a preservação da propriedade enquanto um direito natural, pois “o objetivo grande e principal, da união dos homens em comunidade, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade” (Locke, 1983, p. 82).

A sociedade política é um corpo político soberano, em que o poder Legislativo é o poder supremo; a ele se subordinam o poder Executivo e o poder Federativo (que trata das relações exteriores). Nota-se a presença, na teoria política de Locke, da divisão de poderes, um dos pilares do Estado moderno. O poder Judiciário ainda não está concebido como poder autônomo – questão que será teoricamente desenvolvida por Montesquieu –, porém a teoria afirma a necessidade do juiz imparcial, considerando que a sua inexistência é uma das condições para a passagem do estado natural para o estado político. Na verdade, o poder Judiciário está vinculado ao poder Legislativo porque os

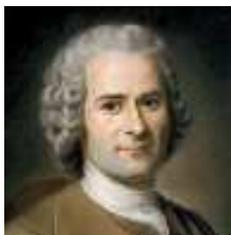
legisladores e os juízes têm a mesma função, que é estabelecer o Direito (leis fixas e iguais para todos). O governo se constitui a partir de uma maioria e por uma maioria pode ser dissolvido.

Cabe uma breve observação sobre a contribuição de Montesquieu, especialmente a sua teoria da divisão de poderes, como condição para evitar o poder absoluto. Os três poderes – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário – desempenham funções diferentes, sem que um deva se sobrepor aos demais, estabelecendo, assim, um sistema de freios e contrapesos. O equilíbrio e a independência entre os poderes não quer dizer que não haja também uma interpenetração entre os mesmos, que se manifesta, por exemplo, no veto do Executivo às leis votadas no Legislativo, na ação deste sobre os atos do Executivo, na nomeação de membros dos tribunais superiores, etc.

A tese de Montesquieu visa a evitar o abuso do poder, colocando em questão a liberdade e o exercício do poder “para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder” (Montesquieu, 1997, p. 200). O exercício da liberdade, como direito de fazer tudo o que as leis permitem, está ligado à instituição de um governo moderado – o meio-termo aristotélico. Para alguns analistas da obra de Montesquieu, a realização da liberdade não supõe apenas uma divisão de poderes, mas a distribuição de poderes no sentido de constituir um equilíbrio social. Essa forma de interpretação representaria uma retomada da idéia do governo misto, construída na Antiguidade. Por exemplo, para Aristóteles o melhor governo seria resultado da combinação entre democracia e aristocracia na medida em que o governo seria o resultado da combinação entre pobres (muitos) e ricos (poucos). Trazendo esta idéia para a modernidade, o Estado expressaria uma relação entre classes, de modo que o equilíbrio de poderes seria um equilíbrio entre as classes.

Voltando a Locke, cabe uma observação sobre o direito de resistência, uma das teses mais importantes desse pensador. Segundo ele,

sempre que os legisladores tentam tirar e destruir a propriedade do povo, ou reduzi-lo à escravidão sob poder arbitrário, entra em estado de guerra contra ele, que fica assim absolvido de qualquer obediência mais, abandonado ao refúgio comum que Deus providenciou para todos os homens contra a força e a violência. ... O que se disse acima a respeito do legislativo em geral também se aplica ao executor supremo, que, recebendo duplo encargo – ter parte no legislativo e exercer a suprema execução da lei –, age contra um e outro quando se esforça por firmar a própria vontade como lei da sociedade. Age também contrariamente ao seu dever quando ou emprega a força, o tesouro ou os cargos da sociedade para corromper os representantes e atraí-los aos seus próprios fins, ou quando alicia abertamente os eleitores e lhes impõe à escolha alguém que ganhou para os seus desígnios por meio de promessas, ameaças e solicitações... Quem julgará se o príncipe ou o legislativo agem contrariamente ao encargo recebido? ... A isto respondo: O povo será o juiz; porque quem poderá julgar se o depositário ou o deputado age bem e de acordo com o encargo a ele confiado senão aquele que o nomeia, devendo, por tê-lo nomeado, ter ainda poder para afastá-lo quando não agir conforme seu dever? (Locke, 1983, p. 121-130).

Jean-Jacques Rousseau

(28/6/1712, Genebra – 2/7/1778, Ermenonville, perto de Paris), filósofo suíço, escritor, teórico político e um compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo.

As idéias políticas de Rousseau tiveram grande influência sobre as inspirações ideológicas da Revolução Francesa.

Sua herança de pensador radical e revolucionário está provavelmente mais bem expressada em sua mais célebre frase, contida em O contrato social: “O homem nasce livre, porém em todos lados está acorrentado”.

Inspirados nas idéias de Rousseau, os revolucionários defendiam o princípio da soberania popular e da igualdade de direitos.

Rousseau é associado freqüentemente às idéias anticapitalistas e considerado um antecessor do socialismo e do comunismo. Foi um dos primeiros autores modernos a atacar a propriedade privada.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Jacques_Rousseau>.

Acesso em 19 jan. 2008.

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

O grande contratualista francês constrói uma visão crítica do contrato a partir dos mesmos pressupostos teóricos, ou seja, da contraposição entre estado de natureza e estado político. A diferença é que, para Rousseau, os problemas humanos iniciam-se com a constituição da sociedade civil. Para comprovar a tese ele desenvolve uma história hipotética da humanidade. Nesta história ele demonstra que a sociedade civil (ou política) se estabelece no momento em que surge a propriedade privada, “o primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: “Isto é meu”, e encontrou pessoas bastante simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil” (Rousseau, 1993, p. 181). A partir daí emerge a necessidade de legitimação da nova situação, que se estabelece quando o rico (proprietário) apresenta a proposta de pacto da seguinte forma:

unamo-nos para resguardar os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse do que lhe pertence. Instituímos regulamentos de justiça e paz, aos quais todos sejam obrigados a adequar-se, que não abram exceção a ninguém e reparem de certo modo os caprichos da fortuna, submetendo igualmente o poderoso e o fraco a deveres mútuos. Em suma, em vez de voltarmos nossas forças contra nós mesmos, reunamo-las em um poder supremo que nos governe segundo leis sábias, que proteja e defenda todos os membros da associação, rechace os inimigos comuns e nos mantenha numa concórdia eterna (Rousseau, 1993, p. 196-197).

E conclui criticamente:

tal foi ou deve ter sido a origem da sociedade e das leis, que criaram novos entraves para o fraco e novas forças para o rico, destruíram em definitivo a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma hábil usurpação fizeram um direito irrevogável e, para o lucro de alguns ambiciosos, sujeitaram daí para a frente todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria (p. 197).

Em síntese, o contrato que legitima a propriedade privada e a desigualdade é iníquo e injusto, percebendo-se com clareza a diferença com a tese de Locke.

Como sair desse impasse, aparentemente irremediável? Voltar ao estado de natureza, como querem alguns analistas da obra de Rousseau? A resposta é não. A análise da sua obra seguinte – *O Contrato Social* – revela a solução proposta por Rousseau: “o homem nasce livre, e por toda parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles. Como adveio esta mudança? Ignoro-o. Que poderá legitimá-la? Creio poder resolver esta questão” (Rousseau, 1987, p. 22). O desafio que Rousseau se propõe é estabelecer uma forma de contrato que eleve a liberdade e a igualdade natural à condição política, ou seja, que na sociedade política o homem, mesmo se constituindo como um homem artificial, não elimine a sua condição natural de liberdade e de igualdade, mas a transforme numa instituição moral e política, ampliando, portanto, o seu alcance.

Para conseguir esse objetivo as cláusulas do contrato reduzem-se a uma só: “a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda, porque, em primeiro lugar, cada um dando-se completamente, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém se interessa por torná-la onerosa para os demais” (p. 32). Assim se constitui um corpo político soberano, que Rousseau define por meio do conceito de vontade geral. Este é o segredo do contrato rousseauiano: a instituição da vontade geral, não como a simples soma das vontades particulares, mas como uma síntese de todas as vontades particulares. Cria-se assim uma força radicalmente nova, um poder comum, coletivo, ao qual cada indivíduo deve submeter-se. Não há perda de liberdade porque ela se realiza coletivamente. O corpo político criado – o lugar efetivo de elaboração das leis civis – representa a conquista da liberdade moral, “única a tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, porque o impulso do puro apetite é escravidão, e a obediência à lei que se prescreveu é liberdade” (p. 37). Se os homens criam suas próprias leis numa situação de igualdade e liberdade, obedecê-las não significa perder a liberdade, mas obedecer a uma deliberação originada deles mesmos.

A vontade geral – ou a soberania – é a única força que pode dirigir o Estado de acordo com o bem comum. Ela é indivisível – porque senão seria apenas uma parte – e inalienável. Esta característica é fundamental no pensamento de Rousseau. Afirma ele que a

soberania, por ser apenas o exercício da vontade geral, não pode jamais se alienar, e que o soberano, que não é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode ser transmitido, mas não à vontade. ... Se, pois, o povo promete simplesmente obedecer, ele se dissolve por esse ato, perde sua qualidade de povo – desde que há um senhor, não há mais soberano e, a partir de então, destrói-se o corpo político (p. 44).

A tese da inalienabilidade da soberania tem conseqüências profundas sobre o processo legislativo. A vontade geral não se representa, ou é ela mesma, ou é outra. Nesse sentido,

os deputados do povo não são, nem podem ser, seus representantes; não passam de seus comissários, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar e, em absoluto, não é lei. O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois o é somente durante a eleição dos membros do parlamento; logo que são eleitos, ele é escravo, não é nada (p. 108).

O argumento vale também para o governo. Esta tese questiona a representação como um dos elementos centrais do Estado moderno e abre espaço para pensar a democracia direta como modo mais legítimo para a elaboração das leis, porque institui o povo como o único e o verdadeiro poder soberano.

Em síntese, o contratualismo é a teoria política fundadora do Estado moderno, cujo ator principal é o indivíduo. Dos autores considerados a contribuição de Locke é, de longe, a mais significativa, tanto que ele é denominado o "pai do liberalismo". A idéia por ele desenvolvida de que a sociedade política é a instituição criada para assegurar o direito natural de propriedade tornou-se o fundamento do chamado Estado Liberal. Além disso, está presente a necessidade de impor limites ao poder e às funções do Estado. O primeiro aspecto materializa-se no conceito de Estado de direito (Constituição, governo das leis, divisão de poderes, etc.) e o segundo no conceito de Estado mínimo (separação entre o político e o econômico/propriedade/mercado, não-intervenção do Estado na economia e no campo social).

Já a perspectiva desenvolvida por Rousseau, ao criticar o contrato firmado sob a ótica dos ricos/proprietários, traz os pressupostos para a construção de uma sociedade democrática. Também se deve considerar como uma questão importante exposta por Rousseau para a teoria política de que o contrato nasce das desigualdades e não o contrário. Essas teses serão retomadas no século 19 não mais a partir dos pressupostos contratualistas, em que se contrapõe estado de natureza e estado político, mas estabelecendo-se uma nova contraposição, entre sociedade civil e sociedade política. É o caso das teorias de Hegel e Marx e Engels.

É importante considerar que o contratualismo é uma teoria afirmativa do Estado, como instituição necessária para superar os inconvenientes do estado de natureza. Dessa forma, o contratualismo não permite pensar uma sociedade sem Estado. No limite pode-se pensar o Estado mínimo (neoliberal), visto apenas como um mal necessário, para garantir os direitos civis e políticos, mas jamais interferir na economia, no mercado e na questão social.

O contratualismo fundamenta-se na dicotomia estado de natureza/sociedade política. Em outras palavras, a sociabilidade humana, representada pela sociedade política, constitui-se a partir do contrato. O estado natural é um estado em que reina a individualidade absoluta, cujos inconvenientes impõem ao homem o desafio de construir relações sociais

que tornem a vida humana menos adversa. A grande virtude do contratualismo é trazer para o âmbito humano a construção de soluções para os impasses e dilemas evidenciados na condição natural dos homens.

No século 19 ocorre uma mudança importante na formulação do pensamento político. Para esta nova forma de pensar a política, o Estado nasce das contradições da sociedade civil, de modo que uma nova dicotomia se estabelece: sociedade civil/sociedade política. A sociedade existe independentemente do contrato, portanto faz parte da própria condição humana. Essa fundamentação é possível em função do desenvolvimento da Ciência, como procedimento para buscar a verdade. Esta prática está vinculada à observação, levada a efeito segundo uma determinada metodologia. A observação permitiu uma conclusão: os homens estabelecem relações necessárias entre si que decorrem dos atos necessários à produção da sua própria existência.

Essa nova forma de pensar o Estado e a sociedade pode ser posta numa perspectiva sociológica, pois parte da sociedade como um "dado" da condição humana. As maiores expressões teóricas dessa forma de pensar a política e o Estado são George W. Hegel (1770-1831), Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), estes últimos compondo uma única corrente teórica, o materialismo histórico.

Hegel pode ser considerado um dos precursores da Sociologia. Recuperando a teoria política grega e a dialética, Hegel inicia uma nova teoria sobre o Estado, transformando-o na instituição na qual o homem se constitui como ser humano pleno, universal. Diz Hegel, nos *Princípios de Filosofia do Direito*, que o "o fim racional do homem é a vida no Estado" (Inwood, 1997, p. 124). Nesse sentido, o Estado expressa o momento mais elevado da história humana, ou seja, o momento em que o homem, que inicia a sua aventura humana como ser sensível, eleva-se à condição de Espírito Absoluto. O Estado representa o momento ético-político ou simplesmente o momento da eticidade. Para chegar ao Estado o homem precisa superar (dialeticamente) a dimensão da família (que expressa o amor e o sentimento) e o faz no sentido de constituir a sociedade civil. Nesta nova condição o homem se caracteriza pela particularidade (os indivíduos), pela divisão do trabalho e pelas trocas.

A sociedade civil constitui um sistema de carências ou necessidades que devem ser supridas pelo trabalho. O contrato é o instrumento que regula as relações entre os indivíduos na sociedade civil. Nessa dimensão, contudo, o homem vive dilacerado por ser apenas parte e não todo. Esse conflito existencial se resolve com a instituição do Estado, que permite ao homem alçar-se à condição de ser universal, de cidadão, em que cada um se reconhece no outro. Assim sendo, só no Estado os homens são verdadeiramente livres e iguais.

O que está em questão é a conquista do gênero humano, da universalidade da condição humana, da humanidade como um todo, como unidade. O sentimento (família) não é simplesmente eliminado das relações humanas, mas no Estado ele é transformado em sentimento de amor pela pátria, por exemplo. É claro que nessa nova situação – que é resultado de uma superação dialética – surge a racionalidade como categoria fundamental da ação política. No Estado o indivíduo é subsumido pelo todo (como na vontade geral de Rousseau), deixa de ser o ator principal. Para Hegel a constituição do Estado racional envolve três poderes: o monarca (cargo hereditário para evitar a instabilidade das eleições); o poder executivo ou governamental (burocracia, judiciário, etc.); poder Legislativo (expressa o elemento universal porque é o povo como um todo – e não como particulares – que está nele representado).

Marx e Engels elaboram uma teoria crítica do Estado e da sociedade burguesa. O ponto de partida é a concepção de Hegel, criticadas por eles pelo seu caráter idealista. Também incorporam a essa crítica as reflexões dos socialistas franceses e dos economistas ingleses (Adam Smith e Ricardo). Entendemos, porém, que o pensamento de Marx e Engels já se situa numa perspectiva sociológica, razão pela qual o abordaremos na próxima seção.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *Teoria das formas de governo*. Brasília: Editora UnB, 1988.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1991.
- HEGEL, G. W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Ícone Editora, 1997.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato social*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1991.
- YOLTON, John W. *Dicionário Locke*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

2.2 – AS TEORIAS SOCIOLÓGICAS CLÁSSICAS – COMTE, DURKHEIM, MARX E ENGELS, WEBER

Vamos analisar, nesta seção, o pensamento sociológico formado no século 19, em que Comte, Marx e Engels são os precursores. Tais reflexões caracterizam profundamente as ações humanas na medida em que afirmam a origem social dos problemas e dos conflitos que marcam a modernidade. As soluções preconizadas, obviamente, decorrem desse caráter social do mundo humano. A complexidade desse processo social se estende para a Sociologia, que será também um palco das lutas que se travam no seio da sociedade. Posteriormente analisaremos as contribuições de Durkheim, que segue a mesma linha teórica iniciada por Comte, e Weber, que elabora uma teoria social inteiramente nova, a Sociologia compreensiva.

Esses autores são considerados “clássicos”, pois foram os responsáveis pela fundação da Sociologia, ou, mais precisamente, criaram as diferentes teorias que compõem a Sociologia. A exposição será bastante genérica, procurando abordar os aspectos das teorias relativamente consensuais entre os estudiosos. Além disso, foram empregadas citações dos autores em questão, para que cada leitor possa elaborar sua própria interpretação dos mesmos. É assim que o conhecimento se desenvolve: pela capacidade de apreensão crítica do pensamento constituído.

COMTE: Ordem e Progresso

Auguste Comte (1798-1857) é responsável pela elaboração da primeira reflexão consistente sobre o caráter social do homem, como fato empiricamente observável. A sociedade humana como dado objetivo pode ser compreendida por uma ciência particular que ele denomina primeiramente de Física Social e posteriormente de Sociologia. Esta conclusão está embasada na formulação da lei dos três estados, que explicita as formas evolutivas do conhecimento humano: o teológico, o metafísico e o positivo. O estado positivo ou científico representa o momento mais desenvolvido do processo de produção de conhecimentos, em que a observação e a experiência predominam sobre a imaginação.

Auguste Comte



Seu nome completo era Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (Montpellier, 19/1/1798 — Paris, 5/9/1857) pensador francês, é o fundador da Sociologia e da teoria positivista.

No período de 1817-1824 foi secretário do conde Henri de Saint-Simon (1760-1825), expoente do socialismo utópico, e são dessa época algumas fórmulas fundamentais: “Tudo é relativo, eis o único princípio absoluto” (1819) e “Todas as concepções humanas passam por três estádios sucessivos – teológico, metafísico e positivo –, com uma velocidade proporcional à velocidade dos fenômenos correspondentes” (1822) (a famosa “lei dos três estados”). Publicou, em 1852, o *Catecismo positivista*, que instituiu a Religião da Humanidade.

Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Comte>>.

Acesso em: 19 jan. 2008.

Os estágios que expressam o desenvolvimento do conhecimento estão relacionados com a história da civilização. De acordo com Comte (In: Moraes Filho, 1978):

a primeira é a época teológica e militar. Nesse estado da sociedade, todas as idéias teóricas, tanto gerais como particulares, são de ordem puramente sobrenatural. A imaginação domina franca e completamente a observação, à qual é interdito qualquer direito de exame. Do mesmo modo, todas as relações sociais, quer particulares, quer gerais, são franca e completamente militares. A sociedade tem como objetivo de atividade, única e permanente, a conquista. De indústria há apenas o indispensável para a existência da espécie humana. A escravidão pura e simples dos produtores é a principal instituição.

A segunda época é a época metafísica e legista. Seu caráter geral consiste em não ter nenhum bem acentuado. É intermediária e bastarda, opera uma transição. Sob o aspecto espiritual (...) a observação é sempre dominada pela imaginação, mas lhe é permitido modificá-la em certos limites. Estes limites vão sendo sucessivamente recuados, até que a observação conquista enfim o direito de exame sobre todos os pontos. (...) Sob o aspecto temporal, a indústria ganhou maior extensão, sem ser ainda predominante. Por conseguinte, a sociedade não é mais francamente militar, nem é ainda francamente industrial, quer nos seus elementos, quer no seu conjunto.

A terceira época é a época científica e industrial. Todas as idéias teóricas e particulares tornaram-se positivas, e as idéias gerais tendem a tornar-se. A observação dominou a imaginação, quanto às primeiras, e a destronou, sem haver ainda hoje tomado seu lugar, quanto às segundas. No temporal, a indústria tornou-se predominante. Todas as relações particulares estabeleceram-se pouco a pouco em bases industriais. A sociedade, tomada coletivamente, tende a organizar-se do mesmo modo, dando-se-lhe como objetivo de atividade, única e permanente, a produção (p. 145-147).

A lei dos três estados permite a Comte formular uma teoria sobre a natureza dos conflitos da sociedade humana, tendo obviamente a Europa como referência. A crise da sociedade decorre da anarquia moral e política que abala o próprio sistema industrial em fase de afirmação. Isto significa que sem uma reforma do poder espiritual – o predomínio da ciência – não haverá desenvolvimento para o estágio social definitivo da espécie humana. Para Comte:

a sociedade está hoje desorganizada, tanto no aspecto espiritual, quanto no temporal. A anarquia espiritual precedeu e engendrou a anarquia temporal. (...) O estudo atento da marcha da civilização prova que a reorganização espiritual da sociedade encontra-se agora mais preparada do que sua reorganização temporal. Deste modo, a primeira série de esforços diretos para concluir a época revolucionária deve ter por objetivo reorganizar o poder espiritual; enquanto que, até o presente, a atenção fixou-se sempre sobre a reforma de poder temporal (p. 64).

É neste contexto que Comte propõe a fundação da Física Social como campo de conhecimento necessário para compreender as leis que explicam a organização e o funcionamento da sociedade humana. Esta ciência particular seria a forma mais evoluída do conhe-

cimento, iniciado com a Matemática e seguido, respectivamente, da Astronomia, da Física, da Química e da Biologia. A afirmação da Física Social exige que se abandone definitivamente a busca das causas e das essências para pesquisar as leis invariáveis, isto é, as relações constantes que existem entre os fenômenos observados. A seguinte afirmação de Comte elucida o objeto e o método da ciência social:

entendo por Física social a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo especial de suas pesquisas. Propõe-se, assim, a explicar diretamente, com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana, considerado em todas as suas partes essenciais; isto é, a descobrir o encadeamento necessário de transformações sucessivas pelo qual o gênero humano, partindo de um estado apenas superior ao das sociedades dos grandes macacos, foi conduzido gradualmente ao ponto em que se encontra hoje na Europa civilizada. O espírito dessa ciência consiste sobretudo em ver, no estudo aprofundado do passado, a verdadeira explicação do presente e a manifestação geral do futuro (p. 53).

O aspecto metodológico fundamental da ciência social comteana é a objetividade dos fenômenos sociais, o que significa que eles, como objetos de observação, existem independentemente do observador. Por isso, é possível apreendê-los como constituídos por leis imutáveis, como os fenômenos da natureza. A diferença é que, enquanto na observação destes parte-se do particular para o geral, nos fenômenos sociais parte-se do geral para o particular. Na ciência social, o todo precede as partes.

A fundação da ciência social implica considerar que o seu objeto – o social – mantém uma posição de especificidade em relação aos demais objetos. A história da humanidade é a “continuação e o complemento indispensável da história natural do homem” (Comte), mas essa continuidade não quer dizer que não se deve considerar a independência e a superioridade do homem sobre os demais seres. Essa superioridade tem como fundamento a “perfeição relativa” ou a “natureza especial” da sua organização. Considerando as influências que as gerações humanas exercem umas sobre as outras e que o estado da humanidade “em cada geração depende imediatamente do estado da geração precedente”, conclui-se que o estudo dos fenômenos sociais não pode ser reduzido a um ponto de vista unicamente biológico.

O positivismo sociológico concebeu duas dimensões para o estudo dos fenômenos sociais: a estática e a dinâmica. Para Comte,

esse dualismo científico corresponde, com perfeita exatidão, no sentido político propriamente dito, à dupla noção de ordem e progresso. (...) É evidente que o estudo estático do organismo social deve coincidir, no fundo, com a teoria positiva da ordem, a qual, com efeito, somente pode consistir

essencialmente numa justa harmonia permanente entre as diversas condições de existência das sociedades humanas. Vê-se, do mesmo modo, e ainda mais sensivelmente, que o estudo dinâmico da vida coletiva da humanidade constitui necessariamente a teoria positiva do progresso social, que, afastando-se de qualquer vão pensamento de perfectibilidade absoluta e ilimitada, deve naturalmente reduzir-se à simples noção do desenvolvimento fundamental (1978, p. 105-106).

A ordem diz respeito ao conjunto de leis puramente estáticas da sociedade, organizadas segundo a idéia geral do *consensus*. Todos os fenômenos sociais particulares estabelecem relações necessárias entre si e com o todo, de tal modo que não há sociedade em que não se exerça uma "ação geral e combinada". Há, portanto, entre as diversas partes que compõem a sociedade uma solidariedade fundamental, objetivamente determinada. Esta unidade social não quer dizer igualdade ou homogeneidade, mas necessariamente diferenças e desigualdades, determinadas pela própria natureza do organismo social.

A sociedade não é o simples somatório de indivíduos. A unidade básica da sociedade é a família, no entanto os vínculos sociais são de natureza mais complexa que os vínculos familiares. As relações domésticas têm um caráter essencialmente moral e afetivo. A sociedade pressupõe relações de cooperação; ela é composta, em primeiro lugar, pelas famílias, os seus elementos básicos, depois pelas classes, os seus tecidos, e, por fim, pelas cidades – os seus órgãos efetivos.

A teoria positiva da ordem social considera que sem a separação dos ofícios "não existiria, entre as diversas famílias, uma verdadeira associação, mas um simples aglomerado. Eis aí o que distingue essencialmente a ordem política, fundada na cooperação, da ordem puramente doméstica, tendo por base a simpatia" (Comte). É a divisão do trabalho o fundamento da sociabilidade moderna, a condição para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da espécie humana. Nas palavras de Comte,

todos os progressos reais que se realizaram ou que poderão operar-se na organização social podem ser encarados, deste ponto de vista, como tendo tido ou devendo ter por último resultado estabelecer melhor distribuição do trabalho. A ordem social seria evidentemente perfeita, quer sob o aspecto do bem-estar particular, quer sob o da boa harmonia do conjunto, se cada indivíduo ou cada povo pudesse, em todos os casos, entregar-se exclusivamente ao gênero preciso de atividade para a qual fosse mais apropriado, seja por suas disposições naturais, seja por seus antecedentes, seja pelas circunstâncias especiais em que se ache colocado, o que, considerado sob outro prisma, seria exatamente uma perfeita divisão do trabalho (1978, p. 123).

A divisão do trabalho, responsável pela extensão e a complexificação das sociedades humanas, pode ser também fator de desintegração social. É da própria natureza da especialização do trabalho que os indivíduos e os grupos sociais se colocam numa perspectiva

cada vez mais limitada, distantes uns dos outros, reforçando o interesse particular em detrimento do interesse geral. Essa tendência à dissolução da divisão do trabalho é uma ameaça ao progresso e precisa ser "incessantemente combatida por uma ação sempre crescente de governo, e sobretudo de governo espiritual" (Comte). Trata-se, na verdade, da incorporação do espírito positivo à existência humana, único capaz de produzir o entendimento da verdadeira função social da divisão do trabalho.

A dinâmica tem como objetivo o estudo do progresso, ou do "desenvolvimento gradual da humanidade". Esse processo evolutivo da sociedade não significa somente a melhoria das condições materiais da vida humana, mas também o desenvolvimento das faculdades mais importantes, mediante o controle dos apetites físicos e o estímulo dos instintos sociais e das funções intelectuais no sentido de ampliar a influência da razão nas ações humanas.

A ordem social desenvolve-se segundo uma lei necessária no sentido do aumento da diferenciação e da complexidade. Esse movimento pode ser considerado a partir das causas modificadoras da sua velocidade – a raça, o clima e a ação política – e dos fatores efetivos de mudança social – o tédio, o suceder das gerações e o aumento da população. Sendo assim, supera-se a ilusão metafísica sobre o aumento da felicidade humana nos diversos estágios da civilização para afirmar-se o princípio científico "do desenvolvimento contínuo da natureza humana, considerada sob todos esses aspectos essenciais, seguindo uma harmonia constante e de conformidade com leis invariáveis de evolução" (Comte).

A sociedade preconizada pelo positivismo é uma sociedade hierarquizada. O poder espiritual deve ficar com os cientistas e o poder temporal com os chefes dos trabalhos industriais (empresários capitalistas). Esses lugares são ocupados segundo o mérito ou as aptidões naturais de cada indivíduo. Entre os cientistas deve ser constituída uma nova classe: os especialistas em Física Social, responsáveis pela elaboração dos estudos sobre a sociedade. Além disso, entre os cientistas propriamente ditos e os produtores tende a se formar uma classe intermediária, a dos engenheiros, "cuja destinação especial é organizar as relações entre teoria e prática".

A concepção social de Comte não pretende a eliminação da relação capital e trabalho da sociedade industrial, segundo a proposta dos socialistas, nem deixar essa relação ao livre jogo do mercado, como propõem os liberais. O seu programa trabalhista visa a garantir ao proletário "todos os materiais de seu uso exclusivo e contínuo, dele próprio ou de sua família" e a afirmação da natureza social da propriedade. Para isso a propriedade privada deve ser regulada pelo poder espiritual positivista, o que significa a sua subordinação às necessidades sociais. A crítica comteana voltava-se principalmente ao individualismo egoísta, responsável pelos abusos cometidos pelos chefes temporais, proprietários dos meios de produção.

Émile Durkheim

Émile Durkheim (Épinal, 15/4/1858 — Paris, 15/11/1917) é considerado um dos pais da Sociologia moderna. Durkheim foi o fundador da Escola Francesa de Sociologia, que combinava a pesquisa empírica com a teoria sociológica. Foi através dele que a Sociologia conquistou um espaço institucional importante, passando a ser ensinada na Univeridade de Sorbonne.

A Sociologia fortaleceu-se graças a Durkheim e seus seguidores. Suas principais obras são: *Da divisão social do trabalho* (1893); *Regras do método sociológico* (1895); *O suicídio* (1897); *As formas elementares de vida religiosa* (1912). Fundou também a revista *L'Année Sociologique*.

Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Durkheim>>.
Acesso em: 19/1/2008.

Imagem disponível em:
<www.leksikon.org/images/durkheim.jpg>.
Acesso em: 19/1/2008.

Ainda cabe destacar a transformação sofrida pelo pensamento de Comte, em 1847, quando proclama o positivismo como a religião da humanidade. Os princípios científicos são obviamente postos a serviço da nova religião, em que a humanidade ocupa o lugar do deus do cristianismo. A religião positivista foi, na verdade, a tentativa de construir um movimento político, cujo objetivo era a reforma moral do homem segundo o princípio "viver para outrem". A fórmula sagrada do positivismo era: "o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim".

DURKHEIM: a Preponderância Progressiva da Solidariedade Orgânica

Émile Durkheim (1858-1917), partindo do positivismo comteano, produz uma reflexão decisiva para a constituição e a institucionalização da Sociologia como ciência da sociedade. É o responsável direto pela criação da disciplina de Sociologia na Universidade de Sorbonne, em 1910. Além da elaboração de uma teoria sobre a sociedade industrial, Durkheim produz uma importante contribuição sobre o método sociológico, isto é, sobre o objeto da Sociologia e as regras necessárias para conduzir o processo de investigação dos fatos sociais.

O objeto da Sociologia é constituído pelos fatos sociais. Estes são as manifestações humanas, regulares ou não, que existem de forma autônoma e independente das manifestações individuais e exercem uma coerção exterior sobre os indivíduos. Durkheim leva ao limite o conceito de fato social, como núcleo definidor da sociabilidade humana, quando afirma que "um fato social não pode ser explicado senão por um outro fato social". Em outras palavras, é o núcleo instituinte da própria condição humana. A leitura que se pode fazer dessa tese é que os fatos externos não determinam a natureza da ordem e do movimento da sociedade; são apenas condicionantes da vida coletiva. Da mesma forma, não se pode buscar a causa determinante de um fato social nos estados da consciência individual. A sociedade é

uma totalidade de fatos que se desenvolvem de acordo com o caráter do meio social interno. "A origem primária de qualquer processo social de uma certa importância deve ser procurada na constituição do meio social interno", afirma Durkheim.

Como os fatos sociais são realidades objetivas, prega a primeira regra do método sociológico que se deve tratá-los como coisas, no sentido que são realidades desconhecidas, que não podem ser naturalmente penetráveis pela inteligência humana, mas apenas pela observação e experimentação, "passando progressivamente dos caracteres mais externos e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e aos mais profundos" (Durkheim apud Gianotti, 1983, p. 76). Para dar conta desse processo exige-se que o sociólogo se coloque em relação aos fatos sociais com o mesmo estado de espírito com que se colocam os físicos, químicos ou biólogos diante dos seus objetos de investigação. Afirma Durkheim,

o sociólogo, ao penetrar no mundo social, precisa ter consciência de que penetra no desconhecido; é preciso que ele se sinta em presença dos fatos cujas leis lhe são tão insuspeitas como eram as da vida antes da biologia ter-se constituído; é preciso que esteja preparado para fazer descobertas que o surpreenderão e o desconcertarão (apud Gianotti, 1983, p. 77).

Outro aspecto decisivo da Sociologia durkheimiana refere-se à necessidade de se eliminarem todas as prenoções ou noções vulgares e julgamentos de valor sobre os fatos sociais. Sem esse procedimento metodológico não se pode chegar a resultados objetivos, pois se confunde a coisa com a idéia que se faz da coisa, adentrando-se, assim, no mundo da imaginação. A objetividade e a neutralidade axiológica são as únicas posturas metodológicas possíveis para a produção de conhecimentos científicos.

A observação dos fatos sociais deve considerar também a existência de duas situações diferentes: os fatos normais e os patológicos. Levando em conta um tipo social determinado os fatos são normais quando se produzem na média das sociedades desta espécie, consideradas numa fase determinada de desenvolvimento. O fato patológico ou anormal é aquele que se afasta da média. Por exemplo, o crime – mesmo que seja indesejável – é normal para uma sociedade dada, considerando seu estágio de desenvolvimento. A função do crime (e da pena) é reforçar os laços sociais baseados nas semelhanças. O crime pode tornar-se um fato anormal quando atinge taxas exageradas.

A constituição das espécies sociais está vinculada à distinção entre o normal e o patológico. Esta constituição obedece à seguinte regra: "começar-se-á por classificar as sociedades segundo o grau de composição que apresentam, tomando como base a sociedade perfeitamente simples ou de segmento único; no interior destas classes proceder-se-á à distinção

Coalescência

União de partes que estavam separadas.

das diferentes variedades conforme se produz ou não uma coalescência completa dos segmentos iniciais" (Durkheim). A sociedade de segmento único é a horda. Os agregados formados pela repetição de hordas podem ser chamados de sociedade polissegmentárias simples. A seguir, conforme o grau de complexidade, vêm as sociedades polissegmentárias simplesmente e duplamente compostas. Exemplo destas últimas são as cidades. Para Durkheim,

a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, pois o sistema formado pela associação destes representa uma realidade específica que tem as suas características próprias. Sem dúvida que nada se pode produzir de coletivo sem que se manifestem consciências particulares; mas esta condição necessária não é suficiente. É necessário ainda que estas consciências se associem, de uma certa maneira; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica. Ao agregarem-se, ao penetrarem-se, ao fundirem-se, as almas individuais dão origem a um ser, psíquico por assim dizer, mas que constitui uma individualidade psíquica de um estilo novo. É portanto na natureza desta individualidade, e não na das unidades componentes, que se deve procurar as causas próximas e determinantes dos fatos que nela se produzem. O grupo pensa, sente e age de um modo muito diferente do que o fariam os seus membros caso estivessem isolados. Portanto, se se parte destes últimos, não se compreenderá absolutamente nada do que se passa no grupo (1983, p. 139).

As sociedades – ou as espécies sociais – podem ser identificadas por duas formas distintas de relações sociais, denominadas de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Essas duas formas de solidariedade estão vinculadas entre si, de modo que o crescimento de uma implica o decréscimo da outra. Diz Durkheim que "existem em nós duas consciências: uma contém os estados que são pessoais a cada um de nós e que nos caracterizam, enquanto os estados que abrangem a outra são comuns a toda a sociedade" (Durkheim, apud Rodrigues, 1981, p. 75).

A solidariedade mecânica representa o tipo coletivo, que se caracteriza pelo "conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade" (p. 74). Essa

consciência coletiva ou comum expressa uma solidariedade *sui generis* que, originada das semelhanças, liga o indivíduo diretamente à sociedade, de modo que objetos semelhantes produzem sempre efeitos semelhantes. A rigor na solidariedade mecânica não existem indivíduos relativamente independentes da sociedade; eles são a própria sociedade.

A solidariedade mecânica se expressa por meio do Direito Penal ou repressivo. Isso quer dizer que os conceitos de crime e pena estão relacionados à consciência coletiva, na medida em que a preservação das semelhanças é um processo vital para a reprodução da sociedade. Para Durkheim,

os atos que ele (o direito penal) proíbe e qualifica como crimes são de dois tipos: ou bem eles manifestam diretamente uma dessemelhança muito violenta contra o agente que os executou e o tipo coletivo, ou então ofendem o órgão da consciência comum. Tanto num caso como no outro, a autoridade atingida pelo crime que o repele é a mesma; ela é um produto das similitudes sociais as mais essenciais, e tem por efeito manter a coesão social que resulta dessas similitudes. É esta autoridade que o direito penal protege contra todo enfraquecimento, exigindo ao mesmo tempo de cada um de nós um mínimo de semelhanças, sem as quais o indivíduo seria um ameaça para a unidade do corpo social, e nos impondo o respeito ao símbolo que exprime e resume essas semelhanças, ao mesmo tempo que lhes garante (p. 76).

A pena precisa ser compreendida sob a ótica da solidariedade mecânica. Como reação passional que é, ela não serve para recuperar os indivíduos culpados ou para intimidar outros indivíduos para que não cometam atos semelhantes. Essa forma aparente da pena não pode esconder sua verdadeira função: manter intacta a coesão social, mediante a reprodução da consciência comum.

A solidariedade orgânica expressa relações sociais inteiramente diversas. A presença de indivíduos com esferas particulares de ação, portanto diferentes, origina outra forma de solidariedade, que pode ser caracterizada como um "sistema de funções diferentes e especiais que unem relações definidas". Para que essa solidariedade possa desenvolver-se é necessário que a consciência individual não esteja totalmente submetida à consciência comum, possibilitando, assim, o desenvolvimento da divisão do trabalho, o verdadeiro substrato social da solidariedade orgânica. Nesse caso produz-se uma relação de dependência recíproca entre as diversas funções que compõem o todo social. De acordo com Durkheim,

aqui pois a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo em que as partes; a sociedade se torna mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios. Esta solidariedade se assemelha àquela que se observa nos animais superiores. Cada órgão, com efeito, tem sua fisionomia especial, sua autonomia e, por conseguinte, a unidade do organismo é tanto maior quanto a individualização das partes seja mais acentuada (p. 83-84).

O direito que expressa a solidariedade orgânica não tem um caráter repressivo. É o direito restitutivo ou contratual – Direito Civil, Comercial, Processual, Administrativo, Constitucional –, cuja ação consiste “apenas no restabelecimento do estado de coisas anterior, na renovação das relações afetadas na sua forma normal, tanto que o ato incriminado seja recambiado à força à norma de que se desviou, quanto seja anulado, isto é, privado de todo o valor social” (p. 70). A função do direito restitutivo é regular as diferenças sociais produzidas pela divisão do trabalho, estabelecendo com clareza os seus respectivos lugares sociais.

A solidariedade orgânica, mesmo produzindo uma totalidade social interdependente, não elimina a possibilidade de conflitos ou desequilíbrios. Durkheim indica como um dos grandes problemas da sociedade industrial a presença de situações de anomia, isto é, de ausência de regras capazes de regulamentar as relações entre os diferentes órgãos. Na medida em que as sociedades se desenvolvem os mercados tornam-se mais extensos, os produtores e consumidores estão cada vez mais distantes, as máquinas substituem os trabalhadores, as relações entre patrões e empregados tornam-se mais complexas e as crises econômicas ficam mais densas. Essa situação de anomia só pode ser resolvida mediante uma nova regulamentação.

A anomia decorrente da divisão do trabalho é um processo social extremamente importante se se considerar que uma das características básicas da sociedade moderna é a “preponderância progressiva da solidariedade orgânica”. Afirma Durkheim: “trata-se pois de uma lei histórica que a solidariedade mecânica, que inicialmente é a única ou quase, perde terreno progressivamente e que a solidariedade orgânica se torna pouco a pouco preponderante” (p. 85). Essa lei histórica pode ser formulada de outra forma:

a divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades e, se ela progride de uma maneira contínua no decurso do desenvolvimento social, é porque as sociedades se tornam regularmente mais densas e muito geralmente mais volumosas (Durkheim, 1984, p. 42).

A densidade social expressa-se pela concentração espacial das populações, pela formação e desenvolvimento das cidades e pelo número e rapidez das vias de comunicação e de transmissão. O volume refere-se ao tamanho das populações. Em outras palavras, a maior densidade e o maior volume implicam o crescimento das interações sociais e conseqüentemente o crescimento da divisão do trabalho. Obviamente para que haja progresso da divisão do trabalho é necessário que tenha ocorrido o desaparecimento – ou pelo menos em parte – da sociedade segmentar.

Ainda que Durkheim tenha preconizado que “dia virá em que toda a nossa organização social e política terá uma base exclusivamente profissional”, não se trata de uma indicação no sentido do desaparecimento da solidariedade mecânica e conseqüentemente do

Direito Penal, considerando que as duas formas de solidariedade se desenvolvem na razão inversa uma da outra. Nesse sentido, o que é possível afirmar é a existência de uma tendência à redução da extensão das semelhanças na vida social, mas não a sua extinção.

O desenvolvimento da solidariedade orgânica e a possibilidade da anomia levam à formulação de um diagnóstico da sociedade industrial – “o estado de anomia jurídica e moral no qual se encontra a vida econômica atualmente”. Como nada limita a ação das forças econômicas, que passaram a desempenhar o papel principal na sociedade moderna, o confronto entre elas tornou-se inevitável. Este conflito permanente é a manifestação de um estado patológico, em que o individualismo egoísta e as paixões humanas rompem o equilíbrio da vida social. Vale lembrar que este diagnóstico foi elaborado ainda na última década do século 19.

As conseqüências danosas produzidas pela sociedade industrial sobre os indivíduos não podem ser explicadas pela divisão do trabalho. As críticas que a acusam de reduzir o indivíduo à condição de máquina são equivocadas porque seus autores não percebem que a divisão do trabalho é fonte de sociabilidade e não o contrário. Nesse sentido, de nada adiantaria dar aos trabalhadores, além de conhecimentos técnicos, uma cultura geral. A crítica de Durkheim dirige-se também aos economistas, que reduziram a divisão do trabalho a um “meio de aumentar o rendimento das forças sociais”. Compreender a verdadeira natureza da divisão do trabalho significa, portanto, considerar que os seus efeitos negativos não são uma imposição da sua natureza, mas de circunstâncias anormais e excepcionais. Conforme Durkheim, para que a divisão do trabalho

se desenvolva sem provocar tal desastrosa influência sobre a consciência humana, não é preciso temperá-la pelo seu contrário; basta que seja ela mesma, que nada venha desnaturá-la de fora. Porque normalmente, o desempenho de cada função especial exige que o indivíduo não se feche estreitamente, mas que se mantenha em relações constantes com as funções vizinhas, tome consciência de suas necessidades, de mudanças que ocorram, etc. A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de ficar curvado sobre sua tarefa, não perde de vista seus colaboradores, mas age sobre eles e sofre sua ação. Não é pois uma máquina que repete movimentos dos quais ele não percebe a direção, mas ele sabe que eles tendem para algum lugar, para um objetivo que ele concebe mais ou menos distintamente. Ele sente que serve para alguma coisa. Para isto, não é necessário que ele abranja vastas regiões do horizonte social, basta que ele perceba o suficiente para compreender que suas ações têm um fim fora delas mesmas (1984, p. 101-102).

Esta situação de guerra social ou de anomia pode ser superada somente com o desenvolvimento de uma moral profissional, ainda em estado rudimentar. A regulamentação moral ou jurídica depende da existência de um grupo na qual se possa constituir o dito sistema de regras. Esse grupo não pode ser o Estado, porque a vida econômica constrói cada dia

mais a sua autonomia em relação à instituição política. O grupo que tem condições de promover essa regulamentação, por conhecer bem a natureza e o funcionamento das profissões, é a corporação ou o grupo profissional que reúne e organiza todos os agentes de uma mesma indústria em um mesmo corpo.

É evidente que Durkheim não estava se referindo às corporações da Idade Média. As corporações da sociedade moderna teriam a incumbência de organizar todos os membros da profissão, dispersos num território determinado. Além disso, deveriam estabelecer relações com o Estado, a quem caberia instituir os princípios gerais da legislação industrial. Às corporações caberá a tarefa de diversificar essa legislação segundo as diferentes espécies de indústrias. As corporações, além das funções profissionais, deverão incorporar outras atribuições – como funções de assistência e educação. Assim concebidas, elas estão destinadas a se tornarem “a base ou uma das bases essenciais de nossa organização política”.

E conclui Durkheim (apud Gianotti, 1983, p. 20):

a crise da qual sofremos não tem uma única causa. Para que ela cesse, não é suficiente que uma regulamentação qualquer se estabeleça onde é necessária; é preciso, além do mais, que ela seja o que deve ser, quer dizer, justa. (...) Imaginemos, com efeito, que esteja enfim realizada a condição primordial da justiça ideal; suponhamos que os homens entrem na vida de um estado de perfeita igualdade econômica, isto é, que a riqueza tenha cessado completamente de ser hereditária. Os problemas em meio aos quais nos debatemos não estariam resolvidos por isto. Com efeito, haverá sempre um aparelho econômico e diversos agentes que colaborarão para o seu funcionamento; será preciso, pois, determinar seus direitos e seus deveres, e isto para cada tipo de indústria. Será preciso que em cada profissão se constitua um corpo de regras que fixe a quantidade de trabalho, a justa remuneração dos diferentes funcionários, seu dever frente aos outros e frente à comunidade, etc. Estar-se-á, não menos que atualmente, diante de uma tábua rasa. Porque a riqueza não se transmitirá mais segundo os mesmos princípios de hoje, o estado de anarquia não terá desaparecido, pois ele não consiste apenas no fato de as coisas estarem aqui mais do que ali, em tais mãos mais do que em outras, mas em que a atividade, da qual estas coisas são a ocasião ou instrumento, não está regulamentada; e ela não se regulamentará por encantamento assim que for útil se as forças necessárias para instituir esta regulamentação não forem previamente suscitadas e organizadas.

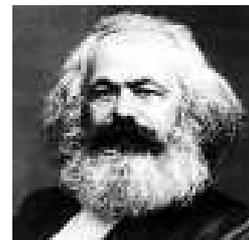
MARX e ENGELS: a Concepção Materialista da Sociedade e da História

Deve-se a Karl Marx (1818-1883) e a Friedrich Engels (1820-1895) a elaboração de uma teoria crítica da sociedade moderna, que, em função da sua radicalidade, transformou-se no componente fundamental para a formação dos grandes movimentos políticos que povoaram o século 20. As principais revoluções desse século tiveram o materialismo histórico (ou a ontologia do ser social) como fundamento teórico e político, tanto que a dissolução da União Soviética foi anunciada, pelos seus opositores ocidentais, como a derrota definitiva do pensamento de Marx e Engels e obviamente dos seus seguidores.

Para compreender qualquer teoria é preciso buscar os seus fundamentos e o contexto social em que eles estão sendo elaborados. As reflexões de Marx e Engels ocorrem num momento histórico que se caracteriza pelo triunfo do capitalismo, modo de produção que já havia completado seu aparecimento, tanto do ponto de vista econômico como político-ideológico, sessenta anos antes de 1848. Segundo Eric Hobsbawm, "os anos de 1789 a 1848 foram dominados por uma dupla revolução: a Revolução Industrial, iniciada e largamente confinada à Inglaterra, e a transformação política associada e largamente confinada à França" (1977, p. 22). Dessa forma, o capitalismo é, ao mesmo tempo, o contexto e o objeto das investigações de Marx e Engels.

O ponto de partida da reflexão marxiana é a consideração de que "a condição primeira de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos" (Marx; Engels, apud Ianni, 1982, p. 45). Ao estabelecer esse ponto de partida, Marx e Engels se contrapõem a concepção idealista da História, que afirma o primado da consciência em relação ao mundo sensível. O homem não é uma consciência que coloca a si mesma no mundo, segundo as diversas formulações do idealismo filosófico – Descartes, Kant, Hegel – e que desse modo depende de si própria para se desenvolver; ela é o próprio mundo objetivo que se transforma em seu outro, estabelecendo uma dualidade indissociável entre sujeito e objeto.

Karl Heinrich Marx



(Alemanha, Trier, 5/5/1818 — Londres, 14/3/1883), filósofo alemão, sendo considerado o fundador de uma das principais teorias sociológicas: o materialismo histórico. Também é possível encontrar a influência de Marx em várias outras áreas do conhecimento. Teve participação decisiva como intelectual e como revolucionário no movimento operário, sendo que ambos (Marx e o movimento operário) influenciaram-se mutuamente durante o período em que o autor viveu. Sua obra clássica é *O Capital*.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Friedrich Engels



Filósofo alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico (ou marxismo). Foi co-autor de diversas obras com Marx, das quais a mais conhecida é o *Manifesto do Partido Comunista*. Também ajudou a publicar, após a morte de Marx, os dois últimos volumes de *O Capital*, principal obra de seu amigo e colaborador. Também é o autor de várias obras, como *Dialética da natureza* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Engels>.
Acesso em: 16 jan. 2008.

Práxis

Práxis refere-se à relação entre a teoria e a vida prática do homem. A práxis compreende as teorias e as práticas que dão ao homem um sentido de totalidade, que dizem respeito à essência humana: o homem como o criador de si próprio.

Teleológico

Quer dizer que nossas ações têm como referência sempre determinadas finalidades.

Ao considerarem os seres humanos vivos, Marx e Engels afirmam a realidade material dos homens como parte fundamental da História. A produção da vida material não é menos importante do que a produção da consciência. É preciso compreendê-las na sua interação e independência uma da outra. Esse é o sentido da afirmação de que não é a "consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" ou, então, "a consciência jamais pode ser outra coisa que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo real de vida".

As idéias, as representações e a consciência são criações humanas. O que o materialismo histórico faz é afirmar a relação desse processo criativo com a "atividade material e ao comércio material dos homens". Vale lembrar a primeira tese marxiana sobre Feuerbach:

o defeito fundamental de todo o materialismo anterior – inclusive o de Feuerbach – está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma de *objeto [objekt]* ou da *percepção*, mas não como *atividade sensorial humana, como prática*, não de modo subjetivo. Daí decorre que o lado *ativo* fosse desenvolvido pelo idealismo, por oposição ao materialismo, mas só de um modo abstrato, já que o idealismo, naturalmente, não conhece a atividade real, sensorial, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos conceituais; mas também não concebe a atividade humana como uma atividade objetiva (Marx, apud Ianni, 1982, p. 178-179).

Assim, constitui-se a categoria da práxis, como categoria essencialmente humana. Isso quer dizer que toda a atividade especificamente humana tem um caráter teleológico, isto é, ela é produto de escolhas. Obviamente os homens não escolhem como querem, pois precisam considerar as circunstâncias ou as situações concretas. Isso, no entanto, não impede a afirmação da tese de que são os homens que fazem sua própria história. Nem deuses, nem determinismo natural: os homens são seus próprios criadores. A afirmação da existência como um dado objetivo do ser humano implica considerar que é inerente à "realidade humana" a produção da sua própria existência, por meio da práxis.

A práxis tem como referência ontológica o trabalho, que estabelece o relacionamento do homem com a natureza no sentido da realização consciente das suas necessidades materiais. É isso que diferencia o homem das formas orgânicas e inorgânicas do ser. Como adverte Lukács, o trabalho deve ser entendido como "a protoforma do ser social". O trabalho como ato teleológico determina a especificidade do ser social, no sentido de que ele antecipa idealmente o resultado do trabalho. O trabalho, como atividade humana autogovernada, evidencia-se pela capacidade do homem em imprimir nos objetos da natureza a forma que melhor atender as suas necessidades. Esse processo não existe nos animais, porque, mesmo que eles produzam a própria existência, o fazem de modo espontâneo, não criativo.

O trabalho é também o fundamento da sociabilidade humana ou da práxis social. Quer dizer que o ato teleológico do trabalho efetivado pela multiplicidade dos indivíduos é também fonte primária das interações humanas. Ora, a produção da existência como ato necessário do ser social, portanto ineliminável, revela a continuidade como processo inerente ao ser social. É o que se denomina de historicidade. Em outras palavras, o ser social, ao produzir sua existência, produz uma história, ou seja, uma sucessão de atos humanos temporalmente situados. As evidências empíricas revelam que o movimento do ser social tende à complexidade, colocando, assim, uma questão nova: a reprodução social.

Colocar o trabalho é como elemento fundante do ser social não significa deduzir dele as demais categorias da reprodução social. Há um texto de Marx – talvez o mais citado – em que ele afirma que

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade: estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência (Marx, apud Ianni, 1982, p. 82-83).

Essa afirmação de Marx tem se prestado a muitas interpretações, muitas delas responsáveis pela compreensão mecânica – sem premeditação – da complexa relação entre base e superestrutura. Por certo o próprio texto de Marx se presta para isso, como qualquer texto que se proponha à formulação sintética de uma idéia. A obra de Marx, contudo, é uma negação permanente a qualquer tipo de reducionismo analítico. Uma coisa é afirmar o vínculo necessário entre base e superestrutura, como sugere o texto; outra é determinar as relações entre ambas tendo em vista a criação da superestrutura.

A superestrutura é uma instância da vida social em que os desafios da reprodução social se colocam de modo complexo. O desenvolvimento histórico tem como conseqüência o "recoo dos limites naturais" do homem, que implica em que elementos essencialmente sociais passem a determinar a história humana. Assim como a divisão do trabalho torna-se mais complexa em função do desenvolvimento das forças produtivas também a criação da superestrutura torna-se um processo mais complexo, exatamente para dar conta da multiplicidade dos problemas postos pela reprodução do ser social.

O processo de constituição da superestrutura da sociedade burguesa, tomado como exemplo, torna mais clara a afirmação anterior. A constituição do Estado e da ordem jurídica burguesa resultou de inúmeros embates entre teorias, de tal modo que em determinada conjuntura uma se tornava hegemônica, mas nunca em "estado puro". Atualmente a idéia e a prática da regulação estatal da vida social perderam terreno para a desregulação e para o livre mercado, certamente para "administrar" a nova divisão do trabalho informacional. Para que essas idéias se transformassem em "idéias dominantes", entretanto, elas tiveram de se defrontar e vencer outras idéias, não apenas aquelas que expressam os interesses do capital, mas também as idéias das classes e movimentos subalternos. Nesse plano de confronto ideológico parece que a dimensão ontológica do trabalho desaparece. Na verdade, não é isso que ocorre; é a sua complexificação – o aparecer sob outras formas.

Talvez uma outra afirmação de Marx ajude a esclarecer essa questão:

as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; estas relações têm ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em seu conjunto, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de "sociedade civil" (Marx, apud Ianni, 1982, p. 82).

O Estado e o Direito têm suas raízes na sociedade civil, mas não podem ser dela deduzidos. Se os considerássemos nessa forma de dedução, a simples investigação da sociedade civil seria suficiente para decifrar os enigmas da história humana. Sabe-se, no entanto, que o conhecimento das raízes não é suficiente para identificar a planta toda. Assim também é o ato ontológico de criação da base e da superestrutura, como processo que estabelece vínculos necessários e influências recíprocas entre elas.

Outra dimensão fundante do materialismo histórico de Marx e Engels é a dialética, como método de compreensão da realidade, mas sobretudo como seu modo de existir. A realidade – natural e social – é dialética porque está fundada em três grandes princípios: 1) a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; 2) a interpenetração dos contrá-

rios e 3) a negação da negação. O primeiro princípio refere-se ao vínculo entre a acumulação de quantidades e às mudanças qualitativas, de modo que o "salto" qualitativo não ocorre sem que haja uma operação quantitativa. Por exemplo, num determinado país, a passagem da *qualidade* subdesenvolvimento para a *qualidade* desenvolvimento requer a acumulação e a distribuição de determinadas quantidades de riqueza, medidas por meio dos vários indicadores socioeconômicos.

O segundo princípio evidencia que os diversos aspectos da realidade não existem de forma isolada, mas conectados uns aos outros, estabelecendo-se uma interdependência dinâmica entre eles. A interpenetração dos contrários indica que os diferentes aspectos da realidade são, ao mesmo tempo, complementares e contraditórios, compondo uma totalidade concreta. Esta situação de unidade e luta de contrários pode ser exemplificada por meio do capital e do trabalho assalariado. Ambos não existem de forma isolada, um não existe sem o outro, mas, ao mesmo tempo, estabelecem relações de oposição, pois existem como contrários.

O terceiro princípio – a negação da negação – diz respeito ao modo como se resolvem as contradições. Se a realidade existe como afirmação (tese) ela gera o seu contrário, a negação (antítese). Essa dualidade contraditória é superada por uma síntese, isto é, também uma negação, que não significa um retorno à afirmação inicial, mas expressa uma situação nova. Por exemplo, o proletariado é a negação da burguesia; já os produtores livres associados da sociedade comunista representam uma negação do proletariado e conseqüentemente da sociedade burguesa. Cabe sublinhar que a síntese não é a conciliação entre os opostos, mas a superação dos mesmos, processo que tem início com a primeira negação, no exemplo, o proletariado.

A dialética como forma de existência da realidade e do pensamento se confunde com o movimento. Por isso, quando se afirma que a realidade é dialética está se dizendo que a realidade é movimento, que se expressa nos princípios discutidos anteriormente. Além disso, essa realidade em movimento é uma totalidade concreta – como esclarece Marx – “uma síntese de múltiplas

Proletariado

São os trabalhadores assalariados, destituídos dos meios de produção. Marx e Engels referem-se principalmente aos operários das fábricas, grupo que eles entendiam ser a vanguarda do processo revolucionário.

determinações, isto é, unidade da diversidade". Do ponto de vista metodológico, a realidade só é inteligível se considerada como totalidade, constituída como uma unidade de múltiplas contradições, em permanente movimento de afirmação e de negação.

Como vimos, o materialismo histórico considera o homem como um ser histórico-social que se constitui como tal por meio do trabalho. Na verdade, esse agir humano se concretiza em instituições sociais, historicamente determinadas, sejam elas referentes à organização do trabalho, sejam elas voltadas à organização político-jurídica e do mundo simbólico. Estas constatações não foram elaboradas *a priori* para servirem de fio condutor para as investigações desenvolvidas por Marx e Engels. Ao contrário, foi mediante o esforço para compreender a estrutura e o funcionamento da sociedade burguesa que Marx e Engels chegaram a tais conclusões. Esta sociedade, como a "organização histórica mais desenvolvida", permite a compreensão das estruturas e relações constitutivas das sociedades menos desenvolvidas, não porque sejam idênticas, mas porque cada uma representa um estágio particular da história da humanidade. Todas as formas econômicas, de poder e de cultura são realidades históricas e transitórias.

Em *O Capital* Marx analisa em profundidade a gênese e o desenvolvimento das categorias que estruturam a sociedade burguesa ou capitalista, bem como as possibilidades de superação. De imediato é importante destacar uma idéia central que perpassa a compreensão marxiana do capitalismo: "o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, domina tudo". A questão é, então, investigar a origem do capital, as suas determinações e as contradições que o envolvem.

O modo de produção do capital só pode existir quando se generaliza a produção de mercadorias. Isso quer dizer que todos os bens produzidos pelo trabalho somente realizam sua utilidade, que é satisfazer necessidades humanas, mediante a troca. Esses bens não são apropriados e consumidos segundo as necessidades, mas por meio da troca, ou seja, se os homens não possuírem mercadorias estão excluídos do processo de troca e, por conseguinte, impedidos de satisfazerem suas necessidades vitais. O processo de produção da existência resume-se, portanto, a um processo de produção de mercadorias.

Para a instituição do capital duas outras condições são exigidas: a existência de homens livres, sem qualquer vínculo com os meios de produção e homens que desenvolveram uma acumulação originária – dinheiro – capaz de se apropriar dos componentes fundamentais para a produção de mercadorias. Trata-se dos meios de produção (instrumentos de trabalho e matérias-primas) e da força de trabalho para operar os referidos meios de produção. O dinheiro só age como capital se ele se transforma em meios de produção e força de trabalho. Observa Marx:

O capital também é uma relação social de produção. *É uma relação burguesa de produção*, relação de produção da sociedade burguesa. Os meios de subsistência, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas de que se compõe o capital não foram produzidos e acumulados em condições sociais dadas, de conformidade com relações determinadas? Não são eles empregados para uma nova produção em condições sociais dadas, de acordo com relações sociais determinadas? E não é, precisamente, este caráter social determinado que transforma os produtos destinados à nova produção em *capital*?

O capital não consiste apenas de meios de subsistência, de instrumentos de trabalho e de matéria-prima, não se forma somente de produtos materiais; compõe-se, igualmente de *valores de troca*. Todos os produtos de que se constitui são *mercadorias*. O capital não é, portanto, somente uma soma de produtos materiais, é, também uma soma de mercadorias, de valores de troca, de *grandezas sociais* (Marx, apud Ianni, 1982, p. 96).

O capital pressupõe a formação de duas classes sociais opostas e complementares: a burguesia e o proletariado. São sujeitos iguais como proprietários de mercadorias, mas diferentes quanto aos objetivos com que atuam no processo de produção. Os burgueses têm interesse em produzir para obter lucros; o proletariado vende a sua força de trabalho para a obtenção dos meios de subsistência para a manutenção da própria vida. Desse modo, o processo de produção que ocorre durante uma jornada de trabalho determinada apresenta duas dimensões: salários e lucros.

O salário refere-se ao tempo necessário para a produção da força de trabalho, do qual constam os tempos necessários para a produção de todos os meios de subsistência para a manutenção da vida dos trabalhadores. Como explica Marx, o “valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador”. Este valor é obviamente determinado pelo custo social médio dos meios de subsistência necessários, cuja referência é o mínimo vital – a manutenção física dos trabalhadores.

A conceituação do lucro é um aspecto fundamental da teoria de Marx. As idéias desenvolvidas pela economia política tradicional de que o lucro se refere à remuneração do capitalista ou à retribuição do risco inerente ao investimento são criticadas por Marx. O lucro fundamenta-se no valor excedente produzido pela força de trabalho, que é apropriado pelo proprietário dos meios de produção. A força de trabalho é remunerada pelo seu valor; no entanto ela produz um valor maior do que o seu próprio valor, que corresponde a uma outra parcela da jornada de trabalho. Esse excedente – que Marx denomina de *mais-valia* – se produz durante a jornada institucionalizada de trabalho. Trata-se de um trabalho não pago, de modo que a origem do capital fundamenta-se na apropriação privada do trabalho excedente.

O processo social de produção capitalista é ao mesmo tempo um processo de reprodução social. Se o capitalista utiliza a mais-valia produzida para consumo trata-se da reprodução simples. Se ele emprega apenas uma parte para o consumo e transforma o restante em dinheiro tem-se a reprodução ampliada ou a acumulação do capital. Neste caso, trata-se de um processo de conversão da mais-valia em meios de produção e força de trabalho no sentido da ampliação da produção de mercadorias.

A acumulação capitalista ocorre numa situação de concorrência entre os diversos capitalistas individuais. Isto impõe a necessidade dos capitalistas aumentarem a produção da mais-valia. O aumento que decorre do prolongamento da jornada de trabalho consiste na mais-valia-absoluta. A produção da mais-valia relativa significa o aumento do trabalho excedente mediante a diminuição do trabalho necessário, isto é, reduz-se valor (tempo de trabalho) do salário mediante o desenvolvimento das forças produtivas e da organização do trabalho. A mais-valia relativa leva à subordinação real do trabalho ao capital.

O desenvolvimento da produção da mais-valia relativa faz aparecer uma tendência à queda da taxa de lucro, que gera uma redução da mais-valia produzida em relação ao capital total. Para entender o funcionamento desse processo é necessário acrescentar à análise os conceitos de capital constante – o trabalho morto, contido nos meios de produção – e capital variável – o trabalho vivo, a força de trabalho. A relação entre capital constante e variável é denominada por Marx de composição orgânica do capital.

A busca da mais-valia relativa produz um aumento da composição orgânica do capital, isto é, aumenta o valor do capital constante em relação ao capital variável. Se o primeiro apenas transfere valor e este último é que produz a mais-valia, a sua substituição pelas máquinas tende a retirar do processo de produção trabalho vivo. Isso significa que o aumento da composição orgânica do capital tem como conseqüência a redução da mais-valia, ou da taxa de lucro.

No âmbito do próprio processo de produção capitalista formam-se (na verdade são criados) fatores contrários à queda tendencial da taxa de lucro: o aumento do grau de exploração do trabalho assalariado, a redução dos salários, a baixa de preço dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital em ações. A presença desses fatores não evita que em determinados momentos a queda da taxa de lucro se faça sentir com toda a intensidade sobre a produção capitalista. É o momento em que se configura uma situação de crise, em que surgem obstáculos que paralisam o processo de acumulação do capital. O resultado mais visível é a falência das empresas capitalistas mais frágeis e do aumento do desemprego. Como afirma Engels:

nas crises estoura em explosões violentas a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. A circulação da mercadoria fica, por um momento, paralisada. O meio de circulação, o dinheiro, converte-se num obstáculo para a circulação; todas as leis da produção e da circulação das mercadorias se viram ao contrário. O conflito econômico atinge o seu ponto culminante: *o modo de produção rebela-se contra o modo de distribuição* (s.d., p. 66).

É inegável, no entanto, que a crise cria condições para a retomada da acumulação em novas bases, elevando o patamar de concentração e de centralização do capital.

Este é, portanto, o centro de gravidade da produção capitalista: a acumulação requer o aumento continuado da mais-valia. A efetividade desse processo gera as condições para o surgimento, em determinados momentos, da crise, em que se manifesta a contradição fundamental do capitalismo: a apropriação privada e a produção social. Como é o trabalho assalariado que produz o capital, para que este se reproduza impõe-se a necessidade de expropriação permanente dos meios de produção de uma parte da sociedade. Isso quer dizer que a existência do capital requer a presença permanente de uma classe social destituída da propriedade dos meios de produção. O fundamento da luta de classes no capitalismo é a disputa pela mais-valia.

A reprodução do capital não se resume à manutenção das relações entre capital e trabalho assalariado como condição para a produção da mais-valia. Embora seja este o fundamento da reprodução da sociedade capitalista, trata-se de um processo bem mais complexo. Tal processo não seria possível sem a presença do Estado e da ideologia (ou de uma cultura). A classe que detém o poder material organiza a dominação no plano das idéias ("as idéias dominantes de uma época sempre foram apenas as idéias da classe dominante"), e obviamente no plano político-jurídico. O Estado moderno, embora tenha promovido a separação entre a esfera privada e a esfera pública, podendo, assim, apresentar-se como expressão de uma vontade geral, é uma instituição de classe. Esta idéia está presente no conjunto da obra de Marx e Engels. Por exemplo, no Manifesto do Partido Comunista: "o poder do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa" (Marx; Engels, 1996, p. 68).

A ação das idéias dominantes e do Estado, por meio da regulação e da coerção física, não elimina a produção da mais-valia como núcleo gerador do conflito da sociedade capitalista. Na verdade, a construção da superestrutura é uma forma de reforçar a reprodução dos pressupostos objetivos da acumulação capitalista – a mercadoria, a propriedade privada, o trabalho assalariado e o lucro. Estas categorias, que expressam interesses particulares, revestem-se de um caráter universal. Esse conflito, mais dia menos dia, também terá sua expressão no plano político-jurídico, com a presença efetiva, nesse plano, dos sindicatos e, sobretudo, dos partidos operários.

Esta forma de compreensão da sociedade burguesa indica também as condições para sua superação. Por mais avanços que possam ocorrer, inclusive ampliando os direitos dos trabalhadores, o capitalismo é incapaz de promover a emancipação do homem. A exposição feita anteriormente contém os argumentos estabelecidos por Marx e Engels que justificam essa impossibilidade. Daí que o caminho para a emancipação humana passa pela ruptura da sociedade burguesa e das suas instituições fundamentais. Essa ruptura será obra do proletariado. O desenvolvimento e a globalização da burguesia significam igual situação para o proletariado, de modo que estas classes estão indissolúvelmente ligadas desde o nascimento do capitalismo e assim devem permanecer até o seu fim.

No *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels expõem com clareza o papel do proletariado. Afirmam que

todas as classes que no passado conquistaram o poder procuraram consolidar a posição já adquirida submetendo toda a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem se apoderar das forças produtivas sociais a não ser suprimindo o modo de apropriação existente até hoje (1996, p. 76).

Como o proletariado terá de se apropriar das forças produtivas sociais ou dos meios de produção amplamente socializados pela sociedade burguesa, ele não poderá, pela própria lógica do processo, construir um novo sistema de dominação. A tomada do poder político pelo proletariado é uma condição necessária para a superação do capitalismo, mas como o poder político repousa numa relação de classes, uma vez que estas são destruídas, o poder político torna-se supérfluo, podendo, então, ser eliminado da vida social.

É interessante reproduzir uma afirmação feita por Marx, contida numa carta escrita a um amigo, J. Weydemeyer:

no que a mim se refere, não me cabe o mérito de haver descoberto a existência das classes na sociedade moderna nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses já haviam exposto o desenvolvimento histórico dessa luta de classes e alguns economistas burgueses a sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi a demonstração de que: 1) a existência das classes só se liga a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção; 2) a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) esta mesma ditadura não é por si mais que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes (Marx, apud Ianni, 1982, p. 99).

As classes, portanto, são realidades históricas, transitórias. As classes sociais não estavam presentes na organização social das sociedades primitivas. Elas se constituem com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e se modificam na mesma medida em que se transformam as condições objetivas da produção social da existência humana. O

modo de produção capitalista representa a última forma de sociedade cujas relações sociais são constituídas por classes sociais. A ascensão do proletariado ao poder inaugura uma nova era na história humana.

A fase de transição, comandada pelo proletariado, é o início do processo de abolição das classes sociais e do Estado. De acordo com o Manifesto,

se na luta contra a burguesia o proletariado é forçado a organizar-se como classe, se mediante uma revolução torna-se a classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as antigas relações de produção, então suprime também, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe (Marx; Engels, 1996, p. 87).

A sociedade comunista é genericamente definida por Marx e Engels como a sociedade sem classes e sem Estado. A abolição das classes ocorre mediante a socialização dos meios de produção. Ainda segundo o Manifesto, "o que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa" (p. 80). E conclui: "o comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar dos produtos sociais; o que faz é eliminar o poder de subjugar o trabalho alheio por meio dessa apropriação" (p. 82). Assim, a propriedade perde o seu caráter de classe, pela abolição da apropriação privada baseada nos tempos de trabalho necessário e excedente. Institui-se uma forma de apropriação baseada nas necessidades humanas ("de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades").

Este processo repercute, também, sobre o Estado. O raciocínio feito por Marx e Engels é relativamente simples. Se o Estado está necessariamente vinculado à existência das classes sociais, a abolição destas implica a abolição do próprio Estado. Nesse sentido Engels escreve:

*o proletariado toma nas suas mãos o Poder do Estado e começa por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas nesse mesmo ato, destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda a diferença e todo o antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal. (...) O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente em nome de toda a sociedade – é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será abolido, *extingue-se* (s.d., p. 72-73).*

Esta é a utopia possível criada por Marx e Engels. Esse projeto, que acalentou tantos sonhos, propôs-se a explicar as relações estabelecidas pelos homens entre si, colocando com radicalidade a questão da emancipação humana como realização da liberdade. Não há dúvidas de que ele continua vivo e instigando-nos à tarefa de construir um novo mundo para os homens.

MAX WEBER: a Racionalização da Civilização Ocidental

Max Weber é o fundador de um modo de pensar a vida social profundamente diverso do positivismo e do marxismo. A construção do seu método de investigação ocorre num contexto intelectual marcado pelo debate sobre o estatuto das Ciências Humanas ou das ciências do espírito. Reconhecendo a autonomia das Ciências Humanas em relação às ciências da natureza, Weber incorpora, deste debate, um conceito básico para a investigação das ações humanas: o conceito de compreensão.

O problema da compreensão é inteiramente diferente da explicação naturalística que procura captar as leis naturais objetivas. O objetivo da compreensão é captar o sentido subjetivo presente nas ações humanas. De acordo com Weber,

"sentido" é o sentido subjetivamente visado: a) na realidade a, num caso historicamente dado, por um agente, ou b, em média e aproximadamente, numa quantidade dada de casos, pelos agentes, ou b) num tipo *puro* conceitualmente, construído pelo agente ou pelos agentes concebidos como típicos. Não se trata, de modo algum, de um sentido objetivamente "correto" ou de um sentido "verdadeiro" obtido por indagação metafísica. Nisso reside a diferença entre as ciências empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e a Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido "correto" e "válido" (1994, p. 4).

A especificidade da compreensão weberiana, que possibilita a fundação da Sociologia compreensiva, não elimina a causalidade. Não há contradição em estabelecer uma explicação compreensiva na medida em que esta se refere às relações causais significativas ou de sentido. Essa posição – que não é outra coisa senão o estabelecimento do controle da investigação pelos procedimentos usuais do trabalho científico – visa a conferir maior validade para o método compreensivo.

A Sociologia compreensiva está centrada no indivíduo. Ele é o fundamento da ação social e das interações sociais. A compreensão, segundo Weber,

considera o indivíduo isolado; e sua atividade como a unidade de base, diria em seu átomo, se me permitem utilizar de passagem esta comparação imprudente. A função de que se revestem outras maneiras de ver as coisas pode muito bem fazer com que o indivíduo seja eventualmente tratado como um complexo de processos psíquicos, químicos, ou outros. Do ponto de vista da sociologia, entretanto, tudo o que fica aquém do limiar de um comportamento relativo a objetos (exteriores ou íntimos), suscetível de ser interpretado significativamente, só é levado em conta nas mesmas condições dos acontecimentos da natureza, estranha à significação, isto é, como condições ou objetos subjetivos da relatividade desse comportamento. Pela mesma razão, o indivíduo forma o limite superior, pois ele é o único portador de comportamento significativo. Nenhum modo divergente de exprimi-lo poderia dissimulá-lo (Weber, apud Freund, 1987, p. 84-85).

Em outros termos, o indivíduo como sujeito capaz de empreender ações significativas (dotadas de sentido) deve ser colocado como base da Sociologia compreensiva, pois é por meio dele que os conceitos coletivos se tornam inteligíveis.

Outro aspecto fundamental do método compreensivo é a construção do tipo ideal puro. Consiste numa elaboração racional em que o cientista seleciona aspectos considerados relevantes para a compreensão da realidade social. O tipo ideal não se confunde com a realidade; é apenas um instrumento de aproximação, uma espécie de "medida" que permite a inteligibilidade da realidade. Conforme afirma Weber,

obtem-se o tipo ideal acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos, que se encontram ora em grande número, ora em pequeno número, até o mínimo possível, que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista escolhidos unilateralmente para formarem um quadro de pensamento homogêneo (p. 48).

Na construção do tipo ideal, coloca-se a questão dos valores do cientista, o que significa que se pode construir uma multiplicidade de tipos ideais, sem que se possa chegar a uma conclusão sobre o "correto" ou o "verdadeiro". Também não é esta a função do tipo ideal no processo do conhecimento. A pesquisa em si, no entanto, exige rigor científico e neutralidade axiológica. O cientista não pode confundir-se com o homem de ação. Pode apenas, uma vez fixados os objetivos a serem alcançados, sugerir os meios mais adequados para atingir os objetivos, indicar as possíveis conseqüências da ação empreendida e ajudá-lo a compreender melhor a importância da ação proposta. Em uma palavra: não é possível por meio da Ciência definir os fins a serem alcançados, na medida em que estes são fundamentados em valores. A tarefa do cientista social é compreender as estruturas da sociedade e não assumir a postura de reformador social, ou definir qual a sociedade melhor.

O mundo é constituído por uma infinidade de pontos de vista e de valores que se chocam entre si, de modo que não é possível superar esse antagonismo dos valores, como advogam certas filosofias da história. Essas diferenças que animam as ações humanas, notadamente as ações determinadas pela convicção, produzem, muitas vezes, resultados contrários às intenções. Assim sendo, a dificuldade ou mesmo a despreocupação em prever as conseqüências, associadas à pluralidade dos valores e dos fins últimos, revelam a "irracionalidade ética do mundo". Em certo sentido, essa insuperável pluralidade de valores pode ser vista também como uma forma de afirmação da liberdade humana. É importante sublinhar que a liberdade não é produto nem produtora do irracionalismo do mundo.

A tarefa da ciência social é compreender a ação social, entendida como o ato humano dotado de sentido para o outro. Nem todos os atos humanos podem ser qualificados como ação social. Uma ação que se refere a uma expectativa em relação a objetos materiais, à oração solitária de um indivíduo, à atividade econômica individual são exemplos de ações humanas que não têm um sentido social. Para Weber,

a ação social, como toda a ação pode ser determinada: 1) *de modo racional referente a fins*: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como "condições" ou "meios" para alcançar *fins* próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) *de modo racional referente a valores*: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado; 3) *de modo afetivo*, especialmente *emocional*: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) *de modo tradicional*: por costume arraigado (1994, p. 15).

A ação racional referente a valores é aquela em que seu autor "age a serviço da convicção" tendo em vista o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a importância de uma causa. É um tipo de ação que ocorre segundo "mandamentos" ou "exigências" que o agente acredita serem dirigidas a ele, desconsiderando as conseqüências previsíveis. Este tipo de ação é irracional considerando a ação referente a fins, tanto mais quanto os valores são colocados de forma absoluta. É o que Weber denomina também de ética da convicção, uma ética absoluta do tudo ou nada.

A ação racional referente a fins orienta-se pela definição e avaliação dos fins, dos meios e das conseqüências previsíveis. Essa modalidade de ação é também denominada de ética da responsabilidade. Segundo Weber,

a decisão entre fins e conseqüências concorrentes e incompatíveis, por sua vez, pode ser orientada racionalmente com referência a valores: nesse caso, a ação só é racional com referência a fins no que se refere aos meios. Ou também o agente, sem orientação racional com referência a valores, na forma de "mandamentos" ou "exigências", pode simplesmente aceitar os fins concorrentes e incompatíveis como necessidades subjetivamente dadas e colocá-los numa escala segundo sua urgência conscientemente ponderada, orientando sua ação por essa escala, de modo que as necessidades possam ser satisfeitas nessa ordem estabelecida (princípio da "utilidade marginal"). A orientação racional referente a valores pode, portanto, estar em relações muito diversas com a orientação racional referente a fins (p. 16).

A ação referente a fins, concebida em termos absolutos, é "essencialmente um caso-limite construído".

As diversas modalidades de ação social são construções de tipos puros. Na realidade é pouco freqüente que os indivíduos desenvolvam ações exclusivamente em uma ou outra forma. Isso não significa que determinadas formas de ação social não sejam características de determinadas sociedades. É caso, por exemplo, da sociedade ocidental, que, para Weber, caracteriza-se pela presença da racionalidade referente a fins em todas as esferas da vida social. O homem ocidental está cada vez mais submetido a um processo de racionalização que tem suas origens no desenvolvimento da Ciência e da diferenciação técnica, considerando a busca da eficácia e do rendimento. A esse processo de racionalização Weber designou também como "desencantamento do mundo", ou seja, a perda do sentido mágico ou sagrado do mundo.

O grande esforço intelectual de Weber foi no sentido de responder à indagação sobre a singularidade da civilização ocidental, ou seja,

qual a combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na Civilização Ocidental, e somente na Civilização Ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento universal em seu valor e significado (1997, p. 1).

A resposta dada a esta questão – como vimos – é o processo de racionalização, que invade todas as esferas da vida ocidental. A Ciência, as artes, a educação, o Direito, a administração, a política e a economia são práticas comandadas pela técnica e pelo cálculo racional, o mesmo ocorrendo com a "força mais significativa de nossa época: o Capitalismo" (Weber, 1997, p. 4). É claro que em outras civilizações a racionalização também está presente, no entanto ela ficou restrita a certa quantidade de atos, incapaz de expandir-se para o conjunto da vida social. No Ocidente,

a racionalização se apresenta como uma intelectualização progressiva da vida; despoja o mundo de seus encantos e de sua poesia; a intelectualização é desencanto. Em suma, o mundo se torna cada vez mais a obra artificial do homem, que o governa quase como se comanda uma máquina. Não há, pois, motivo de espanto ante o impulso formidável da técnica e de seu corolário, a especialização, graças a uma divisão e uma subdivisão cada vez mais avançadas do trabalho (Freund, 1987, p. 107).

Não é objetivo dessa exposição do pensamento de Weber analisar cada uma das expressões – ou racionalidades – da vida social. Cabe ressaltar, porém, uma questão metodológica importante. Para Weber não é adequado estabelecer uma relação causal única e universal entre os fenômenos sociais. Tais relações não são dotadas de um caráter necessário, mas apenas probabilístico. Este aspecto pode ser constatado na sua definição de relação social. Assegura:

Por relação social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade (Weber, 1994, p. 16).

Esta concepção é perfeitamente compreensível, pois as ações sociais não são realidades objetivas, mas subjetivamente determinadas pelo sentido. A ação social e conseqüentemente a relação social persistem apenas enquanto os agentes lhe atribuírem sentido.

Um conceito importante da Sociologia compreensiva é o conceito de dominação legítima. Enquanto o poder significa a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, a dominação refere-se à probabilidade de conseguir obediência a uma ordem determinada. A relação entre mando e obediência está na base do conceito de legitimidade, cujo sentido atribuído a essa relação permite conceber formas diferentes de dominação legítima: legal racional, tradicional, carismática. As três formas de dominação também constituem tipos puros, porém na realidade elas podem coexistir. Segundo Weber,

há três tipos puros de dominação legítima. A vigência de sua legitimidade pode ser, primordialmente:

1. de caráter racional: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou
2. de caráter tradicional: baseada na crença cotidiana, na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional), ou, por fim,
3. de caráter carismático: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico, ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática).

No caso da dominação baseada em estatutos, obedece-se à ordem impessoal, objetiva e legalmente estatuída e aos superiores por ela determinados, em virtude da legalidade formal das suas disposições e dentro do âmbito de vigência destas. No caso da dominação tradicional, obedece-se à pessoa do senhor nomeada pela tradição e vinculada a esta (dentro do âmbito de vigência dela), em virtude de devoção aos hábitos costumeiros. No caso da dominação carismática, obedece-se ao líder carismaticamente qualificado como tal, em virtude da confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade dentro do âmbito da crença nesse carisma (Weber, 1994, p. 141).

A dominação legal racional é uma característica da sociedade moderna ocidental. Entre os processos que a constituem está o desenvolvimento da racionalidade legal, ou seja, do Direito moderno, que ocupa lugar central nessa forma de dominação. Na verdade os homens obedecem a regras abstratas, universais e impessoais, que são, em última instância, estabelecidas racionalmente pelo debate público. Nesse caso, é a ordem jurídica que institui o Estado e não o contrário, que detém o monopólio da coação física por parte do quadro administrativo (burocracia), num determinado território. A burocracia se constitui por processos impessoais, desde o seu recrutamento até o desempenho das suas funções.

A dominação tradicional pode ser exemplificada pelo patrimonialismo, característica das monarquias européias, em que a autoridade é exercida por uma pessoa (rei), sendo a obediência uma relação estabelecida com esta pessoa. Da mesma forma as pessoas que estão próximas ao soberano são servidores recrutados preferencialmente entre os senhores feudais, sem que se estabeleça um critério de competência e especialização. A personalização é a marca da administração patrimonial. Não há, como na dominação legal, uma separação nítida entre o público e o privado.

A dominação carismática é exemplificada por meio das figuras do demagogo, do profeta, do ditador social, do herói militar ou do revolucionário. Os homens se entregam à obediência a uma pessoa que se acredita predestinada a realizar uma missão. A obediência expressa uma relação emocional com os discípulos ou apóstolos, baseada na fé. Os limites de ação são estabelecidos pela própria autoridade, considerando as exigências da sua vocação. A dominação carismática é, por natureza, instável, tendo de se renovar continuamente. Ela é, ao mesmo tempo, criação e destruição. É inadequado conceber a ação do direito nessa forma de dominação, na medida em que ela não reconhece as instituições, os regulamentos e os costumes. O que vale é a palavra do chefe e esta muda conforme mudam as circunstâncias.

Cabem, ainda, dois comentários. Um sobre o capitalismo; outro sobre o conceito de classe social. Para Weber, o capitalismo é uma forma de economia que atingiu seu máximo desenvolvimento na sociedade ocidental, sendo uma das formas de racionalidade predominante nesta sociedade. Há uma multiplicidade de causas que promoveram o desenvolvimento da racionalidade capitalista: entre elas estão a ciência, as técnicas, a divisão do trabalho, o Direito moderno e a ética protestante. Em relação a esta última, as suas análises são bastante ricas. Ele consegue demonstrar a contribuição da ética protestante – no caso o calvinismo – na formação do espírito capitalista. Segundo Weber,

Ascese

Práticas sociais que levam os homens à realização da plenitude da vida moral.

Aufklärung

Palavra alemã que significa esclarecimento ou iluminismo.

uma ética profissional especificamente burguesa surgiu em seu lugar. Consciente de estar na plena graça de Deus, e sob sua visível bênção, o empreendedor burguês, enquanto sua conduta moral fosse sem manchas e não fosse objetável o uso de sua riqueza, podia agir segundo os seus interesses pecuniários, e assim devia proceder. O poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriais, que se aferraram ao trabalho como uma finalidade de vida desejada por Deus. Dava-lhe, além disso, a tranquilizadora garantia de que a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência, que, com essas diferenças, e com a graça particular, perseguia seus fins secretos, desconhecidos do homem (1997, p. 127).

Também a conduta racional baseada na idéia de vocação nasceu do espírito da ascese cristã. A presença do ascetismo na vida profissional secular contribuiu de forma decisiva para a formação e o desenvolvimento da "moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série, através da máquina" (p. 130-131). E conclui Weber,

desde que o ascetismo começou a remodelar o mundo e a nele se desenvolver, os bens materiais foram assumindo uma crescente, e, finalmente, uma inexorável força sobre os homens, como nunca antes na História. Hoje em dia – ou definitivamente, quem sabe – seu espírito religioso safou-se da prisão. O capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica, não carece mais de seu abrigo. Também o róseo caráter de sua risonha sucessora: a *Aufklärung* parece estar desvanecendo irremediavelmente, enquanto a crença religiosa no "dever vocacional", como um fantasma, ronda em torno de nossas vidas. Onde a "plenitude vocacional" não pode ser relacionada diretamente aos mais elevados valores culturais – ou onde, ao contrário, ela também deve ser sentida como uma pressão econômica – o indivíduo renuncia a toda a tentativa de justificá-la. No setor de seu mais alto desenvolvimento, nos Estados Unidos, a procura da riqueza, despida de sua roupagem ético-religiosa, tende cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas, que freqüentemente lhe dão o caráter de esporte.

Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos

pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas – a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado” (p. 131).

As palavras de Weber são bastante eloqüentes: o espírito capitalista se separa da sua dimensão ético-religiosa inicial – o desencantamento do mundo – e em seu lugar se afirma uma racionalidade econômica autônoma, dotada de lógica própria. Isto pode ser percebido na sua definição de capitalismo como atividade empresarial lucrativa. Para que exista capitalismo impõe-se como premissa mais geral a existência de uma

contabilidade racional do capital como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas. As premissas dessas empresas, por sua vez, são as seguintes: 1) apropriação dos bens materiais de produção (a terra, aparelhos, instrumentos, máquinas, etc.) como propriedade de livre disposição por parte de empresas lucrativas autônomas; 2) a liberdade mercantil, ou seja, a liberdade de mercado em face de toda limitação irracional de intercâmbio; 3) técnica racional, ou seja, contabilizável ao máximo e, em consequência, mecanizada; 4) direito racional, ou seja, calculável. Para que a exploração econômica capitalista se processe racionalmente precisa confiar em que a justiça e a administração seguirão determinadas normas; 5) trabalho livre, ou seja, que existam pessoas, não só em seu aspecto jurídico mas, também, no econômico, obrigados a vender livremente sua atividade em um mercado; 6) comercialização da economia, sob cuja denominação compreende-se o uso geral de títulos de valor, para os direitos de participação nas empresas e igualmente para os direitos patrimoniais. Em resumo, a possibilidade de uma orientação exclusiva, no que se refere à satisfação das necessidades no sentido mercantil e da rentabilidade (Weber, apud Iannim 1996, p. 115-116).

A racionalidade capitalista caracteriza, portanto, a existência de indivíduos que se movem no sentido de maximizar benefícios e minimizar custos, sejam eles capitalistas, trabalhadores ou genericamente consumidores. Na verdade, a racionalidade que se afirma como paradigma da civilização ocidental é uma racionalidade instrumental, cujo móvel é o cálculo da relação custo/benefício. Vale lembrar, ainda, que a racionalidade capitalista não determina as outras formas de racionalidade, como a da política, do Direito e da cultura. É claro que existem relações entre elas, no sentido probabilístico.

Por fim, um breve comentário sobre o conceito de classe social concebido por Max Weber. À semelhança do que foi exposto anteriormente, a existência de classes sociais, como grupo econômico, não condiciona necessariamente às formas de dominação ou de

Estratificação

Distribuição dos indivíduos em camadas sociais, segundo uma determinada ordem hierárquica.

estratificação segundo o prestígio, embora possam haver influências recíprocas. Weber distingue classe, *status* e partido como formas diferentes de distribuição de poder segundo a economia, o poder e a honra (prestígio).

As classes são definidas como grupos de pessoas que vivenciam igual situação de classe, que se caracteriza pela oportunidade de abastecimento de bens, posição de vida externa e destino pessoal. Nesse sentido, pode-se afirmar a existência das seguintes situações de classe: classe proprietária, determinada pelas diferenças de propriedade; classe aquisitiva que apresenta oportunidades de valorização de bens ou serviços; classe social caracterizada pela ocorrência de mudança pessoal e na sucessão de gerações. Podem ocorrer associações entre as diversas classes, ou dos indivíduos pertencentes às diferentes classes, bem como mobilidade entre elas.

O *status* refere-se à distribuição da honra ou do prestígio. Esta se refere a uma estimativa específica, positiva ou negativa, da honraria, que pode estar relacionada a uma qualidade partilhada por uma comunidade de indivíduos ou a uma situação de classe, e que expressa um estilo de vida. Já o partido refere-se à distribuição ou à aquisição do poder social, com vistas a influenciar a ação comunitária, que pode ser tanto num clube social como num Estado.

Analisamos as contribuições dos fundadores da Sociologia – os autores “clássicos”: Comte, Marx e Engels, Durkheim e Weber. Foram eles que possibilitaram que a Sociologia se afirmasse como uma das mais importantes formas de conhecimento social. Essas teorias constituíram-se num momento histórico determinado; contudo, estenderam a sua influência até hoje, momento que definimos como uma nova transição social, da sociedade industrial nacional para a sociedade informacional global. No próximo capítulo vamos analisar a situação da Sociologia nesse novo contexto. Vamos avaliar a presença dos “clássicos” e a sua influência sobre o novo pensamento sociológico.

Referências

- COHN, Gabriel (Org.). *Weber*. São Paulo: Editora Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. 2 v.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global Editora, s.d.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GIANNOTTI, José Arthur (Org.). *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- GIANNOTTI, José Arthur (Org.). *Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- IANNI, Octavio (Org.). *Marx*. São Paulo: Editora Ática, 1982 (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Comte*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Durkheim*. São Paulo: Ática, 1981. (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1997.

Sociologia e Crise da Modernidade

Analisamos nos capítulos anteriores o processo de formação da Sociologia. Como referimos, esse processo não foi uma simples construção intelectual; ao contrário, ele foi produto de profundas transformações e lutas sociais. A própria Sociologia deve ser compreendida como espaço de luta e confrontação de diferentes projetos de sociedade, que se expressam nas diferentes teorias sociais, elaboradas ao longo da história da Sociologia. A Sociologia constituiu-se num dos grandes eventos da modernidade. Comprova-o a sua presença em todos os debates, na produção de conhecimentos e na formulação de proposições para a manutenção, reforma ou transformação da sociedade. Pode-se, portanto, afirmar que a Sociologia é também um sujeito, múltiplo e contraditório, vinculado à construção da modernidade.

Estamos vivendo um novo momento histórico, de intensas transformações sociais. Palavras como pós-modernidade, pós-industrial, pós-capitalista, informacional, sociedade global, sociedade do conhecimento, passaram a fazer parte do cotidiano na Sociologia, nas demais Ciências Sociais e nos meios de comunicação de massa. Elas pretendem indicar as mudanças sociais que estão em curso. A discussão mais acirrada coloca em oposição modernidade e pós-modernidade. Outro entendimento é de que o projeto da modernidade está em crise, mas as soluções estão ainda no próprio paradigma da modernidade. A Sociologia, no primeiro caso, está em questão junto com o projeto da modernidade; no segundo, ela precisa ser reformulada ou reconstruída.

Para a análise que se pretende desenvolver, nas próximas páginas, vamos nos situar na segunda posição. Além disso, vamos conceber o momento atual de mudança da seguinte forma: a humanidade vive um momento de transição social, que pode ser genericamente identificado pelos conceitos de sociedade industrial nacional e de sociedade informacional global. O primeiro conceito foi elaborado pela própria Sociologia e constitui o seu objeto de análise; o segundo ainda está em construção, de modo que sobre ele podemos apenas fazer indicações gerais.

As teorias sociológicas clássicas elaboraram uma compreensão da sociedade industrial nacional em que a ênfase em determinados princípios gerais apontava para a sociedade que atualmente encontra-se em formação. A constatação da lei histórica da “preponderân-

cia progressiva da solidariedade orgânica”, feita por Durkheim, indica a possibilidade do processo atual, se por globalização entendermos a ampliação da divisão do trabalho, mesmo que esta tenha diferenças importantes daquela estabelecida na sociedade industrial. Podemos fazer a mesma afirmação sobre a tese de Weber da racionalização da sociedade ocidental e sobre as várias observações feitas por Marx em toda a sua obra sobre a tendência globalizante dos movimentos do capital para viabilizar o processo de acumulação.

Se esses autores, entretanto, constataram uma tendência geral de desenvolvimento das sociedades, nada nos autoriza a afirmar que as teorias não precisam ser atualizadas. Talvez a questão central a ser enfrentada pela Sociologia neste momento possa ser assim expressa: além da atualização das teorias diante da nova realidade social, há que se enfrentar problemas de natureza epistemológica, referentes à teoria do conhecimento. Ou seja, a transição social comporta duas dimensões articuladas entre si – uma societária e outra epistemológica.

A dimensão societária tem sido amplamente discutida pela Sociologia em todo o mundo. Pode-se assegurar que os conhecimentos que temos sobre a “sociedade informacional global” foram, em grande parte, produzidos pela Sociologia, mesmo que em muitas universidades os recursos para pesquisa em Ciências Sociais tenham sido bastante reduzidos. Este fato não se deve a uma perda de capacidade da Sociologia de explicar o mundo social. Pode-se dizer que a crise do Estado do Bem-Estar Social e a hegemonia do mercado na promoção do crescimento e da prosperidade foram fatores decisivos para definir um lugar “marginal” para a Sociologia na sociedade. Não é por acaso que hoje se observa um processo de aproximação dos movimentos e instituições sociais com o pensamento sociológico crítico. A rigor não há nenhuma novidade nisso, pois a Sociologia constituiu-se e se desenvolveu no âmbito das lutas sociais da modernidade.

Vários autores têm produzido reflexões importantes sobre o caráter das transformações sociais atuais. Entre eles destacam-se Alain Touraine, Boaventura de Sousa Santos, Manuel Castells, Niklas Luhmann, Pierre Bourdieu, Octavio Ianni, Immanuel Wallerstein, Anthony Giddens, Pierre Lévy, John Thompson, Zigmunt Bauman, Jena Lojkine, Ulrich Beck, Edgar Morin, Michel Maffesoli e Jürgen Habermas. Há também um número bastante expressivo de pensadores (da Sociologia e de outras áreas do conhecimento), com importantes análises sobre o capitalismo atual numa perspectiva marxiana, como é o caso de István Mészáros, na sua obra *Para Além do Capital*. Esses autores, seguindo a posição de Georg Lukács, não consideram o marxismo como uma Sociologia, na medida em que estão ausentes nele as questões econômicas na análise da sociedade.

Não vamos discutir a contribuição dos autores. Cabe apenas fazer algumas considerações gerais sobre a transição social, inspiradas nas contribuições desses autores, que representam o universo da Sociologia neste momento histórico. Vamos considerar três questões principais que estão no centro dos debates: os fundamentos da sociabilidade humana, o caráter das transformações sociais e as instituições da modernidade e os problemas epistemológicos, postos pela transição social.

A primeira questão diz respeito ao fundamento da sociabilidade humana. Na modernidade as duas principais teorias sociológicas – marxismo e positivismo – partiram do trabalho como categoria explicativa das sociedades. Essa discussão foi feita na unidade anterior, quando tratamos dos “clássicos” da Sociologia. Para Marx, o trabalho tem uma dimensão constitutiva do ser humano; para Durkheim, o trabalho é o fundamento da solidariedade orgânica, que caracteriza a integração social na sociedade industrial.

Atualmente vem ocorrendo um questionamento da categoria trabalho. Vários autores, como Habermas e Luhmann, têm sustentado que os processos sociais são processos de comunicação. Assim, o homem não é prioritariamente um ser que “fabrica ferramentas”, mas um ser que produz linguagem. A centralidade da linguagem nos processos sociocomunicativos está fundamentada na chamada “virada lingüística”, em que a filosofia da consciência é superada pela filosofia da linguagem. As conseqüências do novo paradigma sobre a teoria sociológica são profundas. Por exemplo, na perspectiva de Habermas, a emancipação humana desloca-se do mundo do trabalho para o campo da “ação comunicativa”; na perspectiva da teoria dos sistemas, Luhmann sustenta que os sistemas sociais, como sistemas “autopoiéticos, auto-referentes e operacionalmente fechados”, são formados por comunicações.

Sociólogos que atuam nas universidades de vários países definem a categoria trabalho como o fundamento da sociabilidade humana. Eles compõem um grupo bastante significativo, com intensa produção intelectual e vinculação com as lutas sociais. É importante destacar que estes autores têm buscado sua funda-

Filosofia da consciência

Teorias que afirmam o homem como ser consciente, seja do ponto de vista idealista (idéia precede a matéria), seja do ponto de vista materialista (matéria precede a idéia).

Autopoiéticos

Sistemas que produzem a si próprios. Vem da palavra grega “poiese” que significa produção, fabricação. Ela se opõe à práxis.

**Tecnologias inteligentes,
realidade virtual
e ciberespaço**

Podem ser considerados conceitos equivalentes. Eles se referem às novas relações sociais estabelecidas pela revolução informacional, que se caracterizam cada vez mais pela mediação de meios técnicos dotados de uma inteligência artificial, ou seja, de uma inteligência que se opõe e ao mesmo tempo amplia a inteligência natural do homem.

mentação teórica nas obras do próprio Marx, de Georg Lukács, principalmente a *Ontologia do Ser Social*, e de Antonio Gramsci. Por meio da reelaboração do conceito de sociedade civil, como momento da conquista da direção moral e intelectual (hegemonia) da sociedade, Gramsci recoloca a discussão do Estado. Em sentido amplo, o Estado define-se como a sociedade política mais a sociedade civil ("hegemonia revestida de coerção"). Já Lukács, a partir do conceito de ontologia, afirma que as questões presentes na obra de Marx constituem uma discussão sobre "um certo tipo de ser", ou seja, é a condição humana que se revela pelo trabalho, o fundamento da sua sociabilidade e historicidade.

Uma segunda questão refere-se ao impacto das transformações sociais sobre as instituições clássicas da modernidade: a fábrica fordista, o Estado-Nação, a família, a escola e a Igreja. Todas essas instituições estão sendo redesenhadas pela sociedade informacional global. Para detalhar um pouco mais esse processo vamos considerar que está em desenvolvimento uma terceira revolução industrial. A diferença entre essa nova revolução e as anteriores é que ela, pela criação de tecnologias inteligentes, atua sobre o cérebro do homem. Por isso, Jean Lojkine a denomina de revolução informacional.

Sob o impacto da revolução informacional a fábrica fordista transforma-se em pós-fordista ou toyotista; é uma fábrica flexível, descentralizada, exige cada vez mais inteligência artificial, dispensa trabalhadores e precariza as relações de trabalho. Esse novo modelo fabril constitui a megaempresa capitalista globalizada, cuja capacidade de acumulação é maior que a grande maioria dos Estados nacionais. Outra característica desse novo mundo empresarial é a crescente centralização e concentração de capitais (processos de fusões e aquisições de empresas são quase diários). Além disso, generaliza-se um processo econômico de "financeirização da riqueza".

O Estado nacional, instituição política afirmativa da soberania nacional, sofre as conseqüências do processo de globalização da economia. Os governos têm se mostrado incapazes de formular e operacionalizar políticas macroeconômicas de caráter nacio-

nal, porque se observa a existência de múltiplos centros de decisão, descentralização que lhes permite, em grande parte, uma liberação das amarras impostas pelos territórios nacionais. Além disso, por decisão política o Estado-Nação se afasta da regulação da economia e da questão social, deixando que estas se realizem segundo as leis do mercado. Obviamente surgem novas estruturas de poder, que operam num território supranacional, em permanente movimento e mutação. Também a ordem jurídica estatal, um dos pilares do Estado Democrático de Direito e da soberania nacional, sofre profundas transformações. Estruturam-se novas fontes do Direito, vinculadas às grandes empresas e aos mercados globalizados.

A família patriarcal, modelo clássico da sociedade industrial, está em crise. A escola formal, principalmente a universidade, deixa de ser a única instituição voltada para a formação profissional e não consegue acompanhar outras formas, mais dinâmicas, de produção de conhecimentos e informações requeridas para a formação de opinião pública plural e democrática. A Igreja – em todas as suas vertentes – sofre o impacto da crescente racionalização do mundo. Igrejas criadas mais recentemente assumiram uma dimensão abertamente mercantil.

Também tem se colocado com insistência a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre os meios de comunicação de massa, cuja capacidade de inserção na vida cotidiana aumentou significativamente. Percebe-se a formação de gigantescos conglomerados empresariais de comunicação, que controlam a informação e o lazer de sociedades inteiras. São empresas que visam ao lucro e que, ao mesmo tempo, precisam atender ao requisito da pluralidade, segundo princípio liberal da liberdade de informação. Essa contradição, cada dia mais evidente, se resolve pelo predomínio da lógica do mercado sobre o pluralismo. Claramente os meios de comunicação de massa deixaram de ser o quarto poder. Octavio Ianni emprega, com bastante propriedade, a expressão “príncipe eletrônico” para identificar a característica fundamental dos meios de comunicação de massa, ou seja, o seu papel decisivo na conquista e na manutenção do poder político. Há, no entanto, um problema central: não existe nenhum mecanismo capaz de funcionar como contraponto efetivo ao poder dos meios de comunicação, que caracteriza uma situação de poder absoluto, ou, dito de outra forma, um poder não democrático (ou despótico) que rompe com a democracia, até mesmo na sua forma liberal.

Este é um resumo das questões discutidas pela Sociologia sobre o caráter da nova sociedade. Do ponto de vista dos grandes modelos societários há uma questão importante em debate: a sociedade informacional global é uma sociedade capitalista? Os defensores da globalização econômica e da grande empresa privada, afirmadas como a única alternativa para o desenvolvimento, empregam fartamente a palavra capital; também afirmam que o emprego e o lucro são objetivos fundamentais dos grandes investimentos globalizados. Se é

Alain Touraine

(Hermanville-sur-Mer, 3/8/1925), sociólogo francês.

Tornou-se conhecido por ter sido o pai da expressão “sociedade pós-industrial”. Seu trabalho é baseado na “sociologia de ação” e seu principal ponto de interesse tem sido o estudo dos movimentos sociais. Touraine acredita que a sociedade molda o seu futuro por meio de mecanismos estruturais e das suas próprias lutas sociais. Tem estudado e escrito acerca dos movimentos de trabalhadores em todo o mundo, particularmente na América Latina e, mais recentemente, na Polônia. Também publicou nos últimos reflexões valiosas sobre a crise da modernidade

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alain_Touraine>.

Acesso em: 20 jan. 2008.

Pierre Lévy

(Tunísia, 1956) é um filósofo da informação que se ocupa em estudar as interações entre a Internet e a sociedade.

Pierre Lévy nasceu numa família judaica. Fez Mestrado em História da Ciência e Doutorado em Sociologia e Ciência da Informação e da Comunicação, na Universidade de Sorbonne, França. Trabalha desde 2002 como titular da cadeira de pesquisa em inteligência coletiva, na Universidade de Ottawa, Canadá. É membro da *Sociedade Real do Canadá (Academia Canadense de Ciências e Humanidades)*.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_L%C3%A9vy>.

Acesso em: 20 jan. 2008.

possível identificar, de um lado o capital e, do outro, o trabalho assalariado, configura-se ainda a existência de classes sociais, obviamente não com as mesmas características do capitalismo industrial.

Pode-se assegurar que estamos diante de uma sociedade de tipo capitalista, que se desenvolve segundo o princípio do mercado (ou do privado) em detrimento do Estado (ou do público). Esta é uma mudança fundamental, que decorre da crise e dissolução do socialismo soviético e do Estado do Bem-Estar Social europeu. A força social que comanda a globalização é o capitalismo; é ele que desenvolve e se apropria da revolução informacional. Obviamente as estatísticas revelam que a grande empresa capitalista global, cujas características relacionamos nos parágrafos anteriores, vive um momento de acelerada expansão. A voracidade do capital na ocupação e transformação dos territórios é inédita. É o momento histórico em que a “destruição criadora” se desenvolve com mais radicalidade e velocidade. Por isso, as consequências são igualmente trágicas.

A cada movimento do grande capital globalizado uma parte do Estado-Nação é destruída. Certamente o objetivo não é destruir o Estado, mas reduzir drasticamente seu raio de ação política. A redução dos impostos, o confinamento da democracia aos limites da representação política, o desenvolvimento do Terceiro Setor como forma de enfrentar a questão social, estimulando o trabalho voluntário, sem custos para a acumulação do capital, constituem aspectos da estratégia de reprodução do capitalismo informacional. No limite, podemos estar vivendo uma situação em que, na visão de Alain Touraine, a globalização não deve ser entendida

apenas como uma mundialização da produção e dos intercâmbios, mas sobretudo como uma forma extrema de capitalismo, como *separação* completa entre a economia e outras instituições, particularmente sociais e políticas, que não podem mais controlá-la. Esta dissolução de fronteiras de todos os tipos acarreta a fragmentação daquilo que se chamava sociedade (Touraine, 2006, p. 239).

Ou seja, o capital globalizado está destruindo a própria sociedade, o lugar onde se desenvolve a vida humana. Em outras palavras, é a própria destruição da vida humana.

Destruição ou transformação da vida humana? A revolução informacional está deixando o homem cada vez menos natural ou mais artificial. As reflexões de Pierre Lévy sobre as tecnologias inteligentes, a realidade virtual e o ciberespaço indicam um caminho possível para o novo mundo em construção. Alerta este autor:

a tendência se desenha claramente. Nos primeiros decênios do século XXI, mais de 80 % dos seres humanos terão acesso ao ciberespaço e se servirão dele cotidianamente. A maior parte da vida social tomará parte desse meio. Os processos de concepção, produção e comercialização serão integralmente condicionados por sua imersão no espaço virtual. As atividades de pesquisa, de aprendizagem e de lazer serão virtuais ou comandadas pela economia virtual. O ciberespaço será o epicentro do mercado, o lugar da criação e da aquisição de conhecimentos, o principal meio da comunicação e da vida social. A Internet representa simplesmente o estado de reagrupamento da sociedade que se sucede à cidade física. Encontraremos nela quase todas as atividades que encontramos na cidade, além de algumas outras completamente novas. A principal originalidade da cidade virtual é que ela é única e planetária, ainda que ela conte com cinturões protegidos (redes especializadas) e com bairros reservados (intranets e extranets). É absurdo opor a sociabilidade e as trocas intelectuais livres e gratuitas às atividades comerciais no ciberespaço, tanto quanto seria opô-las na cidade. As cidades são, necessariamente, *ao mesmo tempo e no mesmo lugar*: mercados, centros de troca de informações e desenvolvimento da cultura, espaços de sociabilidade. Ocorre exatamente o mesmo com o ciberespaço.

As redes se assemelham às estradas e às ruas; os computadores e os programas de navegação são equivalentes ao automóvel individual; os *websites* são como lojas, escritórios e casas; os grupos de discussão e as comunidades virtuais são praças, cafés, salões, agrupamentos por afinidades. Os mundos virtuais interativos, mais ou menos lúdicos, serão as novas obras de arte, os cinemas, teatros e óperas do século XXI. Continuaremos, entretanto, a nos deslocar fisicamente e a nos encontrar em carne e osso e, provavelmente, ainda mais do que o fazemos hoje, uma vez que os fenômenos de contato, de relação e de interconexão de todos os tipos (virtuais ou não) serão amplificados e acelerados (Lévy, 2001, p. 51-52).

Pierre Lévy é bastante otimista em relação ao ciberespaço. Considera que nenhum outro espaço de comunicação tem um caráter tão transversal e aberto como o ciberespaço, pois ele permite uma comunicação do tipo "todos para todos". Todos os textos se reúnem num hipertexto, aberto e em permanente construção. Todos os autores se fundem num único autor coletivo, múltiplo e contraditório. O ciberespaço é um espaço não territorial, de modo que "os que ocupam muito espaço na Internet não tiram nada dos outros. Há sempre mais lugar. Haverá lugar para todo o mundo, todas as culturas, todas as singularidades, indefinidamente" (p. 141). Em síntese, é a realização da sociedade democrática, livre e plural, de seres iguais e diferentes.

É preciso, entretanto, abordar a seguinte questão: como o ciberespaço está sendo criado pelo capitalismo, como é possível gerar uma sociedade democrática, no sentido defendido por Lévy? Vale lembrar que este capitalismo, do capital financeiro e da grande empresa privada globalizada, apesar do crescimento econômico, não tem conseguido promover a inclusão social por meio do emprego. Ao contrário, os grandes empresários têm sustentado que apenas 20% da população economicamente ativa seriam suficientes para manter o ritmo da economia mundial, produzindo todas as mercadorias e serviços e, ao mesmo tempo, participando ativamente da vida econômica, do consumo e do lazer. Os 80% restantes seriam os sem-emprego, que não poderiam ser protegidos pelo Estado mínimo. Algumas formas de proteção poderiam ser desenvolvidas pelo Terceiro Setor ou setor social, assentado na filantropia e voluntariado. Dessa forma, a sociedade 20 por 80, como é denominada, não pode ser desconsiderada na projeção da nova sociedade. Podemos supor que a empresa capitalista globalizada, geradora da nova sociedade informacional, possa recriar as estruturas de desigualdade e exclusão social.

Por fim, cabe destacar também outro aspecto, teorizado principalmente por Anthony Giddens e Ulrich Beck: a sociedade do risco e a reflexividade. Por reflexividade entende-se a ação transformadora que as ciências e as técnicas produzem sobre a sociedade, diferente do que ocorria nas sociedades pré-capitalistas, que se caracterizavam por numa relativa imobilidade. O conhecimento sistemático sobre a sociedade torna-se parte necessária da reprodução do sistema, que dele se apropria, modificando-se e ao mesmo tempo produzindo a necessidade de novos conhecimentos. Esse processo ocorre numa perspectiva de certeza e de controle dos efeitos desejados. Ocorrem, contudo, sempre conseqüências não desejadas, que se acredita possam ser superadas por outras intervenções, organizadas por novos conhecimentos específicos.

A sociedade do risco resulta da modernização da sociedade industrial. Num primeiro momento os efeitos não desejados são absorvidos pela sociedade de modo que não se tornam um problema, porque predomina a certeza de que novos conhecimentos devem produzir situações adequadas. Num segundo momento, as instituições sociais – econômicas, sociais, políticas, ambientais – não mais conseguem evitar que os riscos se tornem questões públicas. Poder-se-ia alertar que não se trata mais de considerar tais efeitos como “colaterais”, mas produtos do próprio funcionamento do sistema industrial capitalista. São exemplos significativos da sociedade do risco: as recentes discussões sobre o aquecimento global, o fim do trabalho assalariado, a incerteza dos mercados financeiros, o aumento da violência.

Neste contexto da sociedade do risco ressalta o debate sobre a crise ambiental. A globalização do modo de produção capitalista – embora a poluição tenha sido também uma característica do socialismo soviético – ampliou, de modo significativo, a problemática ambiental.

Não é apenas o aumento das várias modalidades de poluição que preocupa, mas as consequências da própria forma de intervenção do homem sobre a natureza. Lembremo-nos que na base do pensamento da modernidade está a idéia do "homem como senhor e proprietário da natureza". A concepção crítica tem apontado para a insustentabilidade da relação homem e natureza, que é determinada pelo modo de vida ocidental, centrado no consumo ilimitado e no individualismo. Esse modo de vida mostra-se incompatível com as condições do planeta; sua existência é possível apenas para um grupo bastante reduzido de pessoas e países.

É importante retomar a argumentação que serve de base para a conceituação da sociedade atual. O capitalismo informacional globalizado leva ao limite a contradição entre a acumulação do capital, como processo infinito, e o ecossistema do planeta Terra, que é finito. Essa contradição sempre esteve presente na relação capital e natureza, mas só agora adquire visibilidade (ou publicidade). Por isso, um dos pontos centrais na investigação sociológica da atualidade é o desenvolvimento sustentável. Na verdade esse conceito, como qualquer outro, precisa ser construído.

Analisamos sucintamente os desafios que a Sociologia tem enfrentado diante da nova realidade social que precisa ser compreendida. Como, no entanto, as mudanças têm o caráter de uma transição social, surgem também problemas de natureza epistemológica, ou seja, estão em questão, também, as "regras do método sociológico". Em outras palavras, as possibilidades e os limites do conhecimento sociológico.

Uma das análises mais importantes sobre as interinfluências entre questões epistemológicas e societárias foi desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos. Na sua obra *Um discurso sobre as ciências* ele sustenta que estamos vivendo um momento em que a transição social revela que há também uma transição no paradigma das Ciências. Na modernidade o paradigma dominante da racionalidade científica foi determinado pelas Ciências Naturais, que se estendeu inclusive para a Sociologia e para as outras Ciências Sociais. A observação rigorosa dos fatos deve ser orientada pela Matemática, que estabelece um modelo de representação da realidade e do próprio processo de investigação. O método científico assenta-se na redução da complexidade e na quantificação. A qualidade inerente aos objetos é relegada a um plano secundário, para pesquisar as relações causais existentes entre eles (leis), transformando-as em relações estatísticas. Assim, a Ciência propõe-se a buscar a verdade a partir de três aspectos interligados: objetividade, estabilidade e simplicidade do mundo.

O desenvolvimento do conhecimento está deixando à mostra a fragilidade dos fundamentos do paradigma tradicional da Ciência, o que determina a sua crise. Percebe-se também a presença de sinais que identificam um novo paradigma. Esses sinais podem ser sinte-

tizados nos tópicos seguintes: todo o conhecimento científico-natural é científico-social; todo o conhecimento é local e total; todo o conhecimento é autoconhecimento; todo o conhecimento científico visa a constituir-se em senso comum. Esses tópicos têm como base a tese da crescente perda de sentido e da superação da divisão Ciências Naturais e Ciências Sociais. Mais do que isso, observa-se que essa superação está ocorrendo no sentido da afirmação das Ciências Sociais como novo paradigma da Ciência.

Um conjunto de questões que hoje estão sendo postas para as Ciências Naturais – como o debate sobre a relação sujeito e objeto ou sobre a relação entre parte e todo – são, por assim dizer, constitutivos da Sociologia e das Ciências Sociais. Acrescente-se o fato de que cada vez mais os estudos sobre a natureza são estudos sobre a sociedade que se organiza e sobredetermina o meio ambiente natural. É claro que a Sociologia teria de se reconstruir, desfazendo-se das teorias que são extensões das Ciências Naturais, revalorizando as humanidades e as outras formas de saber não-científico. Por fim, diferentemente da Ciência moderna que se afirma pela negação do senso comum, a “Ciência pós-moderna” interage com ele. Segundo Boaventura de Sousa Santos,

deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades. Para que esta configuração de conhecimento ocorra é necessário inverter a ruptura epistemológica. Na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum (2004, p. 90-91)

A denominação pós-moderna (ou pós-modernidade) tem um sentido bem preciso para Boaventura. Ele identifica duas versões possíveis para o conceito. Uma das versões, denominada pós-modernismo reconfortante ou de celebração, que afirma que a crise é do esgotamento da própria idéia moderna da transformação social do capitalismo, esvaziando-se, assim, qualquer possibilidade de atribuir sentido histórico para a vida social; a outra, com a qual ele se identifica, o pós-modernismo inquietante ou de oposição, fundamenta-se na idéia de transição paradigmática. Essa posição caracteriza o momento atual pela coincidência de duas crises: da regulação e da emancipação social. Isso significa que as promessas da modernidade não podem ser realizadas pelo capitalismo e nem pelos mecanismos estabelecidos pelo pensamento moderno (o socialismo marxista, por exemplo).

Em outro texto – *O Fórum Social Mundial: Manual de Uso* – Boaventura de Sousa Santos coloca a problemática da produção dos conhecimentos numa perspectiva Norte-Sul. Essa perspectiva de análise foi viabilizada pelo Fórum Social Mundial, que ele identifica como uma epistemologia do Sul. A rigor esta discussão não é nova na Sociologia. Tomando-se os conhecimentos sociológicos produzidos no Brasil e na América Latina vê-se que os mais significativos, que adquiriram força popular, foram aqueles que observaram o mundo ocidental da periferia para o centro. Dessa perspectiva intelectual surgiu a teoria da dependência, nas suas várias versões.

O Fórum Social Mundial (FSM) possibilita o estabelecimento de uma Sociologia das ausências e de uma Sociologia das emergências. A primeira permite detectar que o não existente é produzido como tal. Assim, a não existência se manifesta nas monoculturas do saber e do rigor do saber, do tempo linear, da naturalização das diferenças, do universal e do global e dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista. Estas monoculturas seriam superadas pelo reconhecimento dos múltiplos saberes e das diferenças, das múltiplas temporalidades e das produtividades e das várias escalas de desenvolvimento. Finalmente, afirma uma Sociologia das emergências, que deve se ocupar das pesquisas

das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências do futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível intervir para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. A ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objetivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições.

E conclui:

a ampliação simbólica operada pela sociologia das emergências consiste em identificar sinais, pistas ou traços de possibilidades futuras em tudo o que existe. A ciência e a racionalidade

Fórum Social Mundial

“O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição está na Carta de Princípios, principal documento do FSM”



Saiba mais sobre o assunto acessando: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>

Edgar Morin

Edgar Morin, cujo verdadeiro nome é Edgar Nahoum, nasceu em Paris, em 8/7/1921, sociólogo e filósofo francês de origem judaico-espanhola (sefardita).

Pesquisador emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Formado em Direito, História e Geografia, adentrou na Filosofia, na Sociologia e na Epistemologia. Um dos principais pensadores sobre complexidade. Autor de mais de 30 livros, entre eles: *O método, Introdução ao pensamento complexo, Ciência com consciência e Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. Durante a Segunda Guerra Mundial participou da Resistência Francesa. É considerado um dos pensadores mais importantes do século 20.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Niklas_Luhmann>.
Acesso em 20 jan. 2008.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Edgar_Morin>

Imagem disponível em:
<blog.pucp.edu.pe/media/410/20061103-Morin.JPG>.
Acesso em: 20 jan. 2008.

hegemônicas descartaram totalmente este tipo de pesquisa, ou por considerarem que o futuro está pré-determinado, ou por entenderem que ele só pode ser identificado através de indicadores precisos. Para elas, pistas são algo demasiado vago, subjetivo e caótico para constituir um indicador credível. Ao centrar-se intensamente na componente de pista que a realidade possui, a sociologia das emergências amplia simbolicamente as possibilidades de futuro que residem, em forma latente, nas experiências sociais concretas (Santos, 2005, p. 31-33).

O Fórum Social Mundial, como expressão dos múltiplos movimentos e instituições sociais, locais e globais, precisa ser compreendido como uma utopia crítica, ou seja, como crítica radical ao mundo social organizado pela globalização neoliberal. Esta é colocada como a única alternativa para o desenvolvimento das sociedades. O FSM é a afirmação de uma globalização contra-hegemônica, que se desenvolve como epistemologia do Sul e como ação política cosmopolita das classes subalternas.

Outro autor que tem trazido à discussão o paradigma da ciência moderna é Edgar Morin. Partindo da crítica ao paradigma tradicional, caracterizado pela disciplinaridade, pelo reducionismo e pela linearidade, introduz a idéia da complexidade. O pensamento complexo fundamenta-se nos seguintes princípios: sistêmico (relação parte e todo); hologramático (o todo está em cada parte); anel retroativo (auto-regulação); anel recursivo (autoprodução e auto-organização); auto-eco-organização (autonomia e dependência); dialogicidade (a unidade entre dois princípios) e a reintrodução do sujeito que conhece em todo o processo de produção do conhecimento. O pensamento complexo não pretende abandonar os princípios da ordem, da separabilidade e da lógica clássica, mas conceber separação e união, ordem e desordem, certeza e incerteza numa perspectiva de totalidade. Em outras palavras, unir é distinguir e contextualizar, separar e juntar o todo e as partes.

A idéia da complexidade exige uma reforma do pensamento e da própria universidade, lugar por excelência da produção do conhecimento. A universidade deve colocar-se na perspectiva

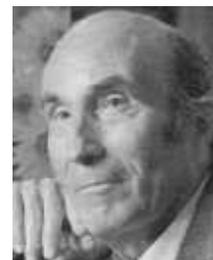
institucional como produto e ao mesmo tempo como produtora da sociedade. Pode-se constatar que o pensamento complexo desenvolveu-se sob o estímulo das disciplinas e das duas revoluções científicas. Segundo Morin (2000, p. 36-37),

a segunda revolução científica – mais recente, ainda inacabada –, a revolução sistêmica, introduz a organização nas ciências da terra e da ciência ecológica; ela se prolongará, sem dúvida, em revolução de auto-organização na biologia e na sociologia. O pensamento complexo é, portanto, essencialmente aquele que trata com a incerteza e consegue conceber a organização. Apto a unir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo a reconhecer o singular, o individual e o concreto. O pensamento complexo não se reduz nem à ciência, nem à filosofia, mas permite a comunicação entre elas, servindo-lhes de ponte. O modo complexo de pensar não tem utilidade somente nos problemas organizacionais, sociais e políticos, pois um pensamento que enfrenta a incerteza pode esclarecer as estratégias no nosso mundo incerto; o pensamento que une pode iluminar uma ética da religião ou da solidariedade. O pensamento da complexidade tem igualmente seus prolongamentos existenciais ao postular a compreensão entre os homens.

O pensamento sistêmico não se expressa apenas por meio da complexidade. Niklas Luhmann, partindo da teoria dos sistemas, sobretudo da contribuição do biólogo chileno Humberto Maturana, pretende estendê-la para a Sociologia, ainda esterilizada pela vigência das teorias sociológicas clássicas. Para isso, propõe três rupturas:

- com a idéia humanista que concebe a sociedade como uma relação entre pessoas;
- com a sociedade como território, no sentido de conceber as diferenças na sociedade e não entre sociedades;
- com a diferença entre sujeito e objeto do conhecimento. Em vez de considerar a sociedade como uma realidade objetiva, que pode ser compreendida por um sujeito, Luhmann propõe uma teoria dos sistemas sociais, fundada na diferença entre sistema e ambiente. Os sistemas sociais não são formados por pessoas, mas por sistemas de comunicação, que se produzem autopoieticamente. Segundo ele, os desenvolvimentos já esboçados da teoria dos sistemas possibilitam um salto,

Luhmann



(Lüneburg, 8/12/1927 — Oerlinghausen, 6/11/1998), sociólogo alemão, sendo hoje considerado, juntamente com Jürgen Habermas, um dos mais importantes representantes da Sociologia alemã.

Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Niklas_Luhmann>.
Acesso em: 20 Jan. 2008.

Imagem disponível em:
<www.soziale-systeme.de/images/luhmann2.jpg>.
Acesso em: 20 jan. 2008.

pois eles são capazes de mostrar que as premissas clássicas são inúteis e por que, e podem apresentar um design teórico para ocupar o lugar delas; ou seja, a teoria dos sistemas sociais auto-referenciais e operacionalmente fechados. A teoria dos sistemas autopoieticos exige sobretudo que se determine com exatidão a operação que realiza a autopoiesis do sistema e que, através disso, reproduz tanto os elementos (isto é, estas mesmas operações), como também a diferença entre sistema e ambiente, isto é, a "forma" do sistema (Luhmann, 1997, p. 69-70).

A sociedade é um sistema que se auto-observa e se auto-explica. Não há observadores externos à sociedade. Cada subsistema opera como um sistema autopoietico, auto-referente e operacionalmente fechado. As relações entre sistema e ambiente são explicadas pelo conceito de acoplamento estrutural, que permite o estabelecimento de interdependências regulares para atender às demandas de autoprodução do sistema. O ambiente, contudo, mesmo sendo pré-requisito para a autopoiesis do sistema, não intervém na realização. O ambiente não contribui para as operações do sistema, mas pode *irritá-lo* quando aparece no sistema como informação.

A teoria dos sistemas é uma das mais ousadas projeções da teoria sociológica, pois além de questionar a compreensão da sociedade elaborada pela Sociologia clássica, introduz a necessidade de uma ruptura epistemológica com o paradigma da ciência moderna, do qual a Sociologia é parte integrante. De acordo com Luhman (1997, p. 48),

uma vez que se decida por esse caminho, torna-se fácil transferir para a sociologia todas as inovações importantes da mais recente teoria dos sistemas. Sobretudo produz-se um conceito inequívoco da sociedade e, com isso, uma teoria do sistema social mais amplo, a qual sempre fracassou na sociologia vigente com base nas consideráveis diferenças nacionais, culturais, regionais e políticas. Tudo isso pode agora ser tratado como diferenciação social interna, por exemplo, como diferença na extensão da participação nas vantagens e desvantagens da moderna civilização. Decisivo é: a sociedade é o sistema social mais amplo de reprodução da comunicação através da comunicação. É um sistema autopoietico. Ela é um sistema fechado, auto-referencial, já que não existe nenhuma comunicação entre a sociedade e seu ambiente, por exemplo, entre a sociedade e pessoas que vivem individualmente. Toda a comunicação é uma operação interna à sociedade, é produção de sociedade e se expõe como acontecimento empírico, não somente à continuação, mas também à observação através de outras comunicações. Neste sentido a sociedade moderna alcança uma complexidade que lhe permite reproduzir múltiplas autodescrições, não passíveis de serem integradas, e, simultaneamente, observar através de descrições das descrições que isto acontece.

Cabe ainda uma referência breve à teoria da ação comunicativa de Habermas e suas implicações epistemológicas na Sociologia. Como já nos referimos, a sua reflexão se desenvolve tendo como referência a Filosofia da Linguagem, o que significa deslocar toda a problemática humana para este novo paradigma. Habermas parte da crítica elaborada pela teoria social crítica, da Escola de Frankfurt, que analisa o caráter instrumental assumido pela razão, sob o capitalismo, transformando-se numa forma de dominação. Para Habermas existem duas racionalidades: a razão instrumental, que vincula o homem à natureza, e a razão comunicativa, que permite a reintrodução da perspectiva emancipatória no projeto da modernidade.

A razão comunicativa se expressa pela da linguagem, realidade auto-referencial e auto-suficiente, que permite distinguir o homem como ser social. A linguagem é a única coisa que podemos conhecer; como realidade visível podemos proceder a uma análise objetiva por intermédio das suas expressões gramaticais. A linguagem é também o meio que permite aos homens estabelecerem relações entre si e com o mundo, ou seja, possibilita o entendimento entre os homens sobre uma determinada situação. À ação comunicativa, guiada pelo entendimento, corresponde o interesse emancipatório, ou de uma razão libertadora.

No novo paradigma, o conhecimento não se dá por meio da relação entre sujeito e objeto, mas da relação entre sujeitos capazes de produzirem entendimentos sobre o mundo. A verdade torna-se consensual; ela resulta da relação intersubjetiva entre sujeitos falantes e ouvintes, participantes de uma comunidade comunicacional. A ação comunicativa tem como pano de fundo o "mundo da vida", horizonte de referência simbólica comum a todos, que torna possível o entendimento. Ele apresenta dois momentos: enquanto suposto do entendimento ele é "quase transcendental"; como expressão empírica, ele é o produto da ação comunicativa, da tomada de posição e dos acordos produzidos pelos sujeitos. Formado por três estruturas permanentes e atemporais – cultura, personalidade e sociedade –, o mundo da vida é, na verdade, o espaço das interações (ou da socialização) produzidas pelos sujeitos. Ele define os limites – sempre provisórios – sobre o que e como pode haver entendimento.

Filosofia da linguagem

Teoria que propõe a superação da Filosofia da consciência e sua forma de compreender o homem, colocando a linguagem como fundamento do homem, ou seja, o homem é um ser cuja racionalidade se expressa em primeiro lugar no ato da produção da linguagem (palavras, sons, imagens).

A ação comunicativa visa ao entendimento, mas para que ele se viabilize é necessário estabelecer o critério da "busca do melhor argumento", ou seja, que as pretensões de validade sejam racionalmente construídas. Além disso, deve-se considerar uma "situação ideal de fala", como possibilidade de criticar um consenso estabelecido. Nesse caso, é preciso supor uma distribuição simétrica (ou igualitária) entre os participantes das possibilidades de falar, proceder a interpretações, explicações, justificações, permitir, proibir, fazer promessas, etc., sem coações, a não ser a única coação permitida, a da busca do melhor argumento.

A razão instrumental está ligada ao conhecimento técnico que visa à dominação; a emancipação está, pois, vinculada à racionalidade comunicativa. A modernidade produziu a dissociação entre as duas racionalidades e a colonização do mundo da vida pela racionalidade instrumental, materializada na organização sistêmica do poder e do dinheiro. Esse processo explica o surgimento das patologias sociais na sociedade contemporânea. A superação das patologias pode ser alcançada pela afirmação da racionalidade comunicativa, que consiste em revigorar a esfera pública, mediante o fortalecimento da sociedade civil, da neutralização dos efeitos do sistema do poder e do dinheiro sobre o processo decisório e da democratização das instituições econômicas e políticas. Esse processo deve ocorrer em consonância com o Estado Democrático de Direito, espaço político fundamental para regular as ações comunicativas. Além disso, Habermas vislumbra a necessidade de estruturas globais de comunicação não-estatais (as ONGs, por exemplo) para evitar a reprodução do sistema do poder e do dinheiro.

Buscamos, nesta unidade, estruturar um quadro geral da Sociologia nos tempos atuais de transição social. O objetivo delineado não foi discutir exaustivamente as contribuições dos diferentes sociólogos sobre o mundo atual ou sobre as questões que dizem respeito às condições de produção dos conhecimentos sociológicos. Enfatizamos apenas alguns autores, aqueles cujas reflexões, a nosso juízo, são mais instigantes. Mais precisamente, foram feitas provocações para que cada um faça as suas próprias leituras e chegue as suas próprias conclusões. É assim que se produz o pensamento crítico e transformador.

Referências

ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

ARAGÃO, Lucia. *Habermas: filósofo e sociólogo do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVY, Pierre. *A conexão planetária – o mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Editora, 2001.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

LUHMANN, Niklas. *A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Goethe-Institut/ICBA, 1997.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. *Para navegar no século XXI – tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS/Sulina, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice – o social e político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas – razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma – para compreender o mundo atual*. Petrópolis: Vozes, 2006.

VASCONCELOS, Maria José Esteves de. *Pensamento sistêmico – o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2002.

Conclusão



As questões discutidas neste livro dizem respeito ao processo de formação e desenvolvimento da Sociologia, considerado ao mesmo tempo como um processo social e intelectual. A Sociologia, que produz conhecimentos sobre a sociedade, atua também na produção da própria sociedade. Por isso, analisamos o contexto social, histórico e intelectual de formação da Sociologia, supondo a ação da Sociologia sobre esse contexto, de modo que a situação atual de transição social foi produzida também pelos conhecimentos sociológicos gerados nos últimos 200 anos. Empregamos na análise a metodologia desenvolvida pela Sociologia, da relação dialética entre parte e todo.

A Sociologia é produto das grandes transformações sociais – a Revolução Industrial e as revoluções políticas – que ocorreram no final do século 18 e início do século 19. Como a Sociologia propõe-se a produzir um discurso científico sobre a sociedade, recuperamos, em termos bastante genéricos, o processo de constituição da ciência moderna, do qual a Física é a expressão mais desenvolvida. Assim, é possível entender o fato de as Ciências Naturais terem constituído o paradigma científico.

Obviamente, esse paradigma se estende também para o interior da Sociologia. É claro que esse processo não se impôs à Sociologia de forma determinista, porque se instalou um grande debate sobre a natureza da ciência da sociedade. A Sociologia compreensiva e o materialismo histórico questionaram radicalmente a aplicabilidade do método das Ciências Naturais na investigação sociológica, criando uma metodologia particular, que posteriormente foi incorporada pelo conjunto das Ciências Sociais contemporâneas.

A Sociologia revelou que a questão do método também está vinculada ao ponto de vista do observador/sociólogo. Embora buscado por muitos sociólogos, não foi possível estabelecer um consenso sobre as questões de método, pela profundidade das diferenças existentes. Por isso, além das diferenças na explicação da sociedade, as teorias sociológicas também evidenciaram diferenças metodológicas importantes. As questões metodológicas não se resumem às técnicas de investigação; elas constituem o conjunto articulado de categorias que permitem produzir teorias sobre a sociedade.

Desde logo se entendeu que a Sociologia pode ser uma ciência, pois a sociedade – seu objeto de investigação – é uma estrutura caracterizada pela presença de regularidades. Desse modo, sendo o investigador também o investigado, a Sociologia precisa considerar essa condição: o lugar do observador é determinante na análise da situação observada. Também

a análise feita incidirá tanto no observador quanto no observado, produzindo mudanças, de tal forma que parece haver uma única saída, que é considerar as regularidades (relações) sociais como regularidades históricas ou transitórias.

No centro desse debate estão os clássicos da Sociologia: Comte e Durkheim, Marx e Engels e Weber. Esses autores fundaram as três grandes “escolas” sociológicas, cuja influência na institucionalização da modernidade revelou-se marcante. Talvez o liberalismo seja a única teoria que tenha tido uma influência social semelhante à Sociologia, tanto que atualmente recuperou sua importância sob a forma de um neoliberalismo. Com o domínio das idéias do mercado máximo e do Estado mínimo a Sociologia parece não ter mais nenhuma função intelectual e política. Os problemas que a humanidade deve enfrentar estão no âmbito da geração de novas tecnologias e da gestão das empresas.

Essa afirmação, no entanto, é falsa. A humanidade nunca precisou tanto da Sociologia como agora. É por meio dela que temos procurado compreender os processos sociais atuais, compondo um quadro explicativo múltiplo e contraditório. Aliás, isso não é nenhuma novidade na história da humanidade; explicitamos em várias passagens deste livro as disputas teóricas acirradas que envolveram pensadores e instituições. Certamente podemos fazer o seguinte prognóstico: as teorias sociais que se tornarão “populares” serão aquelas assumidas pelas forças sociais com capacidade de incidir efetivamente sobre a vida social. Ou seja, as teorias sociais se tornam elas mesmas forças sociais, porque são incorporadas pelas pessoas concretas, passando a fazer parte do seu cotidiano.

É muito importante sublinhar que nesse momento de transição social as questões societárias assumem também uma dimensão epistemológica, na medida em que são questionadas as condições da produção do conhecimento. Uma das questões mais relevantes postas pela Sociologia – ver Boaventura de Sousa Santos – diz respeito à mudança do paradigma científico, que doravante seria determinado pelas Ciências Sociais. Essa tese adquire consistência se considerarmos que o mundo natural está sendo transformado profundamente, de modo que ele mesmo se torna social. A cada ação humana sobre o mundo natural, menos natural ele fica. Imaginemos a magnitude da mudança se a Matemática, a Física, a Química e a Biologia tivessem de assumir nas suas pesquisas o paradigma da Sociologia. Certamente o mundo não seria mais o mesmo. O impacto seria semelhante àquele provocado pela revolução copernicana.

Uma última consideração sobre as demais Ciências Sociais que se formaram ao longo do século 20. Muitas se tornaram tão autônomas que se pode questionar a condição de ainda se situarem no campo das Ciências Sociais. É o caso da ciência política, que trata do poder político como se ele não tivesse um fundamento social. Há um problema teórico a ser

enfrentado. As Ciências Sociais expressam discursos científicos – com a relatividade que os caracteriza – que se fundamentam numa realidade evidente por si mesma: a sociedade. É certo que autores como Alain Touraine têm enfatizado a perda da centralidade das categorias sociais, ou seja, a própria sociedade. O que talvez Touraine não tenha percebido, no entanto, é que o “fim da sociedade” é apenas o fim de um determinado tipo de sociedade e que está em gestação um novo tipo, com estruturas tão flexíveis que se pode duvidar que sejam ainda expressão da categoria sociedade.

Enfim, essas razões indicam a vitalidade do pensamento sociológico. O desafio da Sociologia é ser sempre um fenômeno contemporâneo. Além disso, há a questão do caráter sociológico da Sociologia que não pode ser esquecido. Como observa Florestan Fernandes (1999, p. 156),

somente quis sugerir que o sociólogo, como homem da sociedade de seu tempo, não pode omitir-se diante do dever de pôr os conhecimentos sociológicos a serviço das tendências de reconstrução social. Numa fase de desintegração e mudança, não nos compete, apenas, produzir conhecimento sobre a situação histórico-social. Impõe-se que digamos, também, como utilizaríamos tais conhecimentos, se nos fosse dado tomar parte ativa da construção de *nosso mundo* de amanhã.

Referências

FERNANDES, Florestan. A sociologia como afirmação. In: SANTOS, José Vicente dos; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: Educat, 1999.

Referências



- ADORNO, Sergio (Org.). *A Sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/SBS, 1995.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas – uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1987.
- COULSON, Margaret A.; RIDDEL, David S. *Introdução crítica à Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política – a dualidade de poderes*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. *História da Sociologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980a.
- FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1980b.
- FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia – guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis – o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LALLEMENT, Michel. *História das idéias sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LEVINE, Donald N. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.
- MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Ed. UNICAMP, 2002.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MORIN, Edgar. *Sociologia*. Portugal: Publicações Europa-América, 1984.
- MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). *Para navegar no século XXI – tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre; EDIPUCRS/Sulina, 2000.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- QUINTANERO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de O.; OLIVEIRA, Maria Gardênia de. *Um toque de clássicos – Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.
- SANTOS, José Vicente dos; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: Educat, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca; PORTO, Maria Stella Grossi (Orgs.). *A contemporaneidade brasileira – dilemas e desafios para a imaginação sociológica*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- TRINDADE, José Damião de Lima. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento sistêmico – o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2002.